



DIAGNÓSTICO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL (EDL) DA GRATER

OUTUBRO DE 2015

ÍNDICE

<i>Nota metodológica</i>	5
1. TIPOLOGIA A E LIMITES DO TERRITÓRIO DE INTERVENÇÃO.....	6
1.1. Contexto geográfico da Região Autónoma dos Açores (RAA).....	6
1.2. Identificação do território rural abrangido.....	6
1.3. População residente.....	7
2. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO - ECONÓMICA DO TERRITÓRIO.....	9
2.1. População (densidade populacional por concelho e freguesia – tendências; níveis de educação e de formação profissional)	9
2.2. Mercado de trabalho (emprego, desemprego).....	13
2.3. Economia.....	17
2.4. Qualidade de vida (serviços de proximidade, tipologia das populações carenciadas).....	27
2.5. Cultura regional (património histórico e cultural, artesanato, gastronomia, tradições, feiras, romarias e festividades).....	31
2.6. Recursos naturais.....	36
3. CARACTERIZAÇÃO DOS ASPETOS RELEVANTES REFERENTES ÀS ÁREAS TEMÁTICAS OBJETO DE INTERVENÇÃO	39
4. ANÁLISE DAS NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO E DO POTENCIAL DA ZONA CONSIDERADA, INCLUINDO UMA ANÁLISE DOS PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS E DAS OPORTUNIDADES E AMEAÇAS.....	42
5. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	49
5.1. Descrição da estratégia de desenvolvimento local	49
5.2. Estrutura da estratégia local e seus objetivos.....	52
5.3. Articulação com o PRORURAL + e com outros instrumentos de política	59
6. Processo de envolvimento das comunidades no desenvolvimento da estratégia.....	66
7. Plano de Ação e Investimento	72
8. Resultados esperados e indicadores.....	95
9. Disposições de gestão e controlo da EDL.....	98
9.1. Dispositivos de participação dos parceiros na execução da EDL.....	98
9.2. Organização dos GAL para assegurar as atividades de animação e acompanhamento da EDL	99
9.3. Dispositivos técnico-administrativos para a análise e seleção dos projetos	102
9.4. Ações e instrumentos previstos para o acompanhamento da EDL, em particular a monitorização dos projetos aprovados	105
9.5. A modalidade e instrumentos previstos para a avaliação da EDL	107
9.6. Ações de animação e promoção do território.....	110
9.7. Ações a realizar e meios a utilizar para publicitar a EDL dentro do território e para difundir os seus resultados.....	112
10. Estratégia de Cooperação.....	113

Anexos.....	116
Anexo 1. Detalhes sobre a população residente no Território de Intervenção	117
Anexo 2. Detalhes sobre a população desempregada	119
Anexo 3. Indicadores macroeconómicos	121
Anexo 4. Detalhe das empresas do sector secundário	124
Anexo 5. Inquérito- Contributo das entidades parceiras	125

ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS

Figura 1. Arquipélago dos Açores	6
Figura 2. Algar do Carvão, ilha Terceira	27
Gráfico 1. População residente de acordo com o nível de escolaridade	11
Gráfico 2. Taxa de desemprego da RAA	14
Gráfico 3. Evolução do número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros	24
Gráfico 4. Evolução do número de dormidas em unidades de Turismo em Espaço Rural	25
Quadro 1. Delimitação geográfica do território de intervenção (ICC 3)	6
Quadro 2. Identificação das Freguesias das ilhas Terceira e Graciosa	7
Quadro 3. População residente, em 2001 e 2013 (ICC 1; ICC 4)	8
Quadro 4. Estrutura etária, em 2001 e 2013 (ICC 2)	9
Quadro 5. Principais indicadores demográficos	9
Quadro 6. Índice de Envelhecimento 2001 - 2011	10
Quadro 7. Variação do Nº de Estabelecimentos de Ensino 2007/2008 e 2012/2013	12
Quadro 8. Indicadores de Educação (%)	12
Quadro 9. Taxas de Desemprego (ICC 7) e de Atividade	13
Quadro 10. Estrutura sectorial do emprego (Nº) (ICC 11)	14
Quadro 11. Produtividade do trabalho por sector da economia (ICC 12) (€/pessoa)	16
Quadro 12. Estrutura da economia (VAB) (ICC 10), em 2009	17
Quadro 13. VAB (ICC 10), no período 2007-2012	18
Quadro 14. PIB por ilha	18
Quadro 15. PIB <i>per capita</i> por ilha (aproximação ao ICC 8)	18
Quadro 16. Comércio Internacional de Mercadorias	19
Quadro 17. Evolução do número de explorações e da SAU, entre 1999 e 2009 (ICC 18)	19
Quadro 18. Indicadores de empresas, 2007 e 2012	22
Quadro 19. Infraestruturas turísticas: número de camas no Território de Intervenção (ICC 30)	23
Quadro 20. Número respostas sociais, sem e com fins lucrativos, capacidade e frequência, por áreas de intervenção social e por ilha	28
Quadro 21. Indicadores de saúde por município	29
Quadro 22. Distribuição das instalações desportivas artificiais	29
Quadro 23. Ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as (€) por conta de outrem, segundo a atividade económica	30
Quadro 24. Beneficiários do rendimento social de inserção, segundo o género e idade (n.º)	30
Quadro 25. Indicadores de Cultura (2013)	33
Quadro 26. Produtos artesanais do Território de Intervenção	34
Quadro 27. Área da Rede Natura 2000 (ICC 34)	37
Quadro 28. Áreas Protegidas da RAA	37
Quadro 29. Plano Financeiro por Intervenções, Anos e Fontes de Financiamento para o período de 2013 -2020	73
Quadro 30. Ficha de caracterização da Intervenção 6.4	75
Quadro 31. Ficha de caracterização da Intervenção 7.2	80
Quadro 32. Ficha de caracterização da Intervenção 7.4	84
Quadro 33. Ficha de caracterização da Intervenção 7.5	88
Quadro 34. Ficha de caracterização da Intervenção 7.6	92
Quadro 35. Indicadores de desempenho	95
Quadro 36. Quando de indicadores de realização e de resultado	96

Nota metodológica

A análise foi realizada, sempre que possível, com base nos indicadores comuns de contexto relacionados com a situação inicial e constantes do Anexo IV do Regulamento de Execução (UE) n.º 808/2014, da Comissão, de 15 de julho e constantes do Diagnóstico do PRORURAL+ (Indicadores Comuns de Contexto – ICC). No entanto, apesar do Anexo I da Portaria n.º 72/2015 de 12 de Junho de 2015 recomendar a utilização dos indicadores C1 a C12, alguns desses indicadores não se encontra disponível com este nível de desagregação, designadamente, os seguintes:

- **ICC 5 Taxa de emprego e ICC 7 Taxa de desemprego.** Para ter os dados ao nível das ilhas/Concelhos teve de se recorrer a dados estatísticos recuados (do ano 2011). Não se encontra disponível a desagregação por escalão etário.
- **ICC 8 PIB per capita.** Os cálculos foram efetuados através da divisão do PIB de cada uma das ilhas com a estimativa da população residente para o respetivo ano. Note-se que o último dado disponível com a desagregação ao nível das ilhas é 2009, pelo que se optou por não fazer índice da paridade poder de compra (ppc) (UE28=100).
- **ICC 9 taxa de pobreza.** De acordo com um documento da Secretaria Regional da Solidariedade Social – Direção Regional de Solidariedade Social intitulado “Zonas Afetadas pela Pobreza ou Grupos Alvo em Risco De Exclusão”, a RAA conseguiu diminuir a sua taxa de pobreza no período 2005/2006 e 2010/2011 (21% e 17,9%, respetivamente), no entanto, nesse ano, continuava a ter a taxa mais alta do país (a média nacional era de 14,8%).

1. TIPOLOGIA A E LIMITES DO TERRITÓRIO DE INTERVENÇÃO

1.1. Contexto geográfico da Região Autónoma dos Açores (RAA)

A Região Autónoma dos Açores (RAA), parte integrante do Estado Português, situada na zona central do Atlântico nordeste, é gerida um governo e um estatuto político e administrativo próprio, é constituída por nove ilhas e um conjunto significativo de ilhéus, e situa-se a cerca de 1.500 km (930milhas) de Lisboa e a 3.900km (2.420milhas) da América do Norte. A sua localização geográfica determina, assim, um forte isolamento geográfico, sendo considerada uma Região Ultraperiférica.

O território da RAA tem 2.322 Km², sendo que a área se encontra desigualmente dispersa por 9 ilhas, distribuídas por 3 Grupos (Occidental, com as ilhas de Santa Maria e São Miguel e os ilhéus; Central com as ilhas da Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial; e Oriental com as ilhas das Flores e Corvo).

Figura 1. Arquipélago dos Açores



Fonte: <http://www.riac.azores.gov.pt/RIAC/header/riac/ondeestamos>

1.2. Identificação do território rural abrangido

O Território de intervenção da GRATER – ilhas Terceira e Graciosa, representa 19,85% da RAA (17,24% ocupados pela ilha Terceira e 2,61% pela ilha Graciosa), tendo sido considerado *rural* em toda a sua extensão.

Quadro 1. Delimitação geográfica do território de intervenção (ICC 3)

RAA e ilhas	Área (Km ²)	Perímetro (Km ²)	Comprimento máximo		Altitude máxima
			Norte-Sul	Este-Oeste	
RAA	2.332,7	943	311	557	2.351
Terceira	400,30	126	18	29	1.021
Graciosa	60,70	44	10	11	402

Fonte: SREA, 2012.

No quadro seguinte estão sistematizadas as Freguesias de cada um dos Concelhos.

Quadro 2. Identificação das Freguesias das ilhas Terceira e Graciosa

ilhas	Terceira		Graciosa
Freguesias	Angra do Heroísmo	Praia da Vitória	Santa Cruz Graciosa
	Altares	Aqualva	Santa Cruz
	N. Sra. da Conceição	Biscoitos	Guadalupe
	Santa Luzia	Cabo da Praia	Luz
	São Pedro	Fonte do Bastardo	Praia (São Mateus)
	Sé	Fontinhas	
	Cinco Ribeiras	Lajes	
	Doze Ribeiras	Santa Cruz	
	Feteira	Quatro Ribeiras	
	Porto Judeu	São Brás	
	Posto Santo	Vila Nova	
	Raminho	Porto Martins	
	Ribeirinha		
	Santa Bárbara		
	São Bartolomeu		
	São Bento		
	S. Mateus da Calheta		
	Serreta		
	Terra-Chã		
	São Sebastião		

1.3. População residente

No que respeita à população residente nas 9 ilhas, o Arquipélago apresenta uma distribuição diferenciada, estando mais de metade concentrada na ilha de São Miguel, seguida da ilha Terceira, a qual concentra cerca 22,9% da população. A ilha Graciosa contribui com apenas 1,9% da população da RAA.

Relativamente ao número de residentes de cada uma das freguesias que compõem o território de intervenção, a distribuição é igualmente heterogénea (cf. Anexo 1. População residente por Concelho e Freguesia).

Os dados constantes do quadro permitem concluir por uma dinâmica populacional e uma evolução do número de residentes contrastadas, verificando-se um ligeiro crescimento da população residente na ilha Terceira e uma diminuição na ilha Graciosa, a par de grande parte das ilhas açorianas. Com efeito, na última década, as duas únicas ilhas que registaram capacidade para atrair população foram as ilhas de São Miguel e da Terceira.

Quadro 3. População residente, em 2001 e 2013 (ICC 1; ICC 4)

Região, ilhas e Concelhos	Habitantes			Densidade Populacional		
	2001 (N.º)	2013 (N.º)	Variação (%)	2001 (hab./km²)	2013 (hab./km²)	Variação (%)
RAA	241.763	247.440	2,3	104,1	106,6	2,4
Terceira	55.833	56.641	1,4	139,5	141,5	1,4
Graciosa	4.780	4.400	-7,9	78,7	72,5	-7,9

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001; INE, Estimativas Provisórias da População Residente, 2014.

Como se pode verificar pelo quadro apresentado, em 2013, o Território de Intervenção (TI) era composto por 60.041 indivíduos, numa área total de 461 km², resultando numa densidade populacional de 141,5 hab/km² para a ilha Terceira e 72,5 hab/km² para a ilha Graciosa (bastante abaixo da ilha de São Miguel (186,2 hab/km²), mas acima da média da RAA (106,6 hab/km²) no caso da ilha Terceira.

2. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO - ECONÓMICA DO TERRITÓRIO

Este ponto tem como objetivo fazer a análise de contexto do território de intervenção (TI), traçando a situação de partida e observando a evolução recente registada ao nível da população, economia, mercado de trabalho e qualidade de vida.

2.1. População (densidade populacional por concelho e freguesia – tendências; níveis de educação e de formação profissional)

O TI pode ser caracterizado por uma **estrutura etária** relativamente jovem (Cf. Anexo 1. População residente (nº), por escalão etário), embora abaixo da média da região. Um aspeto positivo é ter-se verificado uma manutenção, ou ligeiro acréscimo no caso da Graciosa, da população em idade ativa (15-64 anos).

Quadro 4. Estrutura etária, em 2001 e 2013 (ICC 2)

Estrutura etária	% da população total					
	RAA		Terceira		Graciosa	
	2001	2013	2001	2013	2001	2013
< 15 anos	23,4	17,2	19,4	16,0	16,7	14,7
15 - 64 anos	65,9	69,8	66,9	69,4	62,4	65,1
> 64 anos	10,8	13,0	13,8	14,6	20,9	20,1

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001 e 2011; INE, Estimativas Provisórias da População Residente, 2014.

A análise efetuada sobre a dinâmica populacional levam a concluir pelos elementos seguintes:

- Tendência de **envelhecimento** da população, mais perceptível na Graciosa, e visível no aumento do índice de envelhecimento e no índice de sustentabilidade potencial (resultado da diminuição do peso da população mais jovem com menos de 15 anos e, inversamente, do aumento da proporção da população com mais de 65 anos).
- Diminuição dos Índices de **dependência** (total e de idosos e jovens, com a exceção da dependência de idosos na ilha Terceira).
- Diminuição da taxa bruta de **natalidade**.

Quadro 5. Principais indicadores demográficos

Indicadores	2001			2013		
	RAA	TER	GRA	RAA	TER	GRA
Índice de envelhecimento	60,4	71,2	127,5	76,0	91,7	139,3
Índice de dependência total	52,4	49,6	60,3	43,3	44,2	53,6
Índice de dependência de idosos	19,7	20,6	33,6	18,7	33,6	31,0
Índice de dependência de jovens	32,6	28,9	26,6	24,6	26,6	22,6
Índice de sustentabilidade potencial*	6,1	5,4	4,8	4,8	3,0	3,2
Taxa Bruta de Natalidade (‰)	11,7	12,0	8,6	9,5	10,1	8,3

*Relação entre a população em idade ativa e a população idosa (quociente entre o número de pessoas com idades entre os 15 e os 64 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos de idade).

Fonte: <http://estatistica.azores.gov.pt:81/ReportServer/Pages/ReportViewer.aspx?%2fDemografia%2f>

Recuperando a questão da tendência para o envelhecimento, este índice tem vindo a aumentar significativamente em algumas freguesias. Neste contexto, Santa Cruz da Graciosa é o concelho do território de intervenção com maior índice de envelhecimento (135,1%), sendo a Praia da Vitória o concelho que apresenta uma população menos envelhecida (85,4%). No entanto, a tendência para o envelhecimento da população foi transversal a todo o TI.

Quadro 6. Índice de Envelhecimento¹ 2001 - 2011

Freguesias	Índice de envelhecimento	
	2001	2011
Angra do Heroísmo	72,3	90,0
Altares	76,2	79,7
Angra (N. Sra. da Conceição)	108,9	163,6
Angra (Santa Luzia)	105,9	189,0
Angra (São Pedro)	88,9	122,3
Angra (Sé)	160,4	276,9
Cinco Ribeiras	64,8	82,4
Doze Ribeiras	160,5	136,5
Feteira	42,8	60,7
Porto Judeu	57,0	68,5
Posto Santo	36,9	58,0
Raminho	162,3	132,6
Ribeirinha	69,3	75,4
Santa Bárbara	90,0	113,7
São Bartolomeu de Regatos	58,8	54,4
São Bento	53,6	96,4
São Mateus da Calheta	36,7	44,5
Serreta	125,9	120,4
Terra Chã	33,9	40,7
Vila de São Sebastião	85,4	83,7
Vila da Praia da Vitória	65,9	85,4
Agualva	64,0	126,1
Biscoitos	104,2	125,8
Cabo da Praia	60,0	84,0
Fonte do Bastardo	62,0	73,8
Fontinhas	77,9	78,6
Lajes	50,7	63,4
Praia da Vitória (Santa Cruz)	62,8	82,8
Quatro Ribeiras	81,3	118,2
São Brás	61,9	74,6
Vila Nova	89,1	108,4
Porto Martins	65,8	89,6
Santa Cruz da Graciosa	124,3	135,1
Guadalupe	156,4	185,0
Luz	166,1	124,5
Praia (São Mateus)	115,2	136,3
Santa Cruz da Graciosa	95,9	112,6

Nota: ■ Nível de envelhecimento elevado

■ Nível de envelhecimento baixo

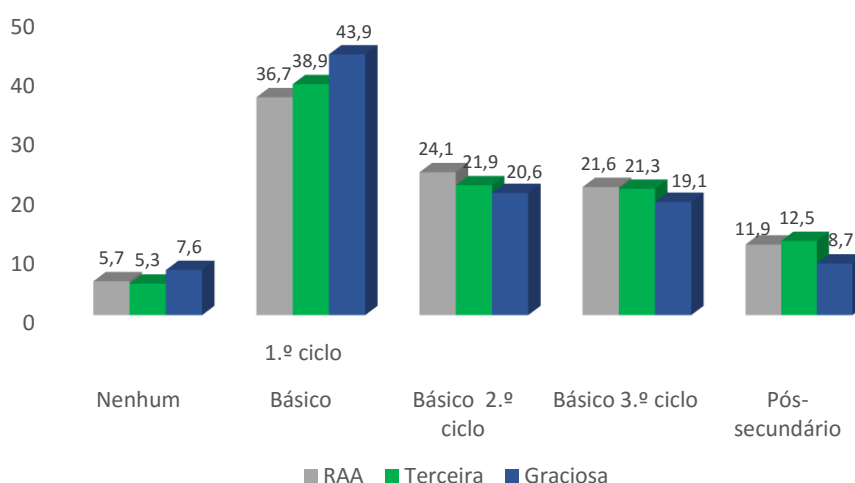
Fonte: INE, Censos – séries estatísticas 2001- 2011.

¹ Relação entre a população idosa e a população jovem.

O índice de envelhecimento diferenciado nas freguesias alerta para a necessidade de apetrechamento/oferta de serviços igualmente diferenciados. Assim, para as freguesias assinaladas com a cor vermelha o alerta surge para a necessidade de apetrechamento de serviços e soluções integradas no âmbito da rede de apoio aos mais idosos (apoio domiciliário, segurança, combate ao isolamento e ao risco de pobreza e exclusão).

No que respeita ao **nível de escolaridade**, e embora tenha ocorrido uma melhoria substancial nas últimas duas décadas, em 2011, 5,5% da população do território de intervenção não tinha qualquer nível de escolaridade completo e 39,3% não tinha mais do que o 9º ano de escolaridade (em linha e ligeiramente acima da média regional, respetivamente). Por outro lado, 12,2% detinha um nível de escolaridade pós-secundário, um fator positivo e ligeiramente acima da média regional. Note-se, no entanto, que a ilha Graciosa tem o pior desempenho no que toca aos indicadores analisados, com uma maior proporção da população sem qualquer nível de escolaridade completo e também uma menor proporção da população com ensino pós-básico.

Gráfico 1. População residente de acordo com o nível de escolaridade



Fonte: SREA – Censos 2011

A oferta do número de estabelecimentos de ensino, entre 2007/2008 e 2012/2013 verificou um decréscimo com incidência no ensino pré-escolar e do 1º Ciclo e um ligeiro aumento para a oferta nos estabelecimentos de ensino dos restantes níveis. Este ajustamento deve-se ao esforço na reestruturação da rede de ensino e na melhoria dos equipamentos existentes que passou, nomeadamente, pela concentração das atividades escolares do 1.º ciclo e da Educação Pré-escolar num único edifício em cada freguesia ou conjunto de freguesias (centros educativos) e pela expansão do ensino secundário, através da ampliação de infraestruturas e/ou dotação de equipamentos mais atuais.

Quadro 7. Variação do Nº de Estabelecimentos de Ensino 2007/2008 e 2012/2013

	2007/2008					2012/2013				
	Pré-Escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário	Pré-Escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário
RAA	228	184	30	30	20	199	155	34	41	40
Terceira	58	43	5	5	3	49	34	6	8	6
<i>Angra do Heroísmo</i>	37	25	2	2	2	30	19	4	4	4
<i>Praia da Vitória</i>	21	18	2	3	1	19	15	2	4	2
Graciosa	5	4	1	1	1	5	4	1	1	1

Fonte: SREA- Anuários estatísticos 2008-2013

No entanto, esta é uma área onde é necessário continuar a investir, sobretudo numa lógica de promoção dos níveis de escolaridade e instrução da população. Os dados dos últimos censos, continuam a apresentar um nível ligeiramente mais baixo do Território de Intervenção face à média regional. Os indicadores disponíveis apontam para uma necessidade de se apostar, sobretudo, na redução do abandono e do insucesso escolar. Estes indicadores, entre 2006/2007 e 2011/2012, registaram comportamentos bastante negativos, principalmente na ilha Graciosa onde a matéria do insucesso e abandono escolar representa uma grande preocupação.

Neste contexto, a GRATER com as empresas/associações locais (parceiras ou não) poderão organizar-se para a identificação das áreas onde existe ainda oportunidade para a criação de emprego e para promoção de novas áreas a explorar onde essa dinâmica não exista, de modo a permitir o acesso dos alunos graduados às empresas regionais, sendo que as empresas poderão aproveitar a existência de apoios e incentivos a jovens estagiários, bem como participar em eventuais iniciativas no âmbito da promoção do empreendedorismo junto da população em idade escolar.

A este quadro não é alheia a situação geral da RAA. Com efeito, em 2011, a RAA apresentou o nível mais elevado de abandono escolar precoce do País.

Quadro 8. Indicadores de Educação (%)

	RAA		Terceira		Graciosa	
	2006/2007	2012/2013	2006/2007	2012/2013	2006/2007	2012/2013
Taxa bruta de pré-escolarização	82,2	92,1	90,3	94,5	103,4	112,9
Taxa bruta de escolarização - EB	123,9	112,5	118,9	108,6	105,8	112,3
Taxa bruta de escolarização - ES	80,3	96,0	72,5	99,7	77,4	70,3
Taxa de retenção e desistência no ensino básico - Total	9,0	16,9	10,6	14,2	4,0	16,5
Taxa de retenção e desistência no ensino básico - 1º Ciclo	3,4	11,1	2,1	9,1	0,5	10,4
Taxa de retenção e desistência no ensino básico - 2º Ciclo	10,9	17,0	12,4	15,9	3,8	16,5
Taxa de retenção e desistência no ensino básico - 3º Ciclo	15,6	24,9	20,0	19,9	8,6	24,6
Taxa de transição/conclusão no ensino secundário - Total	72,3	74,7	68,5	79,4	77,8	76,1

Fonte: Ministério da Educação e Ciência - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, retirado dos anuários

A abordagem da GRATER também é, e sempre foi, centrada nas pessoas. Dadas as circunstâncias, torna-se necessário começar um processo que promova a sensibilização dos alunos para o facto do baixo nível de escolaridade condicionar a empregabilidade e o empreendedorismo e assim a criação de micro empresas que contribuam o desenvolvimento local.

Outra questão ainda ligada a este público-alvo é a sensibilização ambiental: a população em idade escolar, apesar do esforço de algumas escolas, tem uma baixa sensibilidade para as questões ambientais e, na ilha Graciosa, esta matéria deve ganhar relevo pelo facto da ilha ser reserva da Biosfera. Em matéria de educação, promoção e sensibilização ambiental os principais objetivos prendem-se com o desenvolvimento de projetos e campanhas que visem aumentar o grau de consciência ambiental, alargar a participação da comunidade local na educação ambiental, dinamizar projetos escolares para a formação ambiental e de demonstração da sustentabilidade ambiental e fomentar boas práticas ambientais nas escolas, bem como nos serviços municipais, entidades públicas e privadas do Território de Intervenção.

2.2. Mercado de trabalho (emprego, desemprego)

A RAA e o território de intervenção da GRATER registou um aumento da taxa de atividade na última década e, até 2011, a taxa de desemprego era a mais baixa a nível nacional (os dados relativos a cada uma das Freguesias encontram-se no Anexo 2.).

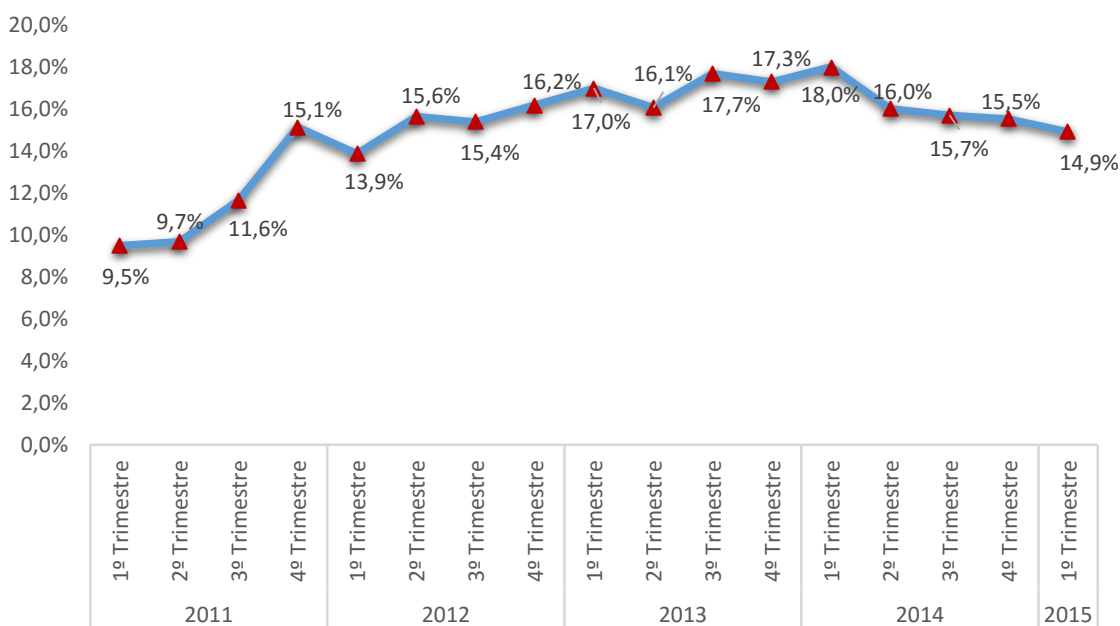
Quadro 9. Taxas de Desemprego (ICC 7) e de Atividade

Concelho/ Freguesia	Taxa de Desemprego (ICC 7)		Taxa de Atividade	
	2001	2011	2001	2011
RAA	6,6	11,1	41,9	46,6
Angra do Heroísmo	4,9	9,3	42,8	47,7
Vila da Praia da Vitória	6,6	10,2	41,1	47,6
Santa Cruz da Graciosa	8,2	9,6	38,9	43,8

Fonte: INE, Censos – séries estatísticas 2001- 2011.

Contudo, este cenário sofreu um recuo acentuado, com o aumento bastante pronunciado da taxa de desemprego nos últimos anos, mantendo-se no primeiro trimestre de 2015 como uma das mais elevadas do país. Embora estes números sejam relativos à RAA, considera-se que no território de intervenção tenha havido esta mesma tendência, agravada no caso da Graciosa devido ao cada vez menor dinamismo socioeconómico e agravada no caso da Terceira devido à situação da base das Lajes.

Gráfico 2. Taxa de desemprego da RAA



Fonte: SREA.

A **composição sectorial do emprego**, de acordo com dados do setor estruturado da economia, evidencia uma dinâmica centrada no setor terciário, o qual na última década continuou a absorver emprego, ao contrário dos sectores primário e secundário que registaram decréscimos consideráveis (menos 10,7% no sector primário e menos 4,7% no sector secundário).

Quadro 10. Estrutura sectorial do emprego (Nº) (ICC 11)

Concelho	Primário			Secundário			Terciário			Total		
	2001	2011	Var.	2001	2011	Var.	2001	2011	Var.	2001	2011	Var.
RAA	11.215	8.731	-22,1	24.172	20.955	-13,3	59.341	72.441	22,1	94.728	102.127	7,8
GRATER	2.415	2.157	-10,7	5.481	5.224	-4,7	16.089	18.661	16,0	23.985	26.042	8,6
<i>Terceira</i>	2.130	1.916	-10,0	5.075	4.838	-4,7	15.073	17.550	16,4	22.278	24.304	9,1
Angra do Heroísmo	1.423	1.251	-12,1	3.159	2.928	-7,3	9.920	11.132	12,2	14.502	15.311	5,6
Vila da Praia da Vitória	707	665	-5,9	1.916	1.910	-0,3	5.153	6.418	24,5	7.776	8.993	15,7
<i>Graciosa</i>	285	241	-15,4	406	386	-4,9	1.016	1.111	9,4	1.707	1.738	1,8
Santa Cruz da Graciosa	285	241	-15,4	406	386	-4,9	1.016	1.111	9,4	1.707	1.738	1,8

Nota: setor primário - atividades ligadas à Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Pesca e Indústria extrativa; setor secundário - atividades ligadas à Indústria transformadora, Energia, tratamento água e saneamento, Construção; Sector terciário - Serviços (alojamento, saúde, educação, etc.). Entre 2001 e 2011 existiu uma alteração na Classificação das Atividades Económicas, pelo que se fez uma aproximação/ajustamento.

Fonte: INE, Censos – séries estatísticas 2001- 2011.

Em termos globais, a distribuição sectorial do emprego do território de intervenção da GRATER apresenta como principais traços de caracterização os seguintes:

- **Importância do setor primário, embora com diminuição acentuada na última década, ainda que inferior à média regional. Neste segmento, destaca-se a ilha Graciosa** (porventura por força das atividades relacionadas com a pesca). Em 2011, no TI, 8,3% dos ativos estava empregado no setor primário (7,9% na Terceira e 13,9% na Graciosa). De destacar que este setor (i) tem uma elevada

importância social, em virtude de parte substancial da mão-de-obra utilizada nas atividades agrícolas não ser contabilizada na medida em que assume uma condição familiar não remunerada; (ii) tem uma grande importância no rendimento familiar ao funcionar como complemento a outras atividades económicas/profissionais exercidas.

- **A base produtiva industrial teve uma diminuição ligeira no período em análise.** Este setor é relativamente pouco diversificado mas representa um peso ainda relevante no emprego do território de intervenção, concentrando 20,1% dos ativos, em 2011. Neste âmbito não há uma ilha que se destaque, com a Terceira a ter 19,9% dos ativos nesse setor e a Graciosa 22,2%. Em termos de atividades destacam-se as indústrias alimentares e a construção. Neste contexto há que acautelar que o facto de os dados reportarem ao ano de 2011 podem não evidenciar as dificuldades vividas por estes dois sectores de atividade nos últimos anos. Com efeito, e com base na informação recolhida junto dos interlocutores auscultados, estes dois sectores de atividade vivem dificuldades acrescidas devido à abolição do sistema de quotas leiteiras e ao abrandamento da construção civil residencial.
- **Crescente terciarização da economia regional, tendo sido o único setor a aumentar a sua representatividade em termos de emprego.** Neste segmento encontra-se alguma diferenciação da percentagem de população empregada, com a Terceira a contar com 72,2% dos seus ativos no setor terciário e a Graciosa 63,9%, destacando-se os estabelecimentos ligados às atividades comerciais (comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos e outros bens), mas também o sector dos serviços de apoio social (atividades de saúde humana e apoio social).

No que se refere à postura perante o mercado de trabalho, a **Taxa de autoemprego (ICC6)²** no território de intervenção é de 17,6% (esta proporção é semelhante na RAA e nos dois concelhos da ilha Terceira, sendo ligeiramente superior na ilha da Graciosa (19,8%); 9,1% do autoemprego é gerado no âmbito do sector terciário). O autoemprego decresceu ligeiramente (cerca de 1%) entre 2001 e 2011.

O autoemprego pode ter duas leituras: uma com base na estrutura do emprego debilitada, onde o autoemprego pode ser apontado como uma das soluções para a falta de oportunidades no mercado de trabalho; outra com base no empreendedorismo, onde o autoemprego pode ser apontado como um elemento positivo porque evidencia uma dinâmica de criação de microempresas.

O decréscimo ligeiro da taxa de autoemprego consubstancia duas observações: (i) no território de intervenção está-se perante um contexto de crescimento lento, decorrente da crise económica e das dificuldades do sector privado em promover dinâmicas económicas que estimulem as pessoas/empreendedores a encararem o autoemprego como um meio de criar emprego e rendimento; e (ii)

² Considerou-se o número de empregadores e o número de trabalhadores por conta própria.

no território de intervenção está-se perante um contexto de insucesso das microempresas da região, em que se destaca as dificuldades em tornarem-se economicamente sustentáveis.

No futuro seria interessante recolher dados sobre o desempenho económico e financeiro das microempresas/autoemprego criadas com o apoio FEADER, podendo ser esses dados utilizados como um indicador de sucesso dos empreendedores/autoempregados.

Quanto à **produtividade do trabalho por sector da economia (ICC 12)**, este diagnóstico apresenta os dados ao nível regional, com recurso a informação estatística oficial e os dados por ilha, com recurso a uma *proxy* (divisão do VAB por sector e o número de pessoas ao serviço nesses mesmos sectores). Como se pode constatar, a produtividade do trabalho por sector da economia apresenta diferenças significativas entre as ilhas e os sectores.

Quadro 11. Produtividade do trabalho por sector da economia (ICC 12) (€/pessoa)

	RAA	Terceira	Graciosa
Total	30.551,86	23.500,83	15.692,76
Primário	20.530,85	9.480,40	4.598,43
Secundário	29.883,09	21.095,48	8.447,13
Terciário	32.710,86	22.209,38	17.461,91

Fonte: INE, *Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)*. Cálculos próprios.

O mercado de trabalho do território de intervenção tem **três ameaças** seríssimas decorrentes:

- Da decisão do Governo dos Estados Unidos da América de **reduzir significativamente a sua presença militar e civil na Base das Lajes**. De acordo com o Plano de Revitalização Económica da ilha Terceira (Governo dos Açores), começou a verificar-se de imediato impactos negativos na economia da ilha Terceira e particularmente do concelho da Praia da Vitória. Estes impactos negativos fazem-se notar, nomeadamente no que respeita aos postos de trabalho indiretos, estimando-se uma redução na economia local de cerca de 25% (rendas de imóveis; aquisição de bens e serviços, nomeadamente restauração).

Ainda de acordo com o Plano de Revitalização para a ilha Terceira, a redução dos trabalhadores portugueses (emprego direto e indireto) resulta em 767 desempregados, o que representa um aumento de 15,4% da taxa de desemprego da Região³ e um aumento de 55% da taxa de desemprego da ilha⁴, cenário que exige um pacote de medidas no âmbito do processo de reestruturação para proteção dos trabalhadores, suas famílias e seus rendimentos.

- Da **abolição do sistema de quotas leiteiras**. O novo contexto de produção de leite sem restrições às quantidades produzidas pode levar a um aumento da concorrência de leite oriundo dos países grandes produtores de leite (Polónia, Holanda, França), a uma baixa do preço do leite no produtor

³ Com base no nº de desempregados na RAA a 15/01/2015.

⁴ Com base nos nºs de inscritos na Agência de emprego de AH à data de 15/01/2015.

e, conseqüentemente, a um decréscimo, que pode ser mais ou menos acentuado, no rendimento dos produtores de leite. Esta quebra dos rendimentos pode provocar a insustentabilidade económica e financeira das unidades produtivas e, no limite, empurrar alguns produtores para o desemprego.

- Da **estagnação/diminuição dos fluxos turísticos**. A estagnação/diminuição do número de turistas, decorrente das insuficientes ligações aéreas às ilhas do território de intervenção, tem uma grande influência em todos os serviços de apoio a esses mesmos turistas, desde logo, ao nível do alojamento (senso lato), da restauração e da animação turística. O menor volume de empregos associado a este tipo de atividades é, assim, inevitável. Esta ameaça é muito evidente nas duas ilhas do território de intervenção, embora na ilha Graciosa assuma uma circunspeção acrescida dado o facto de a ilha depender desta dinâmica para o seu desenvolvimento económico.

Estas três ameaças, aliadas à falta de oportunidades de emprego em todos os sectores de atividade económica prenuncia um enquadramento com implicações graves ao nível do rendimento das famílias e representa um dos grandes desafios/necessidades para este período de programação, nomeadamente, através do incentivo à criação de pequenas e microempresas, desejavelmente, com efeitos de arrastamento ao nível do estímulo da economia e da empregabilidade.

2.3. Economia

2.3.1. Indicadores macroeconómicos

A análise da estrutura da economia do TI recorreu aos dados disponíveis, bastante recuados no tempo, do ano 2009. Embora a estrutura não tenha sofrido alterações apreciáveis (nesse ano a estrutura económica era caracterizada pela prevalência do setor terciário), não é rigoroso referir que o contributo para o VAB continue a manter-se. De qualquer forma, e de acordo com os dados disponíveis, no ano 2009 o sector terciário contribuiu com mais de 75% do **Valor Acrescentado Bruto (VAB) (ICC10)**. De notar que há diferenças importantes entre ilhas nos sectores primário e secundário, com a Graciosa a ter um maior contributo para o VAB a partir do sector primário e a Terceira a partir do sector secundário.

Quadro 12. Estrutura da economia (VAB) (ICC 10), em 2009

Sectores	Primário	Secundário	Terciário
Região e ilhas			
RAA	8,5%	16,3%	75,2%
Terceira	8,1%	16,5%	75,4%
Graciosa	11,0%	9,9%	79,0%

Fonte: Apresentação PIB regional dos Açores – ventilação por ilha. S. P. Estatísticas Económicas (CSE). Serviço Regional de Estatística dos Açores. 30 Maio 2014.

A análise detalhada deste indicador com dados mais recentes não é segura porque a informação disponível

Estratégia de Desenvolvimento Local da GRATER – ilhas Terceira e Graciosa

tem lacunas e VAB por sectores apresenta uma representatividade bastante diferenciada do Quadro 11, impossibilitando uma comparação fiável (cf. Anexo 3. Indicadores macroeconómicos). De qualquer forma, como se pode ver no quadro seguinte, o VAB total decresceu consideravelmente no período em análise, com destaque para a ilha Terceira.

Quadro 13. VAB (ICC 10), no período 2007-2012

VAB	RAA			Terceira			Graciosa		
	2007	2012	Variação	2007	2012	Variação	2007	2012	Variação
Total	1.233.985.062	1.039.670.540	-15,7%	219.165.459	174.658.132	-25,5%	9.449.626	8.395.625	-11,2%
Sector primário	6,0%	7,5%	25,0%	7,0%	10,4%	48,6	15,3%	13,2%	-13,7
Sector secundário	37,0%	32,7%	-11,6%	25,3%	20,4%	-19,4	11,4%	16,4%	43,9
Sector Terciário	57,1%	59,7%	4,5%	67,7%	69,2%	2,2	73,4%	70,3%	-4,2

Fonte: INE, *Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)*. Cálculos próprios.

Há uma constante independentemente da fonte dos dados: a crescente terciarização da economia regional, com as atividades do comércio e serviços a representarem cerca de 3/4 do VAB do território de intervenção. Este sector é, atualmente, o sector que maior dinamismo tem demonstrado, e aquele com maiores níveis de crescimento nos últimos anos. Os serviços com maior concentração são os seguintes: comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos; atividades de saúde humana e apoio social; e transportes e armazenagem.

Não obstante, o território de intervenção tem tido um desempenho favorável em termos de **Produto Interno Bruto (PIB)**, que cresceu até 2009, e manteve relativamente constante o seu contributo para o PIB regional.

Quadro 14. PIB por ilha

	2006		2009		Var.
	Euros (1.000)	% Região	Euros (1.000)	% Região	
RAA	3.390.280	100,0	3.650.408	100,0	7,7%
Terceira	748.603	22,1	799.231	21,9	6,8%
Graciosa	42.503	1,3	44.829	1,2	5,5%

Fonte: SREA.

No que se refere ao **PIB per capita (ICC 8)**, na ilha Terceira tem havido uma evolução positiva no sentido da convergência em relação à média regional, o que não acontece com a ilha Graciosa, com um PIB *per capita* bastante inferior.

Quadro 15. PIB per capita por ilha (aproximação ao ICC 8)

	2006	2009
RAA	13.800,1 €	14.785,0 €
Terceira	13.247,5 €	14.122,7 €
Graciosa	9.316,7 €	10.053,6 €

Fonte: SREA; e INE, Estimativas Anuais da População Residente. Cálculos próprios.

Em termos de **comércio internacional de mercadorias** a balança comercial é bastante favorável na ilha Terceira com um valor de exportações bastante superior ao valor das importações. A Graciosa encontra-se na situação oposta, importando, em valor, 17 vezes mais do que exporta pelo que interessará no futuro estimular um maior equilíbrio da balança comercial. Os produtos mais importados (75% das importações) são os seguintes: produtos do reino animal mas, principalmente do reino vegetal e produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados.

Quadro 16. Comércio Internacional de Mercadorias

	Exportações			Importações		
	2007	2014	Variação (%)	2007	2014	Variação (%)
RAA	42.484.218	101.961.652	140	142.087.855	132.126.983	-7
Terceira	3.486.623	21.929.283	529	5.435.031	19.509.464	259
Graciosa	-	4.678	-	16.896	13.324	-21,1

Nota. O crescimento das exportações na ilha Terceira deve-se, sobretudo, ao tipo de bens ligados a máquinas e aparelhos, material elétrico; aparelhos de gravação ou de reprodução de som ou de imagens e acessórios.

Fonte: SREA - Estatísticas Internacionais de bens 2014.

Neste enquadramento desfavorável a Região apresenta como principal traço de evolução económica a contração do Valor Acrescentado Bruto (VAB) a registar ritmos de crescimento negativos e o PIB com crescimento lento, mas uma nota favorável para o aumento das exportações.

2.3.2. Setores de atividade

📌 Sector primário

O sector primário, embora a sua cada vez menor importância no VAB, continua a ter um grande peso na socioeconómica do TI. Na Terceira, 33 % da superfície territorial constitui reserva agrícola regional e na Graciosa esse volume diminui para 26 %.

As **atividades primárias**, conforme referido, persistem como uma importante atividade económica, assistindo-se, no entanto, e à semelhança do que se passa um pouco por todo o País, à diminuição quer da Superfície Agrícola Útil (SAU), quer do número de explorações existentes. De acordo com os dados do último Recenseamento Geral da Agricultura, em 2009, existiam 3.826 explorações com uma SAU de 28.987 ha, o que representa uma redução significativa da atividade agrícola em dez anos, sendo a ilha Graciosa aquela onde se observa uma diminuição mais acentuada. Em termos de representatividade regional, o TI representa 28,3% do número de explorações agrícolas e 24,1% da SAU.

Quadro 17. Evolução do número de explorações e da SAU, entre 1999 e 2009 (ICC 18)

ILHA	N.º Explorações			SAU (ha)		
	1999	2009	Variação 1999-2009	1999	2009	Variação 1999-2010
RAA	19.280	13.541	-30%	121.304	120.412	-2%
Terceira	4.522	2.993	-34%	24.354	23.368	-4%
Graciosa	1.490	833	-44%	5.897	5.619	-5%

Fonte: INE, RGA 1999 e RA 2009.

A estrutura fundiária é caracterizada pela muito reduzida dimensão da propriedade, sendo que mesmo na Terceira onde a dimensão é ligeiramente superior, a média ronda os 7,8 ha por exploração. Observa-se, no entanto, uma tendência de ligeiro aumento da dimensão da propriedade que, de 5,4 ha, em 1999, passou para 7,8 ha em 2009, no caso da Terceira; e que, de 4,0 ha, em 1999, passou para 6,7 ha 2009, no caso da Graciosa.

Em termos de **perfil de produtores**, observa-se que se trata de explorações de cariz familiar, geridas num contexto muito particular de insularidade e em que a produção dominante é o leite para fornecimento à indústria de leite e laticínios. Nos últimos anos, todavia, tem vindo a observar-se alguma diversificação da produção para atividades hortícolas, frutícolas e florícolas.

Os produtores agrícolas e a mão-de-obra familiar são caracterizados por baixos níveis de instrução e formação profissional, sendo a atividade exercida, sobretudo, com conhecimentos adquiridos exclusivamente da prática. A estrutura destes profissionais é relativamente jovem quando comparada com o resto do país, mas ainda assim, com uma estrutura etária que pende para os níveis mais elevados.

De referir, ainda, a existência de vários projetos de instalação de **jovens agricultores** em áreas com tradição produtiva como a produção de leite, mas também em novas áreas como as hortícolas ou as flores. A ilha Terceira teve o maior número de jovens agricultores apoiados (81 de 203 projetos apoiados) e a Graciosa contou, apenas, com a instalação de 5 jovens agricultores.

Em termos de **investimento nas explorações agrícolas**, refira-se que no último período de programação a ilha Terceira liderou no número de projetos apresentados e no investimento efetuado no âmbito do PRORURAL: 377 dos 1.019 projetos apoiados, que representaram um investimento elegível de 34.283.527,18 €, mantendo-se a predominância do sector de atividade bovinicultura de leite. A ilha Graciosa esteve um pouco arredada desta dinâmica, tendo sido apoiados apenas 27 projetos de investimento, com um investimento elegível de 2.842.882,82 €.

Relativamente a **produtos certificados**, as ilhas não têm um produto próprio mas sim dois agrupamentos gestores de Mel dos Açores e da Carne dos Açores-Indicação Geográfica Protegida (IGP). Muito recentemente, final de Junho de 2015, o Burro da Graciosa foi reconhecido como raça portuguesa, um processo que foi liderado pelo Grupo de Biotecnologia da Universidade dos Açores e pela Associação de Criadores e Amigos do Burro da Graciosa. Assim, o Burro da Graciosa passa a ser parte do património nacional e, por isso, o empenho na sua preservação. Este animal já não tem uma funcionalidade agrícola mas a Associação considera que pode vir a assumir uma grande utilidade turística.

A questão da **valorização dos produtos ligados ao setor do leite e laticínios**, apesar do percurso extraordinário que os produtores de leite fizeram na última década, está muito condicionada pela grande indústria onde persiste uma estratégia de comercialização associada aos produtos de baixo valor acrescentado. Este sector de atividade e esta questão coloca-se sobretudo no caso na ilha Terceira. Neste contexto, e dado que a

estrutura fundiária das explorações agrícolas não permite o desenvolvimento de atividades não agrícolas nas explorações, a estratégia poderá passar pelo estímulo à criação de unidades transformadoras de leite de menores dimensões mas com escala para competir, que tenham um objetivo claro de valorizar os produtos transformados e de os comercializar sob essa chancela.

No que respeita aos **sectores do grupo da diversificação**, refira-se que, quer a ilha Terceira, quer a ilha Graciosa têm produtos que são comercializados por todo o arquipélago (a maçã, a castanha e a ameixa no caso da terceira; e a meloa e o alho no caso da Graciosa). Não obstante, falta ainda percorrer um caminho que leve à valorização da produção pelas comunidades locais e regionais, o que exigirá uma melhor articulação dos produtores e das suas organizações com os canais de comercialização. Neste contexto refira-se o Programa de Apoio à Restauração e Hotelaria para a Aquisição de Produtos Regionais que tem por objeto a promoção da competitividade e inovação no setor da restauração e hotelaria açoriana, através da utilização predominante de produtos regionais.

Neste grupo de atividades assinala-se o potencial da vinha e do vinho. Este segmento produtivo começou a dar alguns passos na ilha Terceira e apresenta potencial na ilha Graciosa, através da revitalização das áreas de vinha abandonadas. Todavia, as condições físicas da Adega da ilha da Graciosa apresenta graves constrangimentos para operar.

↳ Sector secundário

Relativamente ao sector secundário, lideram as empresas ligadas à indústria alimentar, à indústria da madeira e suas obras; e à fabricação de produtos metálicos (cf. Anexo 4. Detalhe das empresas do sector secundário).

Neste sector verifica-se uma **baixa diversificação de atividades** e uma **estrutura empresarial de dimensão muito reduzida**. Não obstante, a evolução das indústrias transformadoras aponta no sentido de um processo de crescimento, acompanhado de uma reestruturação produtiva, nomeadamente, em termos de equipamentos e tecnologias. Apesar desta evolução, a dimensão média das empresas das indústrias transformadoras continua a ser muito pequena (cerca de 10 trabalhadores por empresa). Para além destas limitações, as empresas debatem-se com a sua sustentabilidade económica e financeira pois as margens de lucro estão muito dependentes das manobras que podem ser feitas ao nível da redução de custos ou ao nível das economias de escala, dificultadas pelo contexto de mercado a que estão limitadas.

Nas atividades mais ligadas aos elementos rurais, a ilha Terceira, tem uma indústria transformadora alimentar relativamente dinâmica. Neste sector específico foram apoiados 7 projetos no âmbito do PRORURAL com um valor de investimento elegível de 14.255 868,09€, nos vários sectores de atividade (carne, leite e laticínios, Frutas, flores e produtos hortícolas). Para esta dinâmica, a ilha Graciosa contribuiu com um projeto de investimento na área da horticultura com um valor de investimento elegível de 1.104.738,17 €.

No que respeita à **energia**, as condições do território de intervenção fazem com que possua bons recursos para a produção de energia a partir de fontes renováveis, tendo ocorrido um crescimento assinalável na produção de eletricidade através desse tipo de energias e existindo o objetivo de continuar a aumentar a produção por vias destas fontes. De entre as várias fontes de energia renovável destaca-se a energia hídrica e eólica.

Sector terciário: Serviços

A **estrutura empresarial** evidencia uma dinâmica socioeconómica recessiva. Embora tenha ocorrido um aumento, entre 2007 e 2012, do número de empresas, no mesmo período observou-se uma diminuição pessoal ao serviço, transversal à Região e às duas ilhas do território de intervenção.

Relativamente ao **perfil de empresas** observa-se o predomínio de micro empresas individuais, com menos de 3 pessoas ao serviço, o que traduz um perfil empresarial fortemente atomizado, frequentemente pouco qualificado e de mero suporte à população local. Mais uma vez a Graciosa destaca-se pela menor densidade de empresas e pelo menor número de pessoas ao serviço por empresa. Pelo contrário, a ilha Terceira apresenta uma densidade de empresas que ultrapassa a média regional, no entanto com um menor número de pessoas ao serviço e menor volume de negócios por empresa.

Quadro 18. Indicadores de empresas, 2007 e 2012

	RAA			Terceira			Graciosa		
	2007	2012	Var. (%)	2007	2012	Var. (%)	2007	2012	Var. (%)
Densidade de empresas (N.º/km²)	8,4	10,6	26,2	11,3	15,1	33,6	4,7	8,5	80,9
Empresas individuais (%)	80,11	82,29	2,7	82,08	84,72	3,2	85,37	90,86	6,4
Empresas com menos de 250 pessoas ao serviço (%)	99,9	99,9	0,0	100	100	0,0	100	100	0,0
Empresas com menos de 10 pessoas ao serviço (%)	95,2	96,8	1,7	95,4	97,1	1,8	96,9	98,2	1,3
Pessoal ao serviço por empresa (Nº)	3,3	2,6	-21,2	2,8	2,2	-21,4	2,1	1,6	-23,8
Volume de negócios por empresa (mil €)	251,1	193,3	-23,0	196,8	130,2	-33,8	100,9	57	-43,5

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas, retirado dos Anuários Estatísticos da RAA 2008 e 2013.

De acordo com a informação recolhida, o comércio local apresenta grandes dificuldades dado o cada vez menor poder de compra dos consumidores. Neste sentido, o Governo Regional dos Açores lançou o Programa de Apoio à Revitalização das Lojas nos Centros Urbanos – Loja+, que visa promover a requalificação e revitalização do comércio dos centros urbanos, tendo em vista a ocupação de espaços devolutos, mediante um apoio ao arrendamento e/ou à requalificação do espaço comercial.

Nas zonas de intervenção da GRATER, o comércio/serviços de apoio estão a enfrentar dificuldades que podem colocar em causa a prestação desses serviços pelo mesmo motivo. No entanto, dois cenários diferentes podem ser observados:

- Na ilha Terceira surge a questão da proliferação de pequenos negócios que prestam o mesmo tipo de serviços ou serviços semelhantes, colocando em causa não só a viabilidade do próprio negócio mas de outros também. Pelo que torna-se indispensável o levantamento desses pequenos negócios e analisar o seu grau de saturação e/ou a sua proximidade.
- Na ilha Graciosa, o problema é o oposto. Não há interesse na criação de pequenos negócios pois não há procura para os mesmos. Com efeito, no anterior período de programação foram aprovados apenas 3 projetos na ilha Graciosa, não havendo a demonstração de qualquer interesse em investir em pequenos negócios orientados para a prestação de serviços aos residentes e/ou turistas.

Neste contexto, a GRATER com as empresas/associações locais (parceiras ou não) deverão trabalhar em conjunto no sentido de estimular o espírito/cultura empreendedora e a recuperação de empresas com dificuldades. Para isto, a Parceria terá de estimular o acesso dos empresários aos apoios e incentivos no âmbito da EDL, sobretudo na Graciosa, (no período de programação anterior a Graciosa beneficiou de 5 projetos, face aos 147 que foram apresentados). Todavia, este dinamismo está muito dependente do turismo. Se o mercado não alargar não faz sentido a Graciosa ter mais espaços comerciais.

Neste ponto é dado um especial destaque ao setor de atividade do Turismo.

➤ Turismo

O clima no TI é, em geral, prazenteiro, permitindo manter as visitas turísticas todo o ano. No entanto, o território de intervenção, para além de estar face a uma estagnação ou relativa diminuição dos fluxos turísticos, tem um tipo de turismo associado a fenómenos de sazonalidade muito concentrados nos meses de verão.

A atividade do turismo tem vindo a assumir cada vez maior importância na economia da RAA e do território de intervenção. As características destas duas ilhas permitem manter um nível de visitas elevado, no entanto, tem-se verificado um aproveitamento turístico abaixo das potencialidades, com implicações graves ao nível dos serviços orientados para ofertas aos turistas (animação turística, operadores, etc.).

Quadro 19. Infraestruturas turísticas: número de camas no Território de Intervenção (ICC 30)

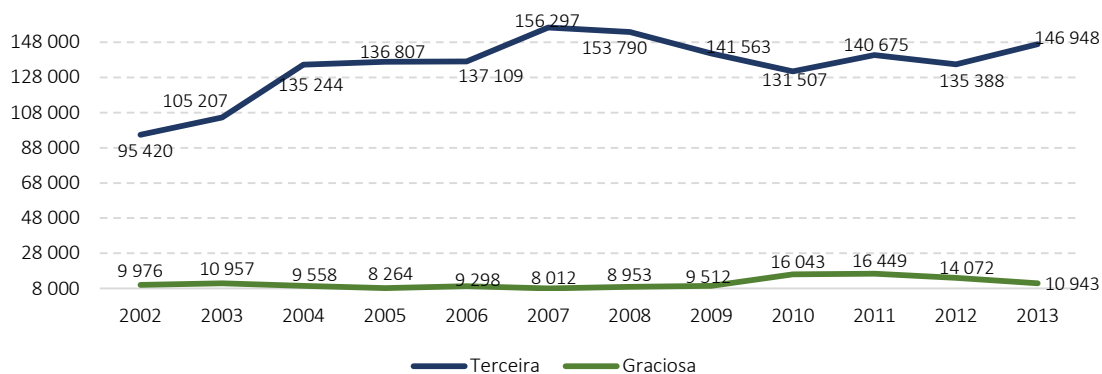
Tipologia de empreendimento	Graciosa	Terceira	Total
Empreendimento Turístico	177	1.664	1.841
Turismo de Habitação		60	60
Turismo em Espaço Rural	48	73	121
Total Geral	225	1.797	2.022

Fonte: Governo Regional dos Açores - Secretaria Regional do Turismo e Transportes

Tendo presente os dados analisados, desde 2004, tem ocorrido uma estagnação, com algumas flutuações negativas, nos fluxos turísticos para as ilhas terceira e Graciosa, ao contrário da Região, que apresentou uma

taxa de crescimento na ordem dos 20%. Uma tendência que importa inverter, a par do fenómeno da sazonalidade.

Gráfico 3. Evolução do número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros



Fonte: INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria.

Todavia, note-se que o Turismo está completamente dependente da dinâmica dos voos das duas únicas companhias aéreas que voam do Continente (origem Lisboa e Porto) para estas ilhas. Nos últimos anos tem-se registado uma estagnação do número de voos e uma ligeira diminuição da capacidade dos aviões, ao contrário das expetativas das entidades regionais.

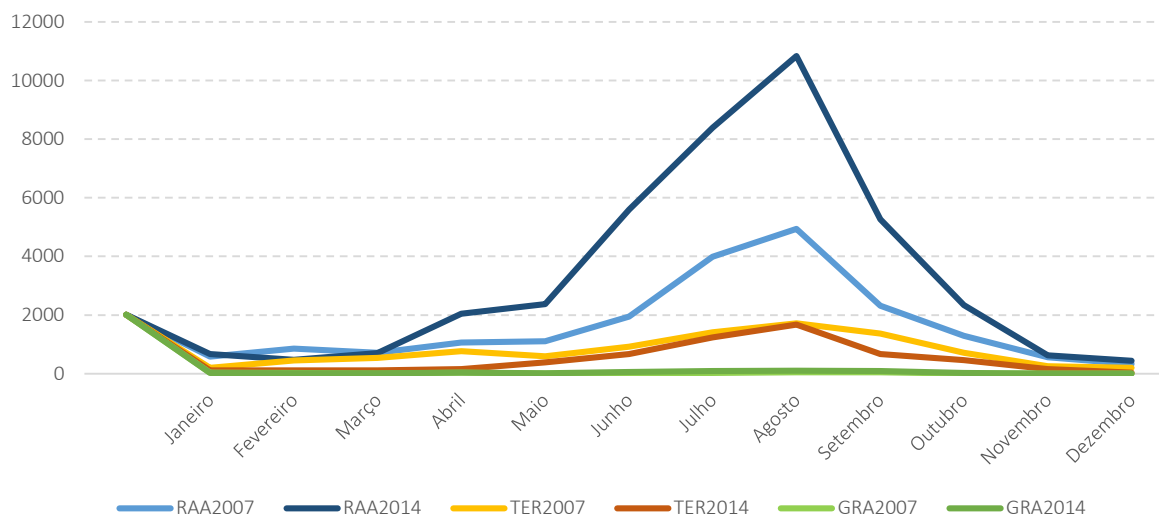
Esta política tem implicações fortes na formação dos preços desses voos (no Verão, o preço de uma viagem ida-volta com origem em Lisboa pode atingir 600 €). Um cenário que afasta os turistas e que coloca em causa a sustentabilidade dos investimentos realizados (p.e., os mais recentes hotel de 4 estrelas na Graciosa e hotel de 5 estrelas na Terceira) e dos potenciais investimentos (p.e., revitalização das termas do Carapacho). Este cenário é agravado no caso da Graciosa, com maiores limitações em termos de captação de turismo. Por um lado, não funciona como local de passagem para outras ilhas, como por exemplo, Horta ou São Jorge; e, por outro lado, a ilha é muito pequena e as suas atrações não são devidamente evidenciadas ou valorizadas (bem como o alojamento). Acresce que a cadência de voos não permite, muitas vezes, a flexibilidade que os turistas requerem para circular entre as ilhas.

Todavia, existe a possibilidade da abertura ao mercado do espaço aéreo a companhias *low cost* e de charters de empresas turísticas. Se esta possibilidade se efetivar, há que considerar o ajustamento da Estratégia de Desenvolvimento Local da GRATER pois esta oportunidade irá decididamente influenciar a motivação de empresários na criação de mais alojamentos, designadamente, sob a égide do turismo em espaço rural e outras atividades de animação turística.

No que se refere especificamente ao Turismo em Espaço Rural (TER), o cenário é o mesmo com a agravante de na ilha Terceira ter sofrido uma grande diminuição, apesar do aumento do número de unidades de turismo, o que indicia que neste próximo período de programação, esta tipologia de investimentos não passe por uma prioridade. De 2007 para 2014, a RAA duplicou o número de dormidas em TER (19.679 para 39.756),

enquanto que a ilha Terceira registou uma diminuição na ordem dos 37% (9.132 para 5.752). A ilha Graciosa mais que duplicou o número de dormidas neste período mas o volume é residual (aumento de 207 para 466).

Gráfico 4. Evolução do número de dormidas em unidades de Turismo em Espaço Rural



Fonte: SREA.

A fraca dinamização das atividades turísticas neste Território é visível na evolução do número de dormidas. Ainda assim, observou-se uma tendência de diversificação e de qualificação das unidades de alojamento, com o crescimento do número de hotéis (de quatro e cinco estrelas) e a existência de novas unidades em espaço rural.

No final do ano 2014, o número de camas era mais que suficiente para a procura, mas depressa se tornará insuficiente se houver mais companhias aéreas a aterrar na ilha Terceira ou se os preços dos voos forem alvo de uma diminuição. Se vier a acontecer no período de implementação da Estratégia, a mesma terá de tentar dar resposta ao potencial aumento do investimento em turismo não só a nível de alojamento, como também de atividades relacionadas.

Dadas as potencialidades do território de intervenção em termos turísticos poder-se-ia dizer que se existir alojamento de qualidade existe mercado para as ilhas Terceira e Graciosa se afirmarem como destino turístico, nomeadamente na vertente de turismo de natureza, de *touring* cultural e paisagístico, de turismo ativo, de turismo espeleológico, geológico e arqueológico, entre outras possibilidades. No entanto, e como referido atrás, as acessibilidades aéreas estão a limitar o desenvolvimento turístico do território de intervenção.

Este facto indicia que importa reforçar o número de voos para a ilha Terceira e para a ilha Graciosa. O aumento de fluxos turísticos permitirá um reforço das infraestruturas e equipamentos de apoio ao turismo, assim como, o reforço das atividades de animação, as quais já começam a estar presentes em maior número no território e com uma oferta cada vez mais qualificada e diversificada.

De referir, ainda, o esforço de divulgação que tem sido feito pela Região, nomeadamente, através da internet. Neste âmbito destaca-se a página oficial do turismo dos Açores <http://trilhos.visitazores.com/pt-pt>, na qual os turistas podem encontrar informação clara e completa. Esta é uma mais-valia para captar visitantes pois pode encontrar-se informação sobre todas as atividades que se podem desenvolver nas ilhas.



[Geografia](#)
[História](#)
[Natureza](#)
[Experiências](#)
[Património](#)
[Festividades](#)
[Gastronomia](#)
[Alojamento](#)
[Deslocação local e como chegar](#)

Os mares azuis profundos, escarpas acentuadas, montes e vales verdejantes, conjunto rico de fauna e flora rico, beleza natural das paisagens, sistema vulcânico, elementos arquitetónicos, oferta cultural, são atributos que funcionam como atrativos, podendo contribuir para suscitar interesse a um leque muito variado de segmentos turísticos e de diversas nacionalidades (chave para contrariar o fenómeno da sazonalidade).

Turismo de negócios: as boas condições dos hotéis, aliadas à serenidade e beleza da região são elementos importantes para atrair grupos empresariais a fazer as suas reuniões. Este segmento de mercado está ainda por explorar. Neste segmento, o Clube de Golfe da Terceira pode funcionar como um importante atrativo.

Turismo sénior: a serenidade, as boas condições dos hotéis, as boas condições de mobilidade e os pontos de interesse histórico, religioso e arquitetónico, são elementos indispensáveis para atrair um público menos jovem.

Turismo balnear: a Terceira, nomeadamente a Cidade de Praia da Vitória, tem uma das maiores extensões de areia da RAA, bem como zonas de piscinas naturais dotadas de infraestruturas de apoio balnear. Na Graciosa, os turistas podem aproveitar algumas zonas convidativas à prática balnear, como Caparacho, Praia, Barro Vermelho e Calheta.

Turismo de saúde: a ilha da Graciosa tem uma zona balnear (Carapacho), com um moderno balneário termal, onde as águas são reconhecidas pelas suas propriedades e mais-valias de bem-estar (talassoterapia natural).

Turismo ativo: no território de intervenção é possível praticar pesca de mar, caça submarina, mergulho, *canyoning*, remo, surf, bodyboard, windsurf, esqui aquático e andar de mota de água, passeios pedestres, *trekking* a cavalo, e *trail run*, BTT, jipe 4x4, moto4, bem como passear em barcos à vela, de caiaque de mar e as saídas para observação de baleias e golfinhos. Estas ofertas complementam-se com a presença do Parque Arqueológico Subaquático da Baía de Angra do Heroísmo.

A escalada desportiva também está em grande desenvolvimento na ilha e a prática do parapente dispõe de vários pontos de possível largada.

Turismo espeleológico, geológico e arqueológico: o território de intervenção tem várias grutas e algares, com rotas instituídas para visitar estes monumentos naturais, bem como oferta de serviços de guia.

Neste contexto, refira-se o Parque Arqueológico Subaquático da Baía de Angra do Heroísmo e o projeto **Geoparque Açores** - Associação Geoparque Açores, criada em Maio de 2010, do qual a GRATER lidera a assembleia-geral, que tem como objetivo integrar as redes internacionais e mundiais de Geoparks da UNESCO como estratégia de preservar o ambiente e potenciar o turismo através do aproveitamento do património vulcânico da RAA (57 geossítios nas 9 ilhas, 7 na terceira e 5 na Graciosa), o único na Europa.

Este projeto encontra-se, todavia, sem qualquer atividade, pelo que importa recuperar o dinamismo para captar esse segmento turístico.

Figura 2. Algar do Carvão, ilha Terceira



Fonte: http://www.azoresgeopark.com/geoparque_acores/

2.4. Qualidade de vida (serviços de proximidade, tipologia das populações carenciadas)

Os vários concelhos contam, atualmente, com diversas infraestruturas, que proporcionam uma oferta diversificada aos seus cidadãos, tanto ao nível social, como ao nível cultural ou desportivo (creches, lares para idosos, salas de espetáculos, ...). A ilha Terceira destaca-se pelo maior número de infraestruturas em todas as tipologias, facto facilmente compreensível porque apresenta fortes características urbanas na cidade de Angra do Heroísmo na Vila da Praia da vitória e porque concentra grande parte da população do território de intervenção, justificando a maior oferta.

Nos últimos anos o TI tem observado uma evolução muito positiva em termos de **respostas sociais** que têm como público-alvo quer crianças (creches e centros de atividades ocupacionais), quer idosos (lares e apoio domiciliário), tendo-se observado uma densificação da rede de entidades e dos equipamentos sociais existentes.

Os dados de 2013 indicam a existência de 165 respostas sociais, com capacidade para 7.669 utentes (em 2013 a taxa de ocupação situou-se nos 88,0%). Os equipamentos de apoio à infância e juventude destacam-se na oferta existente, seguidos dos equipamentos para a terceira idade, sendo igualmente de salientar o forte crescimento recente das respostas sociais dirigidas à família e comunidade.

No entanto, estes dados mais globais ocultam necessidades específicas de alguns territórios, persistindo, ainda, debilidades quer ao nível da oferta, quer ao nível da qualidade e ajustamento dos serviços prestados, sendo necessário continuar a apostar na densificação e qualificação deste tipo de equipamentos. Entre os

grupos identificados como mais vulneráveis encontram-se, nomeadamente, os seguintes: a população idosa (ilha Terceira); e a população dependente de álcool (ilha Graciosa).

No que respeita a equipamentos, identificou-se uma lacuna importante em termos de parques infantis para as crianças (ilha Graciosa).

Quadro 20. Número respostas sociais, sem e com fins lucrativos, capacidade e frequência, por áreas de intervenção social e por ilha

		N.º Respostas		Capacidade		Frequência	
		1996	2013	1996	2013	1996	2013
Terceira	Infância e juventude	30	64	1.415	2958	1.278	2.671
	Invalidez e reabilitação	2	6	50	212	35	206
	Família e comunidade	0	20	0	953	0	777
	Terceira idade	26	58	1.489	2.891	1.061	2.577
	Sub-total	58	148	2.954	7.014	2.374	6.231
Graciosa	Infância e juventude	3	7	81	240	67	166
	Invalidez e reabilitação	0	1	0	10	0	9
	Família e comunidade	0	1	0	25	0	25
	Terceira idade	4	8	193	380	140	318
	Sub-total	7	17	274	655	207	518
Total RAA		239	689	10.513	29.428	8.396	24.871

Fonte: Direção Regional da Solidariedade e Segurança Social/Secretaria Regional do Trabalho e da Solidariedade Social, *Segurança Social em Números - 2013*.

No que respeita aos equipamentos de proximidade e ao nível da **saúde**, o território de intervenção conta com 3 hospitais, todos localizados na ilha terceira, um dos quais uma infraestrutura construída recentemente de raiz com o objetivo de colmatar as necessidades da população.

Nos índices de saúde constata-se a grande disparidade entre a ilha Terceira e a ilha Graciosa: a primeira com a cobertura de 2,7 médicos por cada mil habitantes (um valor superior à média regional) e a segunda com a cobertura de 0,2 médicos por mil habitantes (significativamente inferior à média regional e um indicador que piorou nos últimos 7 anos).

A mesma disparidade ocorre quando analisamos o número de profissionais de enfermagem por cada mil habitantes (10,8 no caso da terceira e 4,3 no caso da Graciosa, tendo melhorado ligeiramente nos últimos 7 anos). No que se refere às farmácias e postos farmacêuticos móveis, os indicadores são semelhantes com uma média de cerca de 0,3 por cada mil habitantes (um valor em linha com a média regional).

Quadro 21. Indicadores de saúde por município

	2007			2013		
	RAA	Terceira	Graciosa	RAA	Terceira	Graciosa
Hospitais - Total	8	3	0	8	3	0
Hospitais oficiais	3	1	0	3	1	0
Hospitais privados	5	2	0	5	2	0
Salas de operação	22	3	0	20	9	0
Centros de Saúde - total	17	2	1	17	2	1
Consultas por habitante (*)	2,1	2,1	3,0	2,2	1,9	2,8
Camas por 1.000 habitantes nos estabelecimentos de saúde	7,2	16,2	3,3	7,2	6,7	3,6
Farmácias e postos farmacêuticos móveis	68	15	1	68	16	1
Enfermeiras/os por 1.000 habitantes	6,7	8,9	4,1	7,8	10,8	4,3
Médicas/os por 1.000 habitantes	2,0	2,2	0,6	2,6	2,7	0,2
Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1.000 habitantes	0,3	0,3	0,2	0,3	0,3	0,2

Fonte: INE, INE, I.P., Estatísticas da Saúde, retirado dos anuários estatísticos 2008 e 2013 da RAA.

Os vários concelhos contam, atualmente, com diversas infraestruturas, que proporcionam uma oferta diversificada ao nível desportivo. Com efeito, no território de intervenção verifica-se um número significativo de **instalações desportivas** que têm um público-alvo muito alargado.

Quadro 22. Distribuição das instalações desportivas artificiais

	RAA		Terceira		Graciosa	
	1996	2008	1996	2008	1996	2008
Grandes Campos	102	94	25	21	4	6
Pequenos Campos	230	324	63	77	7	7
Pavilhões	25	62	6	17	1	2
Salas de Desporto	34	146	12	41	0	2
Piscinas Cobertas	9	25	2	9	0	0
Piscinas Descobertas	3	28	0	5	0	1
Pistas de Atletismo	9	19	3	6	0	1
Outros	15	111	6	33	0	2
Total	427	809	117	209	12	21

Fonte: Universidade de Coimbra, Carta das Instalações Desportivas Artificiais da RAA.

A maioria das instalações desportivas artificiais assume uma importância local e municipal, estando algumas integradas em estabelecimentos de ensino (apenas duas no caso da Graciosa), as quais adquirem, sobretudo, uma importância escolar. Não obstante, após o período de aulas, encontram-se disponíveis para toda a população. No que diz respeito ao estado de conservação das instalações desportivas recenseados em 2008, verifica-se que a maioria se encontra em bom estado.

Em termos de **rendimentos dos trabalhadores** por conta de outrem a análise dos dados do quadro seguinte deixa perceber a evolução positiva nos ganhos médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem, com a exceção do setor primário, em que essa remuneração diminuiu. As fragilidades constatarem-se, assim, no setor primário, principalmente na Graciosa, em que o nível remuneratório é bastante inferior à média da Região e do Território de Intervenção indicando uma fraca disponibilidade financeira deste segmento da

população, colocando-a numa situação vulnerável face a situações de pobreza e exclusão social.

Quadro 23. Ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as (€) por conta de outrem, segundo a atividade económica

	RAA			Terceira			Graciosa		
	2007	2012	Var. (%)	2007	2012	Var. (%)	2007	2012	Var. (%)
<i>Total</i>	864,34	976,14	12,9	809,98	893,05	10,3	729,94	793,18	8,7
Masculino	942,93	1.046,56	11,0	869,2	944,85	8,7	785,24	817,76	4,1
Feminino	747,6	884,45	18,3	713,34	821,84	15,2	653,38	759,58	16,3
<i>Primário (CAE: A)</i>	670,13	812,44	21,2	544,35	652,81	19,9	640,76	399,18	-37,7
Masculino	674,37	817,48	21,2	549,62	688,71	25,3	677,00	401,96	-40,6
Feminino	629,91	770,34	22,3	511,72	508,63	-0,6	423,27	...	-
<i>Secundário (CAE: B - F)</i>	842,86	922,09	9,4	842,66	910,23	8,0	676,83	788,94	16,6
Masculino	864,44	935,94	8,3	859,37	929,98	8,2	722,71	803,93	11,2
Feminino	733,83	864,67	17,8	717,67	809,99	12,9	487,58	716,66	47,0
<i>Terciário (CAE: G - U)</i>	882,99	1.004,33	13,7	804,65	901	12,0	763,97	834,86	9,3
Masculino	1.026,58	1.139,08	11,0	896,48	976,07	8,9	859,17	924,61	7,6
Feminino	750,53	888,24	18,3	714,82	829,75	16,1	688,03	769,85	11,9

Fonte: Ministério da Economia, Quadros de Pessoal. Retirado dos Anuários Estatísticos da RAA 2008 e 2013.

No que respeita ao Rendimento social de inserção observou-se, nos últimos anos, uma diminuição do número de beneficiários, sobretudo, na ilha Graciosa. Esta diminuição deve-se, essencialmente, à alteração nas regras de atribuição deste subsídio (p.e., o acesso à prestação do RSI passou a estar dependente, quer do valor patrimonial mobiliário, como do valor dos bens imóveis, tanto do requerente como do seu agregado familiar), e não à melhoria das condições de vida da população. Esta medida de proteção social criada para apoiar as pessoas ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social, abrange 8,0% da população terceirense e 5,7% da população graciosense, volume ligeiramente abaixo da RAA, onde essa medida alcança 9,7% da população.

Quadro 24. Beneficiários do rendimento social de inserção, segundo o género e idade (n.º)

	RAA			Terceira			Graciosa		
	2007	2013	Var. (%)	2007	2013	Var. (%)	2007	2013	Var. (%)
Beneficiários RSI	22.508	23.986	6,6	4.510	4.542	0,7	466	249	-46,6
Masculino	10.867	12.206	12,3	2.113	2.245	6,2	236	120	-49,2
Feminino	11.641	11.780	1,2	2.397	2.297	-4,2	230	129	-43,9
Menos de 25 anos	12.372	12.599	1,8	2.424	2.306	-4,9	215	122	-43,3
25-39 anos	4.218	5.540	31,3	881	1.028	16,7	70	61	-12,9
40-54 anos	3.489	4.421	26,7	759	886	16,7	90	48	-46,7
55 e mais anos	2.429	1.426	-41,3	446	322	-27,8	91	18	-80,2

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Instituto de Informática, IP, retirado dos anuários estatísticos 2007 e 2013 da RAA.

A promoção da coesão social e territorial e a criação de boas condições de vida são elementos-chave para a fixação e atração de população, empresas e emprego.

O investimento considerável em políticas sociais realizado na última década, resultou num capital social que tem demonstrado capacidade de iniciativa no território de intervenção, observando-se uma tendência de crescente diversificação e qualificação das infraestruturas, numa perspetiva de reforço da sua capacidade de

resposta social. Todavia, o território de intervenção da GRATER apresenta ainda algumas carências específicas, decorrentes nomeadamente, dos níveis de desemprego elevados e da falta de oportunidades de emprego, dos níveis crescentes de envelhecimento e do crescimento de grupos com carências específicas, excluídos ou em risco de exclusão social.

2.5. Cultura regional (património histórico e cultural, artesanato, gastronomia, tradições, feiras, romarias e festividades)

↳ Património histórico

Na Terceira, a cor verde, dominante no interior da ilha, contrasta com o litoral, onde o património edificado tem um grande destaque. Com efeito, a cidade de Angra do Heroísmo está classificada como Património Histórico Mundial pela UNESCO.

Em termos arquitetónicos, a ilha Terceira é igualmente com a fortificação de São João Baptista na cidade de Angra do Heroísmo (arquitetura militar), construída há cerca de 400 anos; com os vários palácios, igrejas e conventos (por ex., Sé Catedral, Palácio dos Capitães-Generais, Paços do Concelho, Igreja de São Gonçalo e Palácio Bettencourt); e com a arquitetura urbana e rural, com características diferenciadas, sendo a urbana constituída por fachadas de pedra de cantaria e pinturas de cores garridas, varandas de ferro forjado e janelas adornadas, e a rural constituída por grandes lajes de pedra e cantaria trabalhada com arte minuciosa. De destacar, também, os *impérios* presentes em diversas localidades da ilha Terceira e as quintas e solares remanescências da aristocracia de séculos passados.

O território de intervenção conta com o seguinte património visitável:

Religioso

Conventos (5)

Impérios do Espírito Santo (55)

Igrejas/ermidas (68 na Terceira, 20 na Graciosa)

Outros

Património militar (10 imóveis)

Passos e cruzeiros (19)

Fontanários e chafariz

De referir, todavia, que parte deste património encontra-se degradado e/ou adulterado e com dificuldades na sua recuperação. Com efeito, e de acordo com as sensibilidades recolhidas, a quantidade de património ultrapassa a capacidade para a sua gestão.

Neste sentido, a Direção Regional da Cultura decidiu rever a lista de património existente na Região, aplicando princípios rigorosos para a sua classificação. O património deve ser passível de ser vendido como um produto turístico e, por isso, deverá ter atribuído um alto nível de interesse.

Na Graciosa, ao lado das casas brancas típicas e ruas de pavimento empedrado da vila de Santa Cruz, vislumbram-se os moinhos de vento e as formas geométricas dos muros que delimitam as parcelas de vinha. Quanto a património histórico, destaca-se a Igreja Matriz que foi construída no final do século XVI mas uma reconstrução deu-lhe marcas barrocas.

Uma das curiosidades desta ilha é a sua praça de touros, milimetricamente circular e edificada no interior de uma cratera vulcânica.

Cultura e lazer

Nos **equipamentos culturais** a oferta é diversificada, existindo, diversos equipamentos, embora concentrados na ilha Terceira, que conta com um museu de nível regional, casas etnográficas, instituições e agremiações culturais, grupos de teatro, ...Estes locais acolhem exposições temporárias ou permanentes que contribuem para a promoção da cultura da ilha, e acolhem inúmeros grupos/associações culturais/associações recreativas, filarmónicas, grupos de teatro, corais, escolas de música, ...

Extenso conjunto de atividades culturais (levantamento aproximado):

Grupos de teatro (11)	Sociedades filarmónicas (29)
Academias/galerias de arte (3)	Grupos corais (7)
Academia musical (1)	Grupos folclóricos (19)
Associações culturais (25)	Grupos de violas (2)
Escolas de música (26)	Grupos de música popular (6)
Tunas (2).	

Da análise efetuada, é de referir que grande parte destas sociedades recreativas têm problemas graves de mobilização de jovens e outros para suportar a sua atividade, acrescendo as dificuldades na sua sustentabilidade financeira, encontrando-se dependentes dos apoios, nomeadamente, atribuídos pelas Câmaras Municipais e pelo FEADER.

Na cidade da Praia da Vitória, destaca-se, ainda, a Casa Vitorino Nemésio, poeta e escritor de eleição.

O Museu da Graciosa é constituído por seis núcleos expositivos e apresenta um importante repositório da etnografia local, que destaca as atividades tradicionais como a agricultura, a vinha, a produção cerealífera, a baleação e ofícios antigos. Esta ilha tem uma Academia Musical com algum relevo e que anima a maioria das manifestações festivas.

Os indicadores de cultura para o ano 2013 mostram que, embora a ilha Terceira seja a segunda maior ilha do Arquipélago, o seu museu conta apenas com 1 museu e 13,5% dos visitantes, face ao total da região. Em termos de evolução, há alguns indicadores que não foram recolhidos para anos anteriores. Para aqueles em que se conseguiu recolher informação é de notar uma evolução negativa do número de Salas e recintos de espaços dos recintos de espetáculos (em 2008 havia 5 salas de espetáculos e 5 recintos de espetáculos).

Quadro 25. Indicadores de Cultura (2013)

Equipamentos	RAA	Terceira	Graciosa
Museus (n.º)	18	1	1
Visitantes de museus (n.º)	165.195	27.372	5.134
Visitantes estrangeiros de museus (n.º)	60.746	3.020	115
Salas/ espaços dos recintos de espetáculos (n.º)	16	3	0
Sessões de espetáculos ao vivo (n.º)	244	66	56
Recintos de espetáculos (n.º)	8	3	0
Receitas de espetáculos ao vivo (mil €)	371	96	0

Fonte: INE, *Inquérito aos museus*; *Inquérito aos recintos de espetáculos*.

Neste segmento de análise, integra-se as **festividades** de cada uma das ilhas. A ilha Terceira é conhecida por ser uma ilha festiva, com eventos ao longo de todo o ano. A ilha Graciosa também tem uma dimensão festiva importante.

ilha Terceira	
Festas do Divino Espírito Santo (comum ao Arquipélago)	Festas religiosas centradas nos Impérios. Ocorrem nas oito semanas entre o domingo de Páscoa e o domingo da Trindade.
Danças de Carnaval (teatro popular)	Período do Entrudo. Durante três dias, os terceirenses saem à rua ou recolhem aos salões para não perder pitada das chamadas “danças” ou “bailinhos”.
Sanjoaninas	Festas dedicadas a São João, ocupam as ruas de Angra do Heroísmo durante dez dias do mês de Junho.
Festas da Praia da Vitória	Incluem touradas, exposições, desfiles, feira gastronómica, concertos e eventos desportivos náuticos e ocorrem durante o mês de Agosto.
Festas da Vinha e do Vinho	Acontecem nos Biscoitos, terra de tradição vinícola, no início de Setembro.
AngraRock	Festival de música Rock que ocorre em Setembro.
AngraJazz	Festival de música Jazz que ocorre em Outubro.
Touradas à corda	A época taurina decorre entre Maio a Outubro, com eventos em datas fixas e espontâneas.
ilha Graciosa	
Carnaval (Bailes e Desfiles de foliões)	Semana do Entrudo
Bailes populares	Estendem-se ao longo de todo o ano.
Festa do Sr. Sto Cristo dos Milagres	Decorre no mês de Agosto
Festividades do Espírito Santo	Decorrem de Maio a Setembro.

Artesanato

O quadro seguinte sistematiza as principais manifestações artesanais do território de Intervenção. Algumas dessas manifestações artesanais podem integrar a marca coletiva de certificação “Artesanato dos Açores”, que certifica a origem e a qualidade dos produtos (Portarias n.º 89/1998 de 3 de dezembro, e nº 14/2014 de

20 de Março), desde que preencham todos os requisitos de qualidade e execução definidos nos Anexos da Portaria. O CRAA tem cerca de 400 artesãos registados, dos quais 40 com certificação, em toda a RAA.

Quadro 26. Produtos artesanais do Território de Intervenção

ilha	Produto	Certificados pelo CRAA
Terceira	Bordados / Bordado a branco/cru	✓
	Escama de Peixe	✓
	Colchas de lã coloridas produzidas em teares manuais	
	Viola da Terra (comum ao Arquipélago)	
	Cerâmica / Olaria	✓
	Trabalhos em vime	
	Tecelagem	
	Doçaria Regional / Bolos Dona Amélia	✓
	Fusão em vidro	
	Pintura em tecido	
	Peças em estanho	
Graciosa	Bordados / Bordado a branco/cru	
	Doçaria Regional / Queijadas da Graciosa	✓

Fonte: <http://www.artesanato.azores.gov.pt/craa.php?lingua=1>

Em termos de perfil dos artesãos, embora não exista uma fonte oficial, os dados recolhidos permitem traçar um perfil de artesãos com uma estrutura etária envelhecida, que necessita de exercer outra qualquer atividade profissional ou de ter outros rendimentos (por ex., pensões) e que tem grandes necessidades de formação (por ex. orientação e gestão empresarial, novas tecnologias, ...). A expressão do artesanato na ilha Graciosa é residual.

No que se refere ao mercado, grande parte dos artesãos responde a pequenas encomendas da própria ou de outras ilhas e participa em feiras e outros eventos. Dada a conjuntura económica, e o menor poder de compra, as vendas são baixas.

Este setor de atividade pode contar com o apoio do Centro Regional de Apoio ao Artesanato (CRAA), um serviço executivo da Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores que visa, principalmente, promover e divulgar os produtos artesanais certificados da RAA.

Não obstante, e apesar de este Centro estar representado na ilha terceira, da análise efetuada registou-se uma grande insatisfação relativamente ao seu papel no território de intervenção. Com efeito, não tem havido apoio consistente e orientado, nomeadamente, naquelas áreas onde se revelaram maiores necessidades e que constam do quadro de competências do CRAA: apoiar e incentivar iniciativas artesanais, desenvolver

relações de cooperação com outros organismos nacionais e internacionais, desenvolver ações de formação e informação dos artesãos, garantir e promover a imagem e qualidade do produto artesanal.

Neste contexto, destaca-se a necessidade de recolher dados que permitam conhecer em profundidade estas atividades e respetivos artesãos de forma a poder definir medidas que estimulem o artesanato regional em toda a sua cadeia (produção – comercialização). Através da investigação das técnicas e materiais utilizados e dos saberes e fazeres locais, conceber um novo *design* e uma imagem mais contemporânea para este artesanato, ajustando-o ao mercado numa perspetiva comercial.

O CRAA instituiu o Serviço de Orientação Criativa para o Artesanato (SOCA), prestado por um *designer*, que passa pela orientação criativa para a produção de produtos artesanais inovadores e pelo apoio na promoção do produto. No entanto este serviço privilegia artesãos e unidades produtivas já registadas e está localizado na ilha de São Miguel.

Este trabalho deverá ser realizado em colaboração com o CRAA, porque é esta entidade que está incumbida de concretizar a política regional nas áreas do desenvolvimento e da valorização do artesanato regional e das unidades produtivas artesanais, da formação profissional e da coordenação de iniciativas multifuncionais com desenvolvimento no meio local.

Gastronomia

A gastronomia da Terceira é célebre pela alcatra, geralmente de carne de vaca, mas também de peixe, acompanhado com pão ou massa sovada. Na doçaria os bolos Dona Amélia são os mais conhecidos, no entanto, há outros também com alguma notoriedade na ilha como os coscorões, as cornucópias com recheio de doce de ovos ou o arroz doce. No que toca a vinhos, a ilha é conhecida pelo Vinho Verdelho dos Biscoitos, produzido com uva de vinhas dispostas em curraletas.

A gastronomia da Graciosa assenta em pratos diferentes, com destaque para o peixe fresco assado ou cozinhado em caldeirada. Esta ilha também é conhecida pela produção de alho e de meloa. No entanto, foram as Queijadas da Graciosa o produto que assumiu maior projeção, sendo, nomeadamente, exportada para o Continente. Outros doces tradicionais podem ser enumerados, como pastéis de arroz, variados biscoitos, cavacas, escomilhas, capuchas, ou encharcadas de ovos, alguns dos quais, pelas suas propriedades, podem vir a aproveitar o canal de comercialização das Queijadas da Graciosa (ocorre no caso dos pastéis de arroz mas ainda em pequena escala e apenas para o mercado inter-ilhas,). O vinho da Graciosa provém da casta Verdelho.

2.6. Recursos naturais

As ilhas do Território de Intervenção são conhecidas pela ilha Lilás (Terceira) e a ilha Branca (Graciosa), sendo esta última classificada pela UNESCO como Reserva da Biosfera.

Floresta. A Terceira possui a maior mancha de floresta nativa do arquipélago. Ao centro, a ilha é marcada pela maior mancha de urze dos Açores. Outras matas de vegetação endémica, na Serra de Santa Bárbara, remetem para a floresta nativa do arquipélago, geralmente conhecida por floresta laurifolia.

A Graciosa tem vegetação plantada (criptomérias, acácias, pinheiros e incensos) que contrasta com a vegetação de outras áreas da ilha.

Paisagem vulcânica. Assume na Terceira um interesse para os visitantes, desde logo, o destaque para o Algar do Carvão, com uma característica única de ter as maiores estalactites de sílica do Mundo. Outros pontos de interesse são o túnel lávico Gruta do Natal, as Furnas do Enxofre à superfície, o Monte Brasil (parte de um do maior e mais bem preservado vulcão dos Açores, com origem no mar).

A Caldeira da Graciosa é o elemento paisagístico mais emblemático da ilha, estando implantada no topo do vulcão da Caldeira, o mais pequeno edifício vulcânico central existente nos Açores. No interior da Caldeira está uma imponente cavidade vulcânica, a Furna do Enxofre. A Graciosa conta também com o algar Caldeirinha de Pêro Botelho.

Paisagem humanizada. Ao mesmo tempo, a superfície das ilhas tem uma paisagem relativamente humanizada. Na Terceira, fruto da presença de milhares de explorações agrícolas. Com efeito, do cimo da Serra do Cume percebe-se a geometria dos muros de pedra e sebes de hortênsia que dividem os blocos das explorações agrícolas no vasto vale. Na Graciosa porque as aglomerações populacionais se estendem, quer ao longo do litoral, quer pelo interior da ilha.

Paisagem costeira. A ilha Terceira conta com o areal da Praia da Vitória mas também as piscinas naturais equipadas com infraestruturas de apoio aos visitantes (Porto Martins, Biscoitos, Negrito e Silveira). Para este tipo de paisagem contribuem, ainda, as pontas, promontórios e baías, como é o caso das baías das Quatro Ribeiras, da Salga, da Mina ou do Fana, as Pontas do Raminho ou do Queimado, ou a zona da Lagoa da Fajãzinha.

Na ilha Graciosa, esta paisagem é muito diversificada, desde escarpas altas à costa pouco elevada ou ao areal. De destacar que esta ilha está na rota do painho-das-tempestades-de-monteiro, a única ave marinha endémica dos Açores, e, por isso, é uma Zona de Proteção Especial.

Graciosa Reserva da Biosfera. A Reserva da Biosfera é um instrumento de conservação que favorece a descoberta de soluções para problemas vários de acordo com o território mas, em comum, privilegia o uso sustentável dos recursos naturais nas áreas assim protegidas e tem por objetivo promover o conhecimento, a prática e os valores humanos para implementar as relações entre as populações e o meio ambiente.

Estratégia de Desenvolvimento Local da GRATER – ilhas Terceira e Graciosa

Embora a ilha da Graciosa seja reserva da Biosfera, esta classificação não tem trazido para a ilha os respetivos benefícios, nomeadamente, em termos de investigação, de educação ambiental e gestão do ecossistema, bem como de centro de informação e desenvolvimento profissional dos técnicos responsáveis pela sua gestão.

A GRATER, através da sua estratégia de desenvolvimento local, tem como objetivo inverter este cenário, estimulando o trabalho conjunto entre as entidades públicas, procurando estabelecer um melhor relacionamento entre a população (não só da ilha mas de toda a Região) e o meio ambiente; e projetar internacionalmente a ilha e a sua classificação para adquirir uma maior atratividade turística (em segmentos específicos).

Em termos de áreas classificadas, nomeadamente, inseridas na **Rede Natura 2000** e nas **Áreas protegidas**, as ilhas Terceira e Graciosa têm uma representatividade baixa no total da Região, mas importantes áreas que merecem todos os esforços para a sua preservação.

Quadro 27. Área da Rede Natura 2000 (ICC 34)

	ilha	Nome	Área (ha)
Zonas de Proteção Especial (ZPE) <i>Diretiva Aves</i>	Terceira	Ponta das Contendas	91,45
		Ilhéu das Cabras - ilha Terceira	28,14
	Graciosa	Ilhéu de Baixo	32,09
		Ilhéu da Praia	10,02
Zonas de Especial Conservação (ZEC) <i>Diretiva Habitats</i>	Terceira	Serra Santa Bárbara e Pico Alto	4.730,93
		Costa das Quatro Ribeiras	267,63
	Graciosa	Ilhéu de Baixo	243,67
		Ponta Branca	68,64

Fonte: ICNF, www.icnf.pt/portal/; SRRN – DRA, <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srrn-dra>.

Quadro 28. Áreas Protegidas da RAA

ilha	Designação	Área Total (ha)	Área Terrestre (ha)	Área Marinha (ha)
Terceira	Monte Natural Regional do Algar do Carvão	40,5	40,5	-
	Monte Natural Regional das Furnas do Enxofre	7,42	7,42	-
Graciosa	Monte Natural Regional da Caldeira da Graciosa	119,87	119,87	-

Fonte: ICNF, www.icnf.pt/portal/; SRRN – DRA, <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srrn-dra>.

Quanto a outras referências ao património natural, destaca-se as **zonas húmidas**, com classificação RAMSAR, as quais, para além do valor paisagístico, hidrológico, de biodiversidade e de comunidades ecológicas, têm o seu valor e turístico, e até mesmo socioeconómico. No território de intervenção existem 13 (12 na Terceira e 1 na Graciosa).

Encontram-se disponíveis nas ilhas, **trilhos** devidamente identificados relativamente à distância e grau de dificuldade, com uma grande beleza ao longo de todo o percurso (Terceira: Baías da Agualva; Monte Brasil; Serreta; Mistérios Negros; Relheiras de São Brás; Graciosa: estrada que circunda a Caldeira).

A ilha Terceira conta com três **rotas** definidas pela Associação Regional de Turismo – Turismo dos Açores (ART): Angra a Pé, que percorre todos os monumentos históricos da cidade de Angra do Heroísmo; Praia a Pé, que percorre todos os monumentos históricos da cidade de Praia da Vitória; e a Rota Geo-espeleológica, que percorre todos os monumentos naturais de origem vulcânica.

3. CARACTERIZAÇÃO DOS ASPETOS RELEVANTES REFERENTES ÀS ÁREAS TEMÁTICAS OBJETO DE INTERVENÇÃO

Este território é marcado por 3 fatores de natureza eminentemente geográfica relevantes para a compreensão das dinâmicas sociais e económicas que aí se desenvolvem: a dupla insularidade, a descontinuidade territorial, a exiguidade do mercado.

O território de intervenção é caracterizado por uma dicotomia assente no posicionamento socioeconómico, pelo que, antes de mais, a estratégia terá de ter focos de atenção igualmente diferenciados.

Em termos de **demografia**, os dados analisados permitem concluir por uma dinâmica contrastada, verificando-se um ligeiro crescimento da população residente na ilha Terceira e uma diminuição na ilha Graciosa, a par de grande parte das ilhas açorianas. Com efeito, as ilhas de São Miguel e da Terceira são as únicas ilhas que têm registado capacidade para atrair população na última década.

O TI pode ser caracterizado por uma estrutura etária jovem, embora abaixo da média da região. Um aspeto positivo é ter-se verificado um acréscimo da população em idade ativa (15-64 anos), com a consequente redução da dependência das faixas mais jovens e da terceira idade.

O diagnóstico realizado levou a concluir pelos elementos seguintes:

- ✎ Tendência de envelhecimento da população, visível no aumento do índice de envelhecimento e no índice de sustentabilidade potencial (resultado da diminuição do peso da população mais jovem com menos de 15 anos e, inversamente, do aumento da proporção da população com mais de 65 anos);
- ✎ Diminuição da taxa bruta de natalidade;
- ✎ Diminuição dos Índices de dependência (total e de idosos e jovens, com a exceção da dependência de idosos na ilha Terceira).
- ✎ Aumento acentuado dos níveis de desemprego nos últimos anos.

Em termos de **ação social**, nos últimos anos houve uma evolução positiva em termos de respostas sociais quer para a população idosa e para a infância, quer de apoio à comunidade, ainda assim persistem debilidades ao nível da oferta existente, nomeadamente para tipologias de carência específicas.

Em termos de **estrutura económica**, com a ilha Terceira com contributos importantes para o PIB e VAB da Região, que a ilha Graciosa não partilha. O contributo para o Produto Interno Bruto (PIB) da região, em 2009, era de 21,9% no caso da Terceira e de 1,2% no caso da Graciosa, com a seguinte distribuição de acordo com o setor de atividade:

- Setor primário: Terceira com contributo de 20,8%; e Graciosa com contributo de 1,6%.
- Setor secundário: Terceira com contributo de 22,2%; e Graciosa com contributo de 0,7%.
- Setor terciário: Terceira com contributo de 22,0%; e Graciosa com contributo de 1,3%.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB), em 2009, por ilha, encontra-se sistematizado no quadro seguinte, que indica o contributo de cada um dos setores de atividade.

	Setor primário	Setor secundário	Setor terciário
Terceira	8,1%	16,5%	75,4%
Graciosa	11,0%	9,9%	79,0%

O perfil de especialização económica deste território é diversificado, coexistindo:

- (i) Um sector primário com importância e onde se destacam as atividades ligadas à exploração animal, tendo vindo a registar-se, nos últimos anos, o crescimento das atividades hortícolas, frutícolas e florícolas. Este sector depara-se com o importante desafio de valorização e comercialização dos seus produtos.
- (ii) Uma base industrial com presença e peso no emprego, onde se destaca a construção, embora com tendência muito recessiva, e as indústrias agroalimentares. Dos produtos agroalimentares salienta-se os laticínios, bem como a doçaria tradicional, dois produtos cuja produção e projeção ultrapassa a fronteira da RAA. Outros produtos, como as flores ou o mel, também se prevê que venham a ter maior presença no panorama produtivo do território de intervenção.

O sector agroalimentar tem acrescentado valor aos produtos transformados mas, no entanto, tem ainda uma grande margem de melhoria.

Nos restantes sectores nota-se a falta de capacitação para uma organização e gestão que integre uma visão estratégica.

- (iii) Um sector terciário com grande peso e em crescimento e com algum dinamismo, sobretudo, nos serviços de apoio social. Este sector tem um caminho a percorrer no sentido da melhoria dos serviços prestados, nomeadamente, através da capacitação dos seus trabalhadores. Uma melhoria destes indicadores pode induzir a uma maior atratividade do território de intervenção, sobretudo para o investimento nas mais diversas áreas económicas.
- (iv) Um potencial desenvolvimento das atividades turísticas que se encontra, ainda, subexplorado, sobretudo se a ilha terceira começar a beneficiar de viagens *low cost* e de possíveis *charters*, à semelhança do que aconteceu com a ilha de São Miguel.

Em termos de **ocupação do território**, observam-se alguns contrastes, com as áreas mais edificadas (sedes de concelho e freguesias envolventes) a concentrar a população, em detrimento de outras, as quais apresentam uma menor densidade demográfica e de atividades comerciais com relevância económica. Estes territórios estarão no foco da EDL.

O território de intervenção é marcado por um conjunto diversificado de *recursos endógenos*, que constituem os ativos para o seu desenvolvimento. A nível paisagístico este território apresenta uma enorme diversidade e riqueza, fruto da presença harmoniosa de um conjunto de elementos naturais, que lhe conferem especificidade e autenticidade. As características geológicas estruturam uma parte importante dessa paisagem. Estes ativos necessitam ser valorizados, melhorando a imagem e a atratividade do território de intervenção, sobretudo para sector turístico.

4. ANÁLISE DAS NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO E DO POTENCIAL DA ZONA CONSIDERADA, INCLUINDO UMA ANÁLISE DOS PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS E DAS OPORTUNIDADES E AMEAÇAS.

A partir da caracterização do território foram identificados os pontos fortes e fracos, as oportunidades e ameaças (análise SWOT) que a GRATER pretende dar resposta através da sua Estratégia de Desenvolvimento Local. Como foi referido atrás, o território apresenta dinâmicas diferenciadas o que dificultou a análise SWOT naqueles pontos onde essa diferença alcança o estatuto de oposição. Nesse caso, optou-se por considerar as dinâmicas dominantes, neste caso da ilha Terceira, pela sua maior dimensão e, assim, representatividade (a *itálico* estão os elementos/atributos globais e que, à partida, não são diretamente influenciados pela implementação da EDL).

Análise SWOT ilha Terceira

Oportunidades	Ameaças
• <i>Políticas Comunitárias para reforçar a coesão territorial.</i> • <i>Potencial de articulação e complementaridade dos apoios comunitários.</i> • Aproveitamento da imagem do território de intervenção de elevada qualidade ambiental. • Voos <i>low cost</i> e <i>charters</i>. • Campanhas de promoção e comercialização de produtos regionais – Marca Açores, com natureza transversal a toda a produção regional. • Exploração do potencial de produção de energia a partir de fontes renováveis em vários domínios: hídrico, eólico, solar. • Potencial de valorização e de promoção das produções agrícolas e agroalimentares. • Potencial de valorização comercial dos produtos artesanais. • Alargamento de mercado decorrente do desenvolvimento de atividades de turismo e de animação. • Procura pelo turismo de natureza. • Possibilidade de criação e organização de uma rede regional de promoção integrada e comercialização dos recursos (gastronomia, animação cultural, património histórico e religioso, alojamento, desportos náuticos, etc..). • Desenvolvimento de atividades no domínio da economia social. • Integração das estruturas de apoio com as atividades comerciais e produtivas (p.e., Gabinetes de desenvolvimento económico das câmaras Municipais, CRAA, ...) • Promoção territorial através do estímulo ao funcionamento em rede entre atores locais e da cooperação interterritorial e transnacional. • Diversidade das atividades, competências e “know-how” da Parceria.	• <i>Diminuição do número de voos.</i> • <i>Aumento da irregularidade do transporte marítimo.</i> • <i>Desmantelamento do sistema de quotas leiteiras.</i> • Deficiente articulação entre a oferta educativa e formativa e as necessidades específicas da Terceira. • Aumento da concorrência para os produtos agroalimentares. • Fraca dinâmica associada à inovação. • Insuficiente valorização dos produtos agroalimentares. • Dificuldades na continuidade da atividade das PME no atual contexto de crise económica e social. • Dificuldade em definir negócios com mais-valias económicas. • Anunciada redução de efetivos civis e militares na “Base das Lajes” (redução de postos de trabalho indiretos pelos e diminuição do mercado de arrendamento.) • Sazonalidade da atividade turística. • Falta de capacidade de investimento dos agentes privados. • Proliferação de microempresas com escassa estrutura organizacional, com baixa qualificação dos empresários e economicamente insustentáveis. • Aumento dos níveis de desemprego.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
• <i>População e ativos com estrutura de idades relativamente jovem.</i> • <i>Importante representatividade no panorama económico e social da RAA.</i> • <i>Evolução favorável da estrutura das explorações agrícolas e respetiva produtividade, centrada na produção de leite e de carne, mas com crescimento das hortícolas e florícolas.</i> • <i>Potencial de atração de residentes.</i> • <i>Dinâmica de investimento.</i> • <i>Diversidade e singularidade dos recursos naturais, com potencial de aproveitamento económico e valia ambiental.</i> • <i>Boa imagem dos produtos agroalimentares (p.ex., laticínios, próteas).</i> • <i>Existência de produtos inseridos em regimes de qualidade.</i> • <i>Bons recursos para a produção de energia renovável.</i> • <i>Identidade da população residente com o território e a valorização dos saberes tradicionais.</i> • <i>Produtos artesanais.</i> • <i>Condições favoráveis para o desenvolvimento de um conjunto diversificado de vertentes turísticas, ao longo de todo o ano.</i> • <i>Eventos de índole cultural.</i> • <i>Conservação e valorização do património natural, edificado e cultural.</i> • <i>Ocorrência de acontecimentos com potencial de projeção nacional, p.ex., Sanjoaninas.</i> • <i>Diversidade na oferta de equipamentos nas áreas sociais, da cultura, desporto e lazer.</i> • <i>Existência de serviços de proximidade com valências diversificadas.</i>	• <i>Dupla periferia, exiguidade e fragmentação do mercado.</i> • <i>Acessibilidades por ar e por mar</i> • <i>Custos associados à mobilidade de pessoas e de produtos.</i> • <i>Articulação entre o sector público e privado para a promoção turística.</i> • <i>Baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional</i> • <i>Reduzida ligação ao sistema regional de ensino superior e de investigação e inovação.</i> • <i>Empresários e dirigentes associativos com baixas habilitações e qualificações.</i> • <i>Dificuldade de fixação de recursos humanos qualificados.</i> • <i>Dificuldade de integração dos jovens na vida profissional.</i> • <i>Falta de estratégias de diversificação das atividades no seio das explorações agrícolas.</i> • <i>Produtores agrícolas ainda com uma perspetiva pouco empresarial.</i> • <i>Oferta de hortícolas e frutícolas atomizada e baixa organização da produção.</i> • <i>Insuficiente valorização dos produtos agrícolas e agroalimentares (diferenciação, inovação, projeção).</i> • <i>Explorações dependentes dos apoios comunitários e com problemas de viabilidade.</i> • <i>Pequenos negócios com dificuldades na sua viabilidade (em parte decorrente da deficiente capacidade financeira, de gestão e de inovação).</i> • <i>Insuficiente valorização dos produtos artesanais (diferenciação, inovação, projeção).</i> • <i>Insuficiente qualidade, projeção e organização dos serviços de animação turística.</i> • <i>Falta de infraestruturas de apoio para a utilização e rentabilização de recursos endógenos.</i> • <i>Insuficiente dinâmica da restauração e outros serviços de apoio ao turismo.</i> • <i>Falta de oportunidades de emprego e aumento do desemprego.</i> • <i>Lacunas em termos de suporte social a grupos com necessidades específicas.</i> • <i>Associações culturais e recreativas em situação de insustentabilidade financeira e com dificuldade na mobilização da comunidade para iniciativas culturais e recreativas.</i> • <i>Concentração da oferta cultural nas sedes de concelho.</i> • <i>Fraco aproveitamento das fontes de energia renováveis.</i> • <i>Existência de focos de pobreza e de exclusão social</i>

Análise SWOT ilha Graciosa

Oportunidades	Ameaças
• Políticas Comunitárias para reforçar a coesão territorial. • Potencial de articulação e complementaridade dos apoios comunitários. • Aproveitamento da imagem do território de intervenção de elevada qualidade ambiental. • Potencial de valorização e de promoção das produções agrícolas. • Potencial de valorização comercial dos produtos artesanais. • Alargamento de mercado decorrente do desenvolvimento de atividades de turismo e de animação. • Procura pelo turismo de natureza. • Possibilidade de criação e organização de uma rede regional de promoção integrada e comercialização dos recursos (gastronomia, animação cultural, património histórico e religioso, alojamento, desportos náuticos, etc.). • Desenvolvimento de atividades no domínio da economia social. • Promoção territorial através do estímulo ao funcionamento em rede entre atores locais e da cooperação interterritorial e transnacional. • Diversidade das atividades, competências e “know-how” da Parceria.	• Diminuição do número de voos/estagnação dos fluxos turísticos. • Aumento da irregularidade do transporte marítimo. • Abandono das comunidades rurais. • Erosão do dinamismo social e económico. • Fraca dinâmica associada à inovação. • Dificuldades na continuidade da atividade das PME no atual contexto de crise económica e social. • Dificuldade em definir negócios com mais-valias económicas. • Sazonalidade da atividade turística. • Desertificação das freguesias rurais menos povoadas. • Dificuldades de retenção e atração de população jovem e qualificada. • Desmotivação de potenciais novas intenções de investimento. • Falta de capacidade de investimento dos agentes privados. • Proliferação de microempresas com escassa estrutura organizacional, com baixa qualificação dos empresários e economicamente insustentáveis. • Aumento dos níveis de desemprego.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
• Diversidade e singularidade dos recursos naturais, com potencial de aproveitamento económico e valia ambiental. • Boa imagem dos produtos agroalimentares (p.ex., queijadas da Graciosa). • Condições favoráveis para o desenvolvimento de um conjunto diversificado de vertentes turísticas, ao longo de todo o ano, nomeadamente, ligadas às termas. • Eventos de índole cultural. • Conservação e valorização do património natural.	• Dupla periferia, exiguidade e fragmentação do mercado. • Acessibilidades por ar e por mar • Custos associados à mobilidade de pessoas e de produtos. • Articulação entre o sector público e privado para a promoção turística. • Baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional • Reduzida ligação ao sistema regional de ensino superior e de investigação e inovação. • Empresários com baixas habilitações e qualificações. • Dificuldade de fixação de recursos humanos qualificados. • Insucesso escolar. • Dificuldade de integração dos jovens na vida profissional. • Baixa natalidade e emigração, sobretudo, de pessoas qualificadas. • Baixos níveis salariais e de poder de compra. • Sensibilização ambiental da população em idade escolar. • Produtores agrícolas ainda com uma perspetiva pouco empresarial. • Insuficiente valorização dos produtos agrícolas (diferenciação, inovação, projeção). • Explorações dependentes dos apoios comunitários e com problemas de viabilidade. • Baixa densidade empresarial, sobretudo fora dos centros populacionais. • Desestruturação da economia local - fragilidade dos circuitos comerciais e dos canais de divulgação. • Pequenos negócios com dificuldades na sua viabilidade (em parte decorrente da deficiente capacidade financeira, de

	gestão e de inovação). • Inexistência de serviços de animação turística. • Falta de infraestruturas de apoio para a utilização e rentabilização de recursos endógenos. • Insuficiente dinâmica das unidades de alojamento na captação de turismo. • Insuficiente dinâmica da restauração e outros serviços de apoio ao turismo. • Falta de espírito/cultura empreendedora. • Falta de apoio ao investimento e de serviços complementares a empresas. • Falta de oportunidades de emprego e aumento do desemprego. • Tendência para o envelhecimento populacional. • Lacunas em termos de suporte social a grupos com necessidades específicas. • Associações em situação de insustentabilidade financeira e com dificuldade na mobilização da comunidade para iniciativas culturais e recreativas. • Existência de focos de pobreza e de exclusão social
--	---

A Figura seguinte organiza informação sobre os principais recursos e ativos, bem como as principais dimensões-problema/necessidades do território de intervenção, as quais a GRATER tem por objetivo valorizar e dar resposta.

Recursos e Ativos vs. Dimensões problema do território de intervenção da GRATER

Recursos e ativos

- ⇒ Diversidade e singularidade dos recursos naturais e imagem da Região de elevada qualidade ambiental, com potencial de aproveitamento económico
- ⇒ Evolução favorável da estrutura das explorações agrícolas e respetiva produtividade, centrada na produção de leite e de carne, mas com crescimento acentuado das hortícolas e florícolas.
- ⇒ Boa imagem dos produtos agrícolas e agroalimentares (alguns inseridos em regimes de qualidade).
- ⇒ Produtos artesanais.
- ⇒ Condições favoráveis para o desenvolvimento de um conjunto diversificado de vertentes turísticas ao longo de todo o ano.
- ⇒ Existência de recursos com potencial para a produção de energias renováveis (hídrica, eólica, solar).
- ⇒ Conservação e valorização do património natural, edificado e cultural.
- ⇒ Potencial de atração de residentes.
- ⇒ Clima favorável ao desenvolvimento de práticas turísticas ao longo de todo o ano.
- ⇒ Diversidade e oferta de equipamentos na área da cultura, desporto e lazer e aumento de eventos de índole cultural e festiva.
- ⇒ População e ativos com estrutura de idades relativamente jovem.
- ⇒ Existência de serviços de proximidade com valências diversificadas.
- ⇒ Identidade da população residente com o território e a valorização dos saberes tradicionais

- ⇒ Dupla periferia, exiguidade e fragmentação do mercado regional e custos associados à mobilidade de pessoas e de produtos.
- ⇒ Diminuição do número de voos e do número de lugares em cada voo.
- ⇒ Baixo aproveitamento e valorização dos recursos locais (diferenciação, inovação, organização, projeção) e predomínio de produtos de baixo valor acrescentado.
- ⇒ Estrutura fundiária limitativa de aumentos de produtividade e de estratégias de diversificação das atividades no seio das explorações agrícolas.
- ⇒ Produtores agrícolas ainda com uma perspetiva pouco empresarial, dependentes dos apoios comunitários e com problemas de viabilidade.
- ⇒ Abolição do sistema de quotas leiteiras, com potencial impacto negativo ao nível do rendimento dos produtores de leite.
- ⇒ Baixa densidade e diversidade empresarial.
- ⇒ Falta Integração das estruturas de apoio com as atividades comerciais e produtivas.
- ⇒ Insuficiente procura das unidades de alojamento, restauração, animação turística e outros serviços de apoio ao turismo.
- ⇒ Deficiente valorização e projeção dos produtos artesanais.
- ⇒ Reduzida ligação ao sistema regional de ensino superior e de investigação e inovação.
- ⇒ Empresários e dirigentes associativos com baixas habilitações e qualificações.
- ⇒ Falta de oportunidades de emprego, aumento do desemprego, baixos níveis salariais e de poder de compra.
- ⇒ Anunciada redução de efetivos civis e militares na “Base das Lajes” (redução de postos de trabalho indiretos pelos e diminuição do mercado de arrendamento.)
- ⇒ Tendência de envelhecimento, baixa natalidade e emigração.
- ⇒ Concentração da oferta cultural nas sedes de concelho.
- ⇒ Existência de fenómenos de pobreza e exclusão social.
- ⇒ Grupos populacionais com necessidades específicas ainda não supridas.

Dimensões-problema

Da análise das dimensões-problema surge recorrentemente as acessibilidades por terra e por ar às duas ilhas do território de intervenção. Embora não seja um problema passível de ser resolvido através da implementação da EDL da GRATER é uma matéria que merece grande preocupação. A tendência para a

diminuição do número de voos e do número de lugares em cada voo, bem como a irregularidade dos transportes marítimos limita de forma importante os fluxos turísticos do território de intervenção.

Do cruzamento entre os principais recursos e ativos do território e as dimensões-problema identificadas no diagnóstico é possível identificar um desafio transversal que consiste na criação de emprego, e um **conjunto de desafios estratégicos** que o território de intervenção da GRATER enfrenta tendo em vista uma maior coesão económica, social e territorial, os quais servem de base para fundamentar a Estratégia de Desenvolvimento Local definida:

- ***Diversificação e qualificação das Atividades Económicas*** através do apoio à diversificação de atividades nas explorações agrícolas, do apoio à criação e fixação de novas empresas e do apoio à consolidação da economia social, que devem ser acompanhadas com o reforço dos fatores de competitividade das empresas existentes e da valorização dos recursos humanos. A exploração das fontes de energia renováveis também é um objetivo.

Este segmento de intervenção assenta na importância da promoção do empreendedorismo para o aumento do rendimento, nomeadamente, dos produtores agrícolas; para a criação de emprego, gerador de riqueza e de sustentabilidade do território; e para aumentar a produção e consumo de energia produzida a partir de fontes renováveis.

- ***Qualificação, diversificação e densificação do complexo de atividades do Turismo e do Lazer***, nomeadamente qualificando a oferta de alojamento, restauração e serviços de animação turística valorizando o potencial de exploração de diferentes vertentes turísticas (geológica, marítima, náutica, desportiva, de aventura, de negócios, de saúde e bem-estar, histórica/religiosa) e contrariando o fenómeno da sazonalidade. Apostar no projeto Geoparque Açores (aliás, foram várias as iniciativas que a GeoAçores promoveu para divulgar o geoparque Açores e que interessa recuperar).

Este segmento de intervenção visa impulsionar as atividades turísticas, com resultados ao nível do dinamismo económico e da criação de emprego no Território de Intervenção.

- ***Melhoria das condições de suporte ao desenvolvimento socioeconómico do território***, nomeadamente consolidando as respostas sociais de forma a cobrir as necessidades mais prementes e reforçando as condições infraestruturais para a fixação e atração de população e de negócios.

Este segmento de intervenção assenta na combinação da melhoria da qualidade e das condições de vida das populações residentes com a criação de um ambiente favorável à iniciativa empresarial e à receção/atração de fluxos de visitantes e de novos residentes, com resultados esperados ao nível da criação de emprego.

- ***Preservação e valorização económica sustentável dos ativos naturais e patrimoniais do território***, numa perspetiva de afirmação identitária e de suporte à indução de novas iniciativas empreendedoras, p.ex., em articulação com o desenvolvimento das atividades turísticas.

Este segmento de intervenção visa conservar o património cultural e natural e estimular o seu aproveitamento económico, bem como sensibilizar a população para a riqueza natural do seu território.

5. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

5.1. Descrição da estratégia de desenvolvimento local

A zona de intervenção da GRATER trata-se de um território que compreende duas ilhas com dinâmicas distintas mas que, de uma forma geral, consiste num território com características marcadamente rurais e com uma baixa densidade económica e populacional onde continuam a persistir tendências recessivas, não obstante o relativo dinamismo da ilha Terceira e o contributo reconhecido das estratégias de desenvolvimento local implementadas ao longo das últimas décadas.

A formulação da Estratégia de Desenvolvimento do território de intervenção da GRATER assenta na necessidade de dar continuidade e aprofundar o trabalho que vem sendo desenvolvido ao longo de várias gerações da Iniciativa Comunitária LEADER e mais recentemente da implementação da Abordagem LEADER, integrada no PRORURAL e, simultaneamente, estimular linhas de atuação integradas e de carácter inovador, maximizando a utilização das oportunidades e potencialidades e a superação das dificuldades e problemas diagnosticados no contexto da prossecução dos objetivos ao crescimento inteligentes, sustentável e inclusivo.

Tendo presente as condicionantes que limitam o desenvolvimento das atividades económicas e das dinâmicas sociais ligadas à economia local, a estratégia proposta dará especial atenção ao apoio de projetos com capacidade para gerar emprego e rendimento e, consequentemente, para imprimir sustentabilidade económica e social no território de intervenção.

Num momento paralelo os projetos a apoiar no âmbito da estratégia de desenvolvimento local deverão contribuir de forma evidente para a melhoria das condições de vida da população e para a atratividade do território para novos residentes e negócios. Para este último desígnio será importante destacar as manifestações culturais e o intercâmbio de experiências entre comunidades, bem como valorizar a particular riqueza que o território contempla em termos de recursos naturais e patrimoniais.

A mobilização e integração funcional económica dos recursos endógenos é um dos pilares da presente estratégia, que deverá contribuir para um desenvolvimento socioeconómico, com base em princípios de valias, sinergias, complementaridades, que sempre trabalharam em conjunto, independentemente das fronteiras administrativas, da descontinuidade de espaço territorial, e da dupla insularidade.

Objetivos da Estratégia *(por nível de importância)*



Ilha Terceira	Ilha Graciosa
1. Aumento dos níveis de empregabilidade 2. Aumento do investimento e para dinâmica económica 3. Melhoria da viabilidade e competitividade dos negócios existentes 4. Melhoria da atratividade do território para turistas 5. Densificação dos serviços básicos para a população rural 6. Contributo para a conservação e valorização do património rural 7. Contributo para a preservação do património cultural 8. Reforço organizacional das comunidades 9. Contributo para aumentar a cooperação transnacional e interterritorial 10. Contributo para a diversificação de atividades nas explorações agrícolas 11. Contributo para aumentar a produção de energia a partir de recursos renováveis	1. Aumento do investimento e da dinâmica económica 2. Melhoria da viabilidade e competitividade dos negócios existentes 3. Melhoria da atratividade do território para turistas 4. Aumento dos níveis de empregabilidade 5. Contributo para a conservação e valorização do património rural 6. Densificação dos serviços básicos para a população rural 7. Contributo para a preservação do património cultural 8. Reforço organizacional das comunidades 9. Contributo para aumentar a cooperação transnacional e interterritorial 10. Contributo para a diversificação de atividades nas explorações agrícolas

Neste contexto, importa desenhar uma Estratégia de Desenvolvimento Local que dê continuidade e reforce o trabalho de proximidade e parceria que têm vindo a ser desenvolvido pela GRATER e pelos seus parceiros, a qual deverá corresponder a uma resposta concertada e qualificada aos principais desafios estratégicos que o território enfrenta, através da indução de novos e renovados fatores de competitividade e de atratividade, mobilizando para isso os recursos e potencialidades endógenas de valor reconhecido.

Um desafio transversal para dar continuidade a esta visão estratégica nos próximos anos coloca-se ao nível da comunidade/promotores, isto é, da sua capacidade para aproveitar o montante de FEADER que vai ser disponibilizado em projetos devidamente enquadrados nas áreas consideradas pela estratégia, que demonstrem sustentabilidade financeira e que contribuam efetivamente para o desenvolvimento do território. Em suma, que representem uma mais-valia para o território.

A Estratégia de Desenvolvimento Local da GRATER deverá ser implementada numa base onde a racionalidade dos projetos seja um pilar.

Neste contexto, a GRATER, na seleção de projetos terá presente a racionalidade técnica e económica dos mesmos, não sendo indiferente aos elementos descritos nas caixas seguintes.

Serviços básicos, serviços de proximidade, serviços sociais

Neste contexto há que evitar o apoio de projetos de equipamentos sociais que possam tornar-se redundantes e estimular as economias de escala com a articulação e complementaridade das infraestruturas (um mapeamento desta tipologia de infraestruturas, bem como da sua taxa de frequência e ocupação, pode vir a ser útil). Acresce que os projetos deverão ser sujeitos a rigorosas avaliações da sua sustentabilidade económica (capacidade para assegurar o seu funcionamento).

Nestes sentido, não só os projetos passam por uma primeira filtragem da parte da Direção Regional da Segurança Social, como é depois avaliada a sua pertinência e sustentabilidade no futuro.

Cultura

Considera-se que o apoio à recuperação do património deverá ser relativamente seletivo, não apoiando o património edificado só porque existe. A recuperação do património faz sentido quando pode ser vendido como um produto turístico ou quando pode resultar numa refuncionalização e reutilização do espaço. Neste contexto, é importante ter uma visão integrada sobre o património existente no território de intervenção e ter presente a sua utilidade ou os resultados que pode induzir em termos turísticos.

Não obstante esta visão mais restrita, há que ponderar casos em que a recuperação do património resulte numa recuperação que seja importante para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes ou para a preservação de um local de comprovada riqueza histórica.

Deste modo, e à semelhança do anterior, também haverá uma filtragem prévia com parecer indicativo da Direção regional da Cultura, como também depois em termos de avaliação será analisada não só a sustentabilidade para o futuro como as novas funções do património a apoiar

Sociedades recreativas

A condição de insustentabilidade financeira das sociedades recreativas coloca alguma prudência ao seu apoio. A atribuição de apoios deve, assim, ser fundamentada pela capacidade de iniciativa e de mobilização da sociedade de cada uma dessas sociedades recreativas.

Apesar de estas sociedades e respetivas atividades traduzirem a cultura e o modo de vida açorianos, no futuro deverá ser estimulada uma lógica de agregação/partilha de infraestruturas, de modo a reduzir os seus custos de manutenção/conservação e de funcionamento.

Mais uma vez a articulação com a Direção Regional da Cultura será essencial bem como depois os ponderadores dos critérios de seleção.

Artesanato

Neste contexto, destaca-se a necessidade de investigar as técnicas utilizadas nos produtos artesanais e, através dos materiais, técnicas, saberes e fazeres locais, conceber um novo design e uma imagem mais contemporânea para este artesanato, adaptando-o ao mercado numa perspetiva comercial.

Tal como será referido mais à frente na articulação com outros sistemas de incentivos, será de privilegiar uma articulação com o Centro Regional de Apoio ao Artesanato, através por exemplo de projetos de cooperação.

Pequenos investimentos

São os pequenos investimentos que podem alavancar a economia regional mas é necessário ser exigente com o seu plano de sustentabilidade económica e financeira e com a sua área territorial de angariação de clientes, não colocando em causa a racionalidade dos investimentos e do apoio atribuído.

A ilha Graciosa depara-se com a falta de dinamismo, não existindo qualquer motivação para investir em pequenos negócios (privados ou públicos) voltados para a prestação de serviços aos residentes e/ou aos turistas. Este cenário exige um esforço adicional por parte da GRATER em estimular a execução de projetos de investimento nesta ilha.

Limitando o volume de investimento máximo a 150.000,00€ alavancamos os pequenos projetos. A questão da falta de dinamismo na ilha Graciosa poderá passar por se abrir avisos específicos para áreas geográficas e tipologias de investimento específicas tal como referido no plano de ação.

Valorização dos produtos locais

O pacote de promoção externa dos produtos locais é muito dispendioso, pelo que devem ser procuradas alternativas que visem a concertação de entidades públicas regionais como por ex., as Câmaras de Comércio, os gabinetes associados ao empreendedorismo e desenvolvimento.

Neste âmbito será muito importante a articulação com outros sistemas de incentivos e na prossecução de projetos de cooperação.

5.2. Estrutura da estratégia local e seus objetivos

A Estratégia de Desenvolvimento Local definida assenta, desta forma, nos Eixos Estratégicos de Intervenção indicados de seguida.

EIXO I. Qualificação e diversificação da Economia Rural através da valorização do potencial económico dos recursos endógenos

Este Eixo estratégico de intervenção pretende dar resposta aos pontos fracos enunciados na análise SWOT relativos, por um lado, à falta de estratégias de diversificação de atividades no seio das explorações agrícolas, à insuficiente valorização dos produtos agrícolas e agroalimentares, aos problemas de viabilidade económica das explorações agrícolas, à oferta de hortícolas e frutícolas atomizada e baixa organização da produção; e, por outro lado, à baixa densidade empresarial, à desestruturação da economia local, à falta de estruturas de apoio para a utilização e rentabilização de recursos endógenos; ao fraco aproveitamento das fontes de energia renováveis; à dificuldade na sustentabilidade das pequenas e microempresas, à insuficiente valorização dos produtos artesanais e à falta de cultura empreendedora e apoio ao investimento e de serviços complementares às empresas. No que respeita especificamente ao sector do turismo, este Eixo visa ultrapassar os pontos fracos associados ao baixo aproveitamento e valorização dos recursos locais, à insuficiente qualidade, projeção e organização dos serviços de animação turística, à insuficiente dinâmica das unidades de alojamento na captação de turismo e a insuficiente dinâmica na restauração e outros serviços de apoio ao turismo.

De forma geral, o *core* deste Eixo assenta na resposta ao ponto fraco ligado à falta de oportunidades de emprego e aumento do desemprego. Com efeito, a criação de emprego é um dos principais resultados esperados.

Este Eixo também pretende criar respostas para o devido aproveitamento de oportunidades e pontos fortes ligados ao potencial de valorização e de promoção das produções agrícolas e agroalimentares e dos produtos artesanais; e, por outro lado à integração das estruturas de apoio com as atividades produtivas e comerciais; ao aproveitamento da imagem do território de intervenção, ao potencial de alargamento do mercado decorrente das atividades de turismo e animação; e ao potencial de produção de energia a partir de fontes renováveis.

E, de uma forma geral, à dinâmica de investimento que se tem vindo a registar ao longo dos últimos anos, ao aproveitamento das campanhas de promoção e comercialização sob a égide da Marca Açores e à possibilidade de criação de uma rede regional de promoção integrada de comercialização dos recursos (gastronomia, animação cultural, património natural e edificado, mar, etc...

EIXO II. Criação de condições para a fixação e atração de população, através da promoção da coesão social e territorial

Este Eixo estratégico de intervenção visa a qualificação de serviços da área social, atuando no sentido da melhoria da atratividade do território para a fixação de população e da promoção da inclusão social, sobretudo, respondendo aos pontos fracos diagnosticados que respeitam aos fenómenos de envelhecimento, às lacunas em termos de suporte social a grupos com necessidades específicas, à existência de focos de pobreza e exclusão social, por vezes provocados por situações de desemprego e à insuficiência de serviços sociais para dar resposta aos mesmos. Numa outra vertente, a do apoio à animação cultural e recreativa, este Eixo estratégico tem linhas de atuação que vão no sentido de atenuar a dificuldade na mobilização dos residentes para iniciativas culturais e recreativas e as situações de insustentabilidade das associações recreativas e culturais.

Por outro lado, os apoios concedidos no âmbito deste Eixo estratégico estão orientados para vincular os pontos fortes e para aproveitar oportunidades que surgem, nomeadamente, ao nível do desenvolvimento de atividades no domínio da economia social, aumentando a diversidade na oferta de equipamentos e de atividades nas áreas sociais, da cultura, desporto e lazer e o potencial para atrair novos residentes e criar postos de trabalho.

O conhecimento das principais fragilidades e problemas das comunidades poderá contribuir para a construção de respostas sociais objetivas e com resultados evidenciados. A estratégia para a melhoria da qualidade de vida da população, entrecruza-se com os objetivos da GRATER, nomeadamente, tendo em o

objetivo específico que enquadra a dinamização de serviços de animação cultural e recreativa de base local. Entre as linhas de atuação previstas destaca-se a animação territorial e a promoção da inclusão e inovação social, vocacionados para grupos específicos e públicos desfavorecidos, abrangendo, entre outras, temáticas a inter-geracionalidade, o envelhecimento saudável e ativo, a transmissão de conhecimentos e saberes entre gerações, a prevenção de situações de risco (alcoolismo, toxicodependência ou violência doméstica), e a valorização das artes, ofícios e saberes.

EIXO III. Afirmção da identidade rural através da valorização do Património Cultural e Natural

Este Eixo estratégico surge associado ao objetivo da preservação, conservação e valorização do património natural e cultural, dando resposta, sobretudo, ao potencial de aproveitamento da diversidade e singularidade dos recursos naturais e ao reforço da identidade da população em relação ao território e aos saberes tradicionais. Acima de tudo, saber captar devidamente as oportunidades ligadas aos recursos para uma atração turística consistente e diversificada.

Neste contexto, surge a necessidade de sensibilizar as populações locais (incluindo os jovens em idade escolar) e os turistas para a importância da conservação do património natural.

EIXO IV. Promoção da cooperação e do envolvimento dos atores locais na implementação da EDL

Este Eixo estratégico visa sobretudo responder aos desafios identificados de necessidade de estimular a promoção territorial através do estímulo ao funcionamento em rede entre atores locais e à cooperação interterritorial e transnacional, aproveitando as competências e *know-how* da Estrutura Técnica da GRATER e da sua Parceria.

Este Eixo não beneficia das tipologias previstas na Portaria que define as linhas de intervenção/apoios a conceder pelos GAL, mas deverá ser enquadrado pela Medida que apoia o seu funcionamento (FEADER), incluindo os custos operacionais, de animação e de cooperação.

As Tabelas seguintes sistematizam um exercício ao racional de intervenção associado a cada Eixo Estruturante de Intervenção, identificando os objetivos específicos, linhas de atuação, os resultados a alcançar e as prioridades de investimento/áreas de intervenção a mobilizar.

EIXO I. Qualificação e diversificação da Economia Rural através da valorização do potencial económico dos recursos endógenos	
Objetivos Específicos	• <i>Diversificação das atividades agrícolas e pecuárias</i>, nomeadamente através do incentivo ao desenvolvimento de atividades não agrícolas nas explorações, permitindo criar novas fontes de rendimento para os produtores assim como gerar emprego em meio rural. • <i>Qualificar e densificar o tecido empresarial</i>, através da promoção do empreendedorismo, da economia social, da valorização dos saberes e ofícios tradicionais e do artesanato e da modernização e reforço dos fatores de competitividade das empresas existentes. • <i>Melhorar as condições de suporte ao desenvolvimento económico do território</i> incluindo a melhoria quer das condições de acolhimento de iniciativas empresariais, quer de fruição dos recursos naturais garantido a sua sustentabilidade. • <i>Criar condições para a instalação e apoio a atividades económicas</i>. • <i>Promover o acesso das populações a serviços</i> que privilegiam a integração social. • <i>Promover a utilização de fontes de energia renováveis</i>. • <i>Consolidar o potencial turístico da região</i>, nomeadamente através da exploração das sinergias entre a atividade turística e os recursos naturais, históricos e culturais e a economia produtiva tradicional do território (porex., animação turística, marketing e publicidade, eventos, comércio de produtos locais, etc.).
Linhas de atuação	Desenvolvimento de atividades não agrícolas nas explorações agrícolas • Desenvolvimento de atividades complementares à agricultura nas explorações agrícolas, incluindo áreas como por ex. a animação turística, atividades pedagógicas; atividades artesanais. • Produção de <i>branding</i> e de materiais de divulgação e promoção de produtos agrícolas e agroalimentares locais. • Criação de imagens de marca, elementos de <i>design</i> e de meios de divulgação e comunicação dos produtos e serviços ligados ao meio rural. Criação e/ou desenvolvimento de iniciativas empresariais nas zonas rurais • Criação de novas empresas ou desenvolvimento das empresas existentes, incluindo, entre outras atividades, pequenas indústrias agroalimentares; restauração; serviços para a inovação e o “design” no artesanato e em outros produtos locais; prestação de serviços ambientais e agrorurais; serviços recreativos de apoio às pessoas, às famílias e a grupos sociais desfavorecidos. Dinamização das atividades turísticas • Qualificação do alojamento turístico de pequena escala. • Desenvolvimento das unidades de animação turística. Economia Social • Criação de novas empresas da economia social e do empreendedorismo social. Infraestruturação de pequena escala – apoio às atividades económicas • Criação de infraestruturas locais com capacidade para apoiar as atividades económicas e para fixar a população, através de investimentos públicos de âmbito local e de pequena escala. • Dinamização de locais de informação de apoio às atividades desenvolvidas no meio rural e visitantes do meio rural. Energias renováveis • Instalação de sistemas de energia para consumo próprio, utilizando fontes renováveis Atividades do turismo e do lazer e informação turística • Criação de infraestruturas de pequena escala dedicadas e essenciais à implementação de rotas e percursos e sinalética de interpretação da natureza e de vivência da componente ambiental, agregadas a programas de divulgação e animação turística, incluindo, p.ex., o apoio a centros de interpretação e observação, miradouros, criação de rotas, trilhos e percursos, eco-pistas, sinalética, pontes de madeira, alimentadores de aves e animais selvagens, caminhos rurais. • Criação de infraestruturas de pequena escala associadas a centros de informação turística e à sinalização de locais turísticos de interesse reconhecido. • Dinamização de produtos e serviços associados a atividades pedagógicas e de lazer a decorrer no espaço rural, agregados a programas de divulgação e animação turística.

Estratégia de Desenvolvimento Local da GRATER – ilhas Terceira e Graciosa

Principais resultados a alcançar	• Diversificação das fontes de rendimento dos produtores agrícolas • Criação de emprego e promoção da empregabilidade. • Densificação, diversificação e qualificação das atividades das economias rurais. • Modernização e qualificação do tecido empresarial existente. • Reforço das condições de apoio e instalação de atividades económicas • Criação de emprego e promoção da empregabilidade. • Aumentar o acesso das populações a serviços fundamentais. • Aumento da utilização de energias renováveis • Dinamização de atividades e serviços de apoio turístico • Afirmação do potencial económico do sector do turismo. • Aproveitamento económico e valorização turística dos recursos naturais, patrimoniais e culturais. • Melhorar a atratividade das zonas rurais
Intervenções do PRORURAL + Abrangidas	• Intervenção 6.4 – Investimento na Criação e no Desenvolvimento de Atividades não Agrícolas; • Intervenção 7.2 – Investimento em Infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia • Intervenção 7.5. investimentos em Infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas

EIXO II. Criação de condições para a fixação e atração de população, através da promoção da coesão social e territorial	
Objetivos Específicos	• Proporcionar melhores condições de utilização dos equipamentos existentes renovados e novos serviços. • Reforçar a rede de equipamentos e respostas sociais existentes no território. • Dinamização de serviços de animação cultural e recreativa de base local
Linhas de atuação	Infraestruturação de pequena escala – apoio às atividades sociais • Investimentos de pequena escala, em infraestruturas que criem melhores condições estruturais e funcionais para a fixação das populações • Alargamento de suportes de hardware e software, bem como de plataformas de locais de ligação a internet e videoconferência, para as populações locais. Serviços básicos locais • Refuncionalização, diversificação e qualificação da rede de equipamentos e valências de apoio social existentes no Território. • Adoção de novos serviços e modelos de gestão, por ex., gestão integrada e multifuncional de equipamentos, unidades móveis, serviços partilhados, bibliotecas itinerantes e atendimento multifunções ambulatoriais, criação de redes comunitárias de resposta a necessidades de grupos vulneráveis (sem a necessidade de institucionalização). • Projetos piloto de animação territorial e de promoção da inclusão e inovação social, vocacionados para grupos específicos e públicos desfavorecidos, abrangendo, entre outras, temáticas como a inter-geracionalidade, o envelhecimento saudável e ativo, a transmissão de conhecimentos e saberes entre gerações, a prevenção de situações de risco (alcoholismo, toxicodependência ou violência doméstica). • Capacitação das instituições numa lógica de serviços de proximidade orientada para o beneficiário/utente, potenciando o abandono da tradicional abordagem assistencialista da intervenção social. • Iniciativas de animação cultural e recreativa de base local, que envolvam entidades associativas locais de atuação de proximidade às populações
Principais resultados a alcançar	• Aumento das condições de atratividade do território. • Reforço da capacidade de iniciativa local. • Criação de emprego. • Aumento das condições de atratividade do território. • Aumento da capacidade de animação territorial e inovação social. • Promoção da inclusão ativa e da empregabilidade. • Combate a fenómenos de pobreza e exclusão social. • Adoção de soluções inovadoras aplicadas ao espaço rural de carácter social e tecnológico, promovendo, em parceria com a sociedade civil, a provisão de bens e serviços melhor ajustados à procura local
Intervenções do PRORURAL + Abrangidas	• Intervenção 7.4 – Investimento em Serviços Básicos Locais; • Intervenção 7.2 – Investimento em Infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia.

EIXO III. Afirmação da identidade rural através da valorização do Património Cultural e Natural	
Objetivos Específicos	- Promover a preservação e conservação da biodiversidade dos recursos naturais existentes. - Promover a preservação, conservação e recuperação da identidade cultural específica do território. - Promover a sensibilização ambiental
Linhas de atuação	- Recuperação, preservação e valorização do património arquitetónico tradicional inserido no meio rural edificado. - Refuncionalização de edifícios tradicionais para atividades ligadas à preservação e valorização da cultura tradicional e sensibilização ambiental. - Recuperação, preservação e transmissão do património cultural e etnográfico, incluindo saberes e tradições locais (espólios documentais; conteúdos online; estudos etnográficos, incitativos de divulgação e sensibilização; recolha e recuperação de lendas, artes e ofícios, música, folclore, trajes, instrumentos tradicionais, gastronomia, etc.), em estreita articulação com a promoção económica do artesanato e das artes e ofícios tradicionais - Realização de eventos associados ao património, à cultura e a bens culturais e naturais. - Realização de campanhas e outras atividades de sensibilização ambiental.
Principais resultados a alcançar	- Valorização económica dos recursos naturais e culturais do território - Preservação dos recursos naturais e do património arquitetónico tradicional. - Preservação e divulgação de práticas e tradições culturais. - Melhoria da atratividade da Região. - Aumento da sensibilização ambiental
Intervenções do PRORURAL + Abrangidas	Intervenção 7.6 – Investimentos associados ao Património Cultural e Natural e ações de Sensibilização Ambiental.

EIXO IV. Promoção da cooperação e do envolvimento dos atores locais na implementação da EDL	
Objetivos Específicos	- Potenciar as complementaridades, diversidades e heterogeneidades com outros territórios rurais, através da cooperação. - Envolver os parceiros e outros atores locais na implementação da EDL. - Promover a animação do território e a divulgação da EDL.
Linhas de atuação	- Ações de divulgação da EDL. - Atividades no sentido de envolver todos os elementos da parceria (reuniões, workshops, ...) - Dinamização do conceito “saber fazer” e divulgação desses conhecimentos. - Animação e a implementação de programas de desenvolvimento de iniciativa de base local. - Apoio técnico a proponentes de projetos de investimentos. - Constituição de parcerias e dinamização de projetos de cooperação. - Intercâmbios de experiências com outras entidades.
Resultados a alcançar	- Aumento da cooperação a nível regional, nacional, transnacional. - Promoção e animação do desenvolvimento rural. - Envolvimento dos parceiros na implementação da EDL
Intervenções do PRORURAL + Abrangidas	- Submedida 19.3. Preparação e realização de Atividades de cooperação - Submedida 19.4. Apoio a custos de funcionamento e animação

5.3. Articulação com o PRORURAL + e com outros instrumentos de política

A GRATER trabalhou no sentido de ter uma EDL devidamente articulada com o PRORURAL+, bem como com o PO Açores 2020, e outras estratégias regionais e setoriais incidentes no mesmo território, maximizando a utilização das oportunidades e potencialidades e a superação das dificuldades e problemas diagnosticados no contexto da prossecução dos objetivos ao crescimento inteligentes, sustentável e inclusivo. Em termos de análise da coerência da EDL com as estratégias regionais e setoriais, consideraram-se dois importantes instrumentos de programação da intervenção estratégica e operacional regional:

- **PRORURAL+** - Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma dos Açores, participado pelo Fundo FEADER no período de programação 2014-2020.
- **PO Açores 2020** - Programa Operacional para os Açores, participado pelos fundos estruturais comunitários FEDER e FSE, para o período de programação 2014-2020.

PRORURAL+

No caso do PRORURAL+, a coerência está assegurada, sendo garantida através da implementação da EDL por via do enquadramento dos apoios na *Submedida 19.2 - Apoio à realização de operações no âmbito da estratégia de desenvolvimento local LEADER*, que inclui as intervenções seguintes:

- Intervenção 6.4. Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas;
- Intervenção 7.2. Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia;
- Intervenção 7.4. Investimento em serviços básicos locais;
- Intervenção 7.5. Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas;
- Intervenção 7.6. Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental.

Neste âmbito refira-se que a EDL, no processo da sua conceção, teve por base os objetivos que alicerçam a estratégia do PRORURAL+.



Promover a diversificação da economia para atividades não agrícolas e aumentar o emprego em meio rural

Criar serviços para a população, que corrijam lacunas sociais e visem a inclusão social e a redução da pobreza, nos territórios rurais

Fomentar a recuperação, a conservação e a valorização do património natural e paisagístico, cultural e arquitetónico, da Região

Promover a sustentabilidade ambiental.

Estes pilares, utilizados de forma transversal na elaboração da EDL, contribuirão para conseguir uma Estratégia de carácter inovador e integrado, que irá maximizar a utilização das oportunidades e potencialidades e a superação das dificuldades e problemas diagnosticados no contexto da prossecução dos objetivos ao crescimento inteligentes, sustentável e inclusivo [tal como foi explicitado no ponto anterior e no ponto 7. Resultados esperados e indicadores].

A articulação com a Autoridade de Gestão do PRORURAL+ vai ser assegurada por duas vias: formal e administrativa, em que serão despistados os casos de eventual duplo financiamento; formal e técnica, em que será continuamente analisada

PO Açores 2020

No que respeita ao PO Açores, este Programa inclui já o contributo de documentos que foram sendo elaborados pelo Governo regional do Açores e que têm intersecção, mesmo que pontual, com a EDL, nomeadamente:

- ❖ *Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial* (Dezembro de 2012). Teve como objetivo a criação de medidas que dessem resposta à necessidade de criação de emprego e de aumento da competitividade empresarial.
- ❖ *Plano Estratégico para o Fomento do Empreendedorismo na Região Autónoma dos Açores 2013-2016* (aprovado em Março de 2013). Teve como objetivo principal criar um instrumento que permita gerar o contexto propício para fomentar a atividade empreendedora na Região e maximizar os resultados socioeconómicos daí decorrentes.

A EDL encontra uma coerência média/elevada com três dos quatro grandes desígnios para o desenvolvimento da RA Açores, havendo mesmo em algumas situações, o risco de justaposição da tipologia de apoios:

- *Construção de uma base económica de exportação dinâmica e alargada*: uma Região aberta e inovadora na utilização dos recursos endógenos, materiais e imateriais, com um nível de produção económica que lhe permita ascender a um patamar superior, ultrapassando os constrangimentos do limitado mercado interno.
- *Consolidação de uma sociedade equilibrada e inclusiva com oportunidades de realização*: uma sociedade inclusiva e equilibrada, geradora de oportunidades de participação, de acesso ao emprego e de plena realização, das crianças e jovens, dos idosos e das famílias.
- *Promoção de um território, de uma paisagem e de uma vivência distintivas*: uma paisagem, um ambiente, e uma vivência distintivos, num património natural e cultural diferenciado e reconhecido internacionalmente.

Este enquadramento estratégico encontra-se materializado num conjunto alargado de prioridades de investimento do PO Açores 2020. Todavia, e no que toca à atividade económica, vai existir, à semelhança do período de programação anterior, uma nova geração de Sistemas de Incentivos para a Competitividade Empresarial – **COMPETIR+**.

Relativamente ao Sistemas de incentivos, o mesmo terá, no período de programação 2014-2020, um âmbito de intervenção mais alargado do que os sistemas de incentivos de anteriores quadros comunitários. Neste contexto, os Sistemas de incentivos funcionarão como o fator estruturante de dinamização da atividade económica e empresarial na Região, tendo presente o crescimento equilibrado e sustentável da RAA (p.e., através da atribuição diferenciada de apoios por Ilha e por Concelho, de acordo com os seus estádios de desenvolvimento económico e social; da prioridade e intensidade de apoio às empresas que desempenham um papel fundamental na criação de emprego) e com os objetivos máximos de promoção do investimento e da criação de emprego, este último perfeitamente alinhado com a EDL.

Na visão do PO Açores, os recursos dos territórios rurais surgem sobretudo implícitos na componente relativa à afirmação e ao desenvolvimento do empreendedorismo, onde se destaca o sector do turismo, mas também dando relevo à promoção do emprego e a inclusão social e à valorização do património natural e cultural. Com efeito, os pilares da estratégia consideram como uma das áreas fundamentais a exploração sustentável dos recursos endógenos. Nos pontos seguintes sistematizam-se as linhas de intervenção do PO Açores 2020, selecionando as áreas de interseção com a EDL:

1. Base económica

A tabela seguinte representa a leitura da coerência entre os sete subsistemas de incentivos previstos e a EDL, com relação com as intervenções 6.4. e 6.5. da EDL.

Subsistemas de incentivos	Relação de coerência e de contributividade
Subsistema de Incentivos para o Fomento da Base Económica de Exportação	
Subsistema de Incentivos para a Internacionalização	
Subsistema de Incentivos para o Urbanismo Sustentável Integrado	
Subsistema de Incentivos para a Qualificação e Inovação	
Subsistema de Incentivos para o Empreendedorismo Qualificado e Criativo	
Subsistema de Incentivos para o Desenvolvimento Local	
Subsistema de Apoio à Eficiência Empresarial	

 - Relação de coerência e de contributividade fraca;  - Relação de coerência e de contributividade média;  - Relação de coerência e de contributividade forte.

- ✓ *Subsistema de Incentivos para o Fomento da Base Económica de Exportação.* Direcionado para projetos dirigidos à produção de bens transacionáveis, inseridos em cadeias de valor associadas a

recursos endógenos, a serviços de valor acrescentado e ao turismo, nomeadamente nas áreas temáticas prioritárias de especialização como o setor agroalimentar e o turismo.

- ✓ *Subsistema de Incentivos para a Internacionalização.* Os apoios visam reforçar o comércio intrarregional e as competências de exportação, numa lógica de transversalidade a todos os setores de atividade (p.e., projetos de prospeção de mercados, comercialização e marketing, ...)
- ✓ *Subsistema de Incentivos para o Urbanismo Sustentável Integrado.* Os apoios visam contribuir para uma intervenção de requalificação do tecido urbano, com o envolvimento dos vários atores de desenvolvimento local.
- ✓ *Subsistema de Incentivos para a Qualificação e Inovação.* Apoios para aumentar a competitividade das empresas, por via da diferenciação e do valor acrescentado.
- ✓ *Subsistema de Incentivos para o Empreendedorismo Qualificado e Criativo.* Apoio ao empreendedorismo qualificado e criativo, através do qual se estimula a criação de empresas por novos empreendedores, que contribuam para a diversificação e regeneração do tecido empresarial.
- ✓ *Subsistema de Incentivos para o Desenvolvimento Local.* Incentivo à modernização e expansão da capacidade produtiva de setores tradicionais, que permita o reforço do mercado interno e a dinamização da capacidade produtiva regional.
- ✓ *Subsistema de Apoio à Eficiência Empresarial.* Apoio para o aumento da competitividade das empresas apostando no valor acrescentado, na diferenciação dos seus produtos e na introdução de métodos produtivos mais eficientes.

2. Sociedade equilibrada e inclusiva

Relação de coerência e de contributividade média a forte com a Intervenção 7.4. Investimento em Serviços Básicos Locais, da EDL.

Este desígnio será veiculado pelos Eixos Prioritários 8. *Emprego e Mobilidade Laboral*; e 9. *Inclusão Social e Combate à Pobreza* do PO Açores 2020. O PO estabeleceu uma lógica de intervenção, por um lado, entre o incentivo aos desempregados para estruturar e implementar projetos de vida, visando a sua autonomia e participação cívica e o apoio à contratação; e, por outro lado, entre a inclusão ativa e os investimentos nas infraestruturas sociais; e a promoção do empreendedorismo social e o apoio à constituição e ao investimento de empresas sociais.

3. Território e paisagem

Relação de coerência e de contributividade média a forte com a Intervenção 7.6. Investimentos associados ao Património Cultural e Natural e ações de Sensibilização Ambiental, da EDL.

Este desígnio está enquadrado no Eixo Prioritário 6: *Ambiente e Eficiência dos Recursos*, que atribui apoios para a conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural, numa das suas linhas de intervenção.

A **complementaridade e articulação operacional entre o PO Açores 2020 e o PRORURAL⁺** tem sido crescente, pelo que o modelo vai ter continuidade: delimitação a priori das fronteiras de elegibilidade entre o FEDER e FSE e o FEADER, de forma a eliminar os riscos de sobreposição de apoios e promover condições de equidade no acesso aos fundos.

Ao longo da implementação da EDL importa, contudo, ir monitorizando e ajustando as elegibilidades, bem como promover a interligação e articulação entre as entidades responsáveis pela implementação das intervenções, no sentido de analisar execuções e resultados.

À semelhança do ocorrido no anterior período de programação, prevê-se a criação de um protocolo entre as Autoridades de Gestão, estabelecendo, nomeadamente, os procedimentos para a troca de informações visando o reforço das complementaridades e sinergias das intervenções a financiar. Neste contexto, é expectável que, para além das questões operacionais, seja possível uma maior integração estratégica.

Outros instrumentos setoriais e regionais

O Sistema de Incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis – **PROENERGIA**, contempla uma linha de atuação similar à Intervenção 7.2. Investimento em Infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia, da EDL. Nomeadamente, através do apoio a investimentos na exploração de recursos energéticos renováveis para microprodução de energia elétrica ou calorífica, utilizando recursos endógenos.

Neste contexto, importa assegurar a partilha de informação sobre os potenciais beneficiários e regras para a atribuição de apoios, bem como sobre os projetos apresentados a cada uma das tipologias de intervenção com a finalidade de conseguir dimensões de complementaridade que permitam apoiar o maior número de beneficiários e evitar situações de duplo financiamento.

Na ilha Terceira é importante ter presente o seu **Plano de Revitalização Económica**, elaborado para dar resposta à intenção do Governo americano de reduzir significativamente a sua presença militar e civil na Base das Lajes.

A coerência entre a EDL e este plano está relativamente conseguida no plano concecional, sobretudo no Eixo 6 – TURISMO, que tem como objetivo promover uma estratégia integrada de promoção turística da ilha Terceira. Contudo, é difícil perceber a componente operacional do Plano pois o mesmo não consiste num instrumento financeiro.

Programa de Apoio à Revitalização das Lojas nos Centros Urbanos – Loja+, que visa promover a requalificação e revitalização do comércio dos centros urbanos, tendo em vista a ocupação de espaços devolutos, mediante um apoio ao arrendamento e/ou à requalificação do espaço comercial

O **Programa de Cooperação Madeira-Açores-Canarias (MAC) 2014-2020** reforça claramente a estratégia de prioridades para o Arco Atlântico. Na verdade, as regiões que fazem parte do Programa têm uma história importante de cooperação para a promoção de ações de interesse comum em projetos relacionados com a promoção da investigação, desenvolvimento tecnológico, inovação e sociedade da informação, bem como a conservação e proteção do meio ambiente e promover a eficiência de recursos. Têm sido implicados nesta cooperação, autoridades regionais e a sociedade civil.

Neste caso, a GRATER poderá eventualmente ser uma das beneficiárias e será a Autoridade de Gestão do PO Açores 2020 a desempenhar tarefas técnicas no âmbito da análise de candidaturas, execução financeira e acompanhamento dos parceiros dos Açores. Potencia-se assim a articulação entre Programas e linhas de intervenção, minorando o risco de duplo financiamento de despesas comparticipadas.

Uma das linhas de intervenção da EDL prevê apoiar as manifestações artesanais, pelo que será de assegurar a articulação com o **SIDART- Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento do Artesanato dos Açores**, que tem como objetivos promover o desenvolvimento sustentável da atividade artesanal no âmbito da economia regional (qualificação da produção local, promoção da qualidade e inovação e comercialização do artesanato regional), através de um conjunto de apoios que visam o reforço da qualidade da produção e da competitividade das empresas artesanais dos Açores:

- ✓ projetos de formação;
- ✓ projetos de dinamização do setor artesanal, tais como participações em feiras ou exposições;
- ✓ projetos de investimento nas unidades produtivas artesanais; e
- ✓ projetos de qualificação e inovação do produto artesanal.

Neste contexto, e no sentido de assegurar a articulação com a EDL será necessário promover o fluxo de informação entre a Autoridade de Gestão do PRORURAL+ e/ou a direção da GRATER com a entidade responsável pela gestão do SIDART (departamento do Governo Regional com competência em matéria de artesanato, através do Centro Regional de Apoio ao Artesanato — CRAA) para evitar duplos financiamentos e para encontrar linhas de apoio que sejam, no fundo, complementares.

De notar que também a Secretaria Regional da Educação e Cultura apresenta dois regimes de apoio: um regime de apoios aos agentes que desenvolvam **atividades culturais** consideradas de relevante interesse para a região e o Programa **SOREFIL** de apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónica da Região Autónoma dos Açores. Assim, a estratégia da GRATER tentará complementar nesta área e articular esforços quer através de pedidos de parecer prévio quer através de controlos cruzados evitando duplicação de apoios.

Por último, será também refletida, ao longo do período 2014-2020, a participação da GRATER em Programas de cooperação inter-regional – **ESPON, URBACT, INTERACT e INTERREG IV C** – tendo em vista o intercâmbio de informação, estudos, experiências e boas práticas na gestão de instrumentos de política, de programas operacionais e de ações no domínio do ordenamento do território e do desenvolvimento rural sustentável.

6. Processo de envolvimento das comunidades no desenvolvimento da estratégia

Na definição dos objetivos e da estratégia a implementar foram tidos em conta vários elementos que resultaram sobretudo da análise e diagnóstico do território, das propostas de todos os elementos da parceria e da auscultação a outras entidades que não parceiras têm uma intervenção direta ou indireta no desenvolvimento rural e na experiência adquirida com a gestão dos Programas de Iniciativa Comunitária LEADER II e LEADER + e com a abordagem LEADER inserida no PRORURAL.

A auscultação às várias entidades foi feita através de reuniões ao nível das duas ilhas que decorreram entre o último trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2015 onde se analisaram, principalmente, para os vários sectores de atividade (áreas de atuação / intervenção) das entidades inquiridas as seguintes matérias:

- Pontos Fortes e Pontos Fracos
- Potencialidades
- Atividades em crescimento
- Dificuldades / ameaças
- Atividades em declínio
- Desafios estratégicos
- Ideias de potenciais projetos



Em Abril e Maio de 2015 decorreu uma fase de inquéritos a todos os nossos parceiros (Modelo de inquérito consta do anexo 5) cuja análise aos 52 respondentes permitiu apurar a informação que seguidamente se apresenta, transcrita na íntegra do relatório da entidade que tratou os inquéritos.

Caracterização da entidade parceira

1. Natureza da entidade:

	N	%	%
Administração Local	19	37,3	38,0
Associações e fundações privadas	17	33,3	34,0
Cooperativas	3	5,9	6,0
Empresas	5	9,8	10,0
Outras entidades públicas	2	3,9	4,0
Pessoas Singulares	4	7,8	8,0
Total	50	98,0	100,0
Sem informação	1	2,0	
Total geral	51	100,0	

2. Setor de atividade

	N	%	%
Alojamento e Restauração (CAE 55/ CAE 56)	1	2,0	2,1
Administração Pública (CAE 84)	14	27,5	29,2
Agricultura, produção animal, caça e atividades de serviços	2	3,9	4,2
Comércio por Grosso e a Retalho (CAE 46/ CAE 47)	2	3,9	4,2
Construção (CAE 41/ CAE 42/ CAE 43)	1	2,0	2,1
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco (CAE 10/ CAE 11)	1	2,0	2,1
Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	8	15,7	16,7
Saúde e Ação Social (CAE 86/ CAE 87/ CAE 88)	6	11,8	12,5
Outros	13	25,5	27,1
Total	48	94,1	100,0
Sem informação	3	5,9	
Total geral	51	100,0	

3. **Apreciação sobre as prioridades que a EDL deve implementar** (em bold assinalam-se as prioridades com maior nível de importância)

	Nada importante		Pouco importante		Importante		Muito importante		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Criação de novas fontes de rendimento nas explorações agrícolas	0	0,0	1	3,4	11	37,9	17	58,6	29	100,0	3,6
Criação de novas oportunidades de emprego nas explorações agrícolas	0	0,0	1	3,4	13	44,8	15	51,7	29	100,0	3,5
Manutenção ou melhoria do rendimento do agregado familiar dos produtores agrícolas	0	0,0	2	6,9	12	41,4	15	51,7	29	100,0	3,4
Aumento da importância das atividades não agrícolas	0	0,0	2	6,9	12	41,4	15	51,7	29	100,0	3,4
Fixação da população nos territórios rurais	0	0,0	2	6,9	11	37,9	16	55,2	29	100,0	3,5
Transformação de recursos endógenos em fatores de competitividade	1	3,6	0	0,0	8	28,6	19	67,9	28	100,0	3,6
Aumento da atratividade do território	0	0,0	1	3,6	10	35,7	17	60,7	28	100,0	3,6
Fomento da iniciativa empresarial	0	0,0	0	0,0	12	41,4	17	58,6	29	100,0	3,6
Criação de emprego	0	0,0	0	0,0	1	3,4	28	96,6	29	100,0	4,0
Combate ao desemprego, em especial de mulheres pouco qualificadas	0	0,0	1	3,4	9	31,0	19	65,5	29	100,0	3,6
Desenvolvimento do turismo	0	0,0	0	0,0	8	26,7	22	73,3	30	100,0	3,7
Desenvolvimento de outras atividades de lazer	0	0,0	2	6,9	15	51,7	12	41,4	29	100,0	3,3
Valorização dos produtos locais	0	0,0	0	0,0	5	16,7	25	83,3	30	100,0	3,8
Aumento da divulgação dos Açores em território nacional e internacional	0	0,0	1	3,3	5	16,7	24	80,0	30	100,0	3,8
Valorização do património cultural	0	0,0	0	0,0	10	33,3	20	66,7	30	100,0	3,7
Valorização do património natural	0	0,0	0	0,0	8	27,6	21	72,4	29	100,0	3,7
Potenciação do fator de identidade do território	0	0,0	2	6,9	16	55,2	11	37,9	29	100,0	3,3
Aumento da acessibilidade a serviços básicos	0	0,0	3	10,3	11	37,9	15	51,7	29	100,0	3,4
Aposta no empreendedorismo	0	0,0	0	0,0	10	34,5	19	65,5	29	100,0	3,7
Reforço da coesão económica e social	0	0,0	0	0,0	14	46,7	16	53,3	30	100,0	3,5
Valorização do trabalho em rede	0	0,0	2	6,9	14	48,3	13	44,8	29	100,0	3,4
Melhoria das competências profissionais	0	0,0	0	0,0	14	48,3	15	51,7	29	100,0	3,5
Aumento da cooperação com outras entidades em território regional, nacional e internacional	0	0,0	0	0,0	13	43,3	17	56,7	30	100,0	3,6

4. Entidades que preveem candidatar-se no próximo período de programação

	N	%	% Válida
Não	5	9,8	17,2
Sim	24	47,1	82,8
Total	29	56,9	100,0
Sem informação	22	43,1	
Total geral	51	100,0	

5. As entidades ponderam outros instrumentos de apoio ao investimento para além do PRORURAL+?

	N	%	% válida
Não	9	17,6	42,9
Sim	12	23,5	57,1
Total	21	41,2	100,0
Sem informação	30	58,8	
Total geral	51	100,0	

6. Se sim, qual? (N=12)

	Respostas		% de respostas
	N	%	
Sistema de incentivos para Competitividade Empresarial	4	21,1	33,3
Programa de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis	2	10,5	16,7
Sistema de apoios a conceder ao património e cultura	9	47,4	75,0
Outros*	4	21,1	33,3

* apoios pontuais de outros parceiros; apoios públicos e privados de entidades externas ao GRA; Eixo 6 e 9 do PO Açores 2020; Eixos e Medidas diretas do PO

Implementação da EDL

7. Melhorias/alterações a considerar no próximo período de programação (N=24)

	Respostas		% de respostas
	N	%	
Divulgação dos apoios	18	29,0	75,0
Condições de elegibilidade dos projetos	12	19,4	50,0
Condições de elegibilidade dos promotores	7	11,3	29,2
Condições de reembolso de despesas	9	14,5	37,5
Acompanhamento dos projetos	9	14,5	37,5
Avaliação dos projetos	6	9,7	25,0

8. Tipos de ações em que deve consistir a estratégia de divulgação da EDL (N=33)

	Respostas		% de respostas
	N	%	
Realização de sessões de esclarecimento	27	27,3	81,8
Realização de sessões de apresentação da EDL e do PRORURAL+	23	23,2	69,7
Realização de seminários/ de encontros temáticos/técnicos	13	13,1	39,4
Participação em feiras e outros certames locais/regionais	12	12,1	36,4
Atualização de site da GRATER	10	10,1	30,3
Edição de brochuras, panfletos, boletim informativo	7	7,1	21,2
Anúncios na comunicação social	7	7,1	21,2

9. Fatores que poderão vir a condicionar a implementação da EDL (N=29)

	Respostas		% de respostas
	N	%	
Crise económica	20	28,6	69,0
Fragilidades da capacidade de iniciativa dos promotores	13	18,6	44,8
Tipo de apoios disponíveis	12	17,1	41,4
Cumprimento de procedimentos formais	9	12,9	31,0
Desconhecimento dos apoios disponíveis	9	12,9	31,0
Falta de oportunidades no território de intervenção	7	10,0	24,1

10. Avaliação do site da GRATER

	Necessita melhorar		Não necessita melhorar		Total	
	N	%	N	%	N	%
Cobertura da informação (contém toda a informação que considero necessária)	12	42,9	16	57,1	28	100,0
Clareza da informação (a informação apresentada é de fácil compreensão)	11	37,9	18	62,1	29	100,0
Atualização da informação (a informação é atualizada com regularidade suficiente)	14	51,9	13	48,1	27	100,0
Qualidade da informação (a informação técnica tem qualidade)	4	14,3	24	85,7	28	100,0
Facilidade e funcionalidade no acesso à informação (navegabilidade, download, etc.)	12	42,9	16	57,1	28	100,0
Apresentação gráfica (o conteúdo do site é graficamente atraente)	10	35,7	18	64,3	28	100,0

11. Observações

- Será necessário uma melhor colaboração entre o Ambiente e o Turismo, pois é necessário preservar e criar condições naturais de excelência a fim de poderem ser divulgados em feiras pelo Turismo, e criar a vontade nos visitar, a quem consulta os nossos balcões nas feiras das várias especialidades. Na nossa realidade, o turista que nos visita para mergulhar nas águas Açorianas, tem que dormir (logo o hotel ganha), tem de comer (o restaurante ganha), aluga carro, leva uma lembrança, visita locais, etc..., e se aumentarmos este nicho que são os mergulhadores europeus, vão ser necessários mais recursos humanos (mais emprego) mesmo que se trate de um aumento sazonal. Temos sazonalidade, mas se potenciarmos ao máximo os meses bons a nível de condições atmosféricas, poderá ser uma mais-valia para todos os intervenientes neste setor.
- As questões deste inquérito são colocadas de forma pertinente. Esta Agência congratula-se pelo fato de perceber que as preocupações da EDL, com o desenvolvimento local, principais áreas de intervenção e embaraços possíveis de encontrar, ir totalmente ao encontro da nossa leitura da realidade, necessidades locais e potencialidades a desenvolver, tudo isto perceptível pela forma e conteúdo das questões colocadas. Votos de uma atividade verdadeiramente profícua neste derradeiro quadro de apoios, que será determinante para a criação de condições de autossuficiência dos promotores e do território alvo.
- Esperar que tenham em consideração todas as questões colocadas. Que realmente possamos ter um Programa de desenvolvimento que vá de encontro às populações, que crie riqueza, que contribua efetivamente para o desenvolvimento e fixação da população rural que, na atual situação económica e financeira bem precisamos
- Por vezes há intervenções externas à GRATER de origem política, que não só comprometem como dificultam, pondo mesmo em causa a análise técnica do grupo de ação local.

Nos dias 07 e 08 de Julho decorreram 3 *focus group*, um na ilha Graciosa e dois na ilha Terceira, um dirigido ao tecido empresarial e outro relacionado com serviços básicos e património.



A preparação da Estratégia desenvolveu-se ainda numa reunião de associados que decorreu no dia 13 de Agosto de 2015 onde foram analisadas as fichas de caracterização das operações e todos os itens onde a EDL da GRATER era mais restritiva que a portaria regional.



A Estratégia Local de Desenvolvimento foi sujeita a votação em Assembleia Geral da GRATER no dia 26 de Agosto do corrente ano e foi aprovada por unanimidade.



7. Plano de Ação e Investimento

O plano de ação da EDL da GRATER desenvolve-se em torno de 5 intervenções específicas que, por uma questão de concordância e simplificação, terão a mesma terminologia do PRORURAL⁺. Este plano resulta então da articulação da estratégia da GRATER e dos seus eixos prioritários com a abordagem LEADER prevista no PRORURAL⁺.

A intervenção 6.4 irá permitir ir ao encontro do Eixo - Qualificação e diversificação da economia rural através da valorização do potencial económico dos recursos endógenos. Neste sentido serão apoiadas iniciativas empresariais. No que se refere ao turismo e porque a estratégia quer potenciar o turismo no respeito pela natureza, serão apoiadas não só atividades de animação turística como empreendimentos. Neste último poderão ser apoiadas, no âmbito do turismo em espaço rural, as tipologias de casas de campo, agroturismo ou alojamento rural. Poderão também ser apoiados qualquer tipo de empreendimento turístico que tenha ou pretenda ter a classificação de turismo de natureza.

A limitação do limite máximo de investimento a 150.000,00€ de investimento elegível permite apoiar os pequenos projetos de investimento de pequenos promotores que não se revêm noutras linhas de apoio e que poderão nesta intervenção contribuir em muito para os resultados que se esperam alcançar.

A intervenção 7.5 também se mostra de especial importância para o eixo em questão uma vez que permite valorizar os nossos recursos para potenciar zonas turísticas e de lazer. No sentido de apoiar mais iniciativas desta natureza e abranger grande parte do território de intervenção, a ação foi limitada em termos de investimento máximo elegível.

No que se refere ao eixo estratégico da afirmação da identidade rural através da valorização do património cultural e natural a estratégia da GRATER conta com a intervenção 7.6 para dar resposta sempre e em completa complementaridade e articulação com a Direção Regional da Cultura. Também nesta intervenção a estratégia da GRATER limita o montante máximo de investimento elegível para 75.000,00€ para a recuperação do património privilegiando a refuncionalização e reutilização do mesmo e 15.000,00€ no caso das ações de sensibilização ambiental, como consta da referida ficha de caracterização.

Relativamente ao eixo estratégico criação de condições para a fixação e atração de população através da promoção da coesão social e territorial, a GRATER encontra nas intervenções 7.2 e 7.4 do PRORURAL instrumentos com o potencial necessário para alcançar os resultados a que se propõe. Nesse sentido pretende utilizar os mesmos limitando o volume máximo de investimento elegível em cada uma delas de acordo com as fichas de caracterização que se apresentam de seguida, o que irá permitir apoiar um maior número de iniciativas e abrangendo uma parte significativa da população do seu território.

No que se refere ao eixo estratégico 4 – Promoção da cooperação e do envolvimento dos atores locais na implementação da EDL, a GRATER candidata-se à medida 19.4 – Apoio a custos de funcionamento e

animação, além de intencionar candidatar-se à cooperação prevista pela medida 19.3 – Preparação e realização de atividades de cooperação.

O quadro seguinte pretende apenas mostrar o plano financeiros para a execução da estratégia da GRATER ao nível da Medida 19.2 do PRORURAL + “Apoio à realização de operações no âmbito da estratégia de desenvolvimento promovido pelas comunidades locais”

Quadro 29. Plano Financeiro por Intervenções, Anos e Fontes de Financiamento para o período de 2013 -2020

INTERVENÇÕES	FEADER		ORAA	DESPESA PÚBL.	DESPESA PRIV.	IT
	EUROS	%	EUROS	EUROS	EUROS	EUROS
6	1 775 088,78	54,20	313 250,96	2 088 339,74	1 392 226,49	3 480 566,23
6.4	1 775 088,78	54,20	313 250,96	2 088 339,74	1 392 226,49	3 480 566,23
2015	680 000,00		120 000,00	800 000,00	533 333,33	1 333 333,33
2016	680 000,00		120 000,00	800 000,00	533 333,33	1 333 333,33
2017	160 088,78		28 250,96	188 339,74	125 559,83	313 899,57
2018	127 500,00		22 500,00	150 000,00	100 000,00	250 000,00
2019	127 500,00		22 500,00	150 000,00	100 000,00	250 000,00
2020						
7	1 500 000,00	45,80	264 705,88	1 764 705,88	196 078,43	1 960 784,31
7.2	170 000,00	5,19	30 000,00	200 000,00	22 222,22	222 222,22
2015	85 000,00		15 000,00	100 000,00	11 111,11	111 111,11
2016	85 000,00		15 000,00	100 000,00	11 111,11	111 111,11
2017						
2018						
2019						
2020						
7.4	552 500,00	16,87	97 500,00	650 000,00	72 222,22	722 222,22
2015	212 500,00		37 500,00	250 000,00	27 777,78	277 777,78
2016	170 000,00		30 000,00	200 000,00	22 222,22	222 222,22
2017						
2018	85 000,00		15 000,00	100 000,00	11 111,11	111 111,11
2019	85 000,00		15 000,00	100 000,00	11 111,11	111 111,11
2020						
7.5	501 250,00	15,30	88 455,88	589 705,88	65 522,88	655 228,76
2015	191 250,00		33 750,00	225 000,00	25 000,00	250 000,00
2016	170 000,00		30 000,00	200 000,00	22 222,22	222 222,22
2017						
2018	85 000,00		15 000,00	100 000,00	11 111,11	111 111,11
2019	55 000,00		9 705,88	64 705,88	7 189,54	71 895,42
2020						
7.6	276 250,00	8,43	48 750,00	325 000,00	36 111,11	361 111,11
2015	127 500,00		22 500,00	150 000,00	16 666,67	166 666,67
2016	106 250,00		18 750,00	125 000,00	13 888,89	138 888,89
2017						
2018	42 500,00		7 500,00	50 000,00	5 555,56	55 555,56
2019						
2020						
M19.2	3 275 088,78	100,00	577 956,84	3 853 045,62	1 588 304,92	5 441 350,54

O plano de investimento aloca aos anos de 2015 e 2016 uma parte considerável da verba no sentido de colmatar o atraso de 2 anos em que se inicia o atual período de programação.

O ano de 2017 será um ano de reflexão, aproveitando ser ano de avaliação intercalar, pelo que não se espera abrir avisos de candidaturas na maior parte das intervenções.

Para a intervenção 7.2 espera-se abrir avisos apenas nos dois primeiros anos. No mesmo sentido a intervenção 7.6 não tem verbas afetas aos anos de 2019 e 2020.

Nos casos em que num determinado ano não entrarem candidaturas que permitam a utilização de toda a verba que lhe estava afeta poderá ser aberto novo aviso nesse mesmo ano.

Para todas as intervenções não foram alocadas verbas ao ano de 2020.

No que se refere à repartição das verbas pelas várias intervenções, foi tido em conta o diagnóstico, a análise swot e a informação retirada dos inquéritos e das várias reuniões de preparação desta estratégia pelo que, foi dada mais importância com 54,20% à intervenção 6.4 que permite a criação de riqueza e emprego no território, seguida da 7.4 que permite atingir os objetivos da luta contra a pobreza e promover a inclusão social, objetivo também prioritário da Europa2020. Depois não poderíamos esquecer a dinamização do que pode fortalecer o potencial turístico da região, isto é, a intervenção 7.5; sendo que ficaram com menos verbas a 7.6 e 7.2.

Os 54,20% afetos à 6.4 serão mais que suficientes tendo em conta o histórico da GRATER para permitir a criação dos 52 postos de trabalho a que nos propomos como meta para esta intervenção. De referir que no anterior período de programação apurou-se que foram necessários apenas por volta dos 32.000,00€ de despesa pública afetos à antiga medida 3.1 por posto de trabalho que foi criado.

O plano de ação desenvolve-se em torno da abertura de avisos de candidatura às intervenções que a seguir se apresentam. Estas intervenções apesar de formatadas pelo próprio PRORURAL + estão focadas nos eixos prioritários que resultaram de todo o diagnóstico e estratégia para o território o que levou a que fosse um pouco mais restritiva que a legislação regional tal como referido anteriormente.

Os avisos serão anuais de acordo com a dotação orçamental inscrita no plano financeiro.

Poderão vir a haver avisos para áreas geográficas específicas se a experiência com a execução deste programa vier a demonstrar que tal como no passado estão a existir constrangimentos para o investimento na ilha Graciosa.

Nestes avisos serão indicados todas as CAE em que se devem enquadrar os projetos candidatos.

De seguida apresentam-se as fichas de caracterização de cada uma das intervenções a desenvolver no âmbito da Estratégia de Desenvolvimento Local da GRATER.

Quadro 30. Ficha de caracterização da Intervenção 6.4

Intervenção 6.4 – Investimentos na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas	
Breve Descrição	Esta intervenção tem como objetivo promover condições para o desenvolvimento de atividades não agrícolas nas explorações agrícolas e criar e/ou desenvolver iniciativas empresariais nas zonas rurais.
Objetivos Específicos	- Diversificar as atividades agrícolas e pecuárias, nomeadamente através do incentivo ao desenvolvimento de atividades não agrícolas nas explorações, permitindo criar novas fontes de rendimento para os produtores assim como gerar emprego em meio rural. - Qualificar e densificar o tecido empresarial, através da promoção do empreendedorismo, da economia social, da valorização dos saberes e ofícios tradicionais, do artesanato e da sua modernização e reforço dos fatores de competitividade das empresas existentes. - Melhorar as condições de suporte ao desenvolvimento económico do território incluindo a melhoria quer das condições de acolhimento de iniciativas empresariais, quer de fruição dos recursos naturais garantido a sua sustentabilidade. - Diversificar o tecido económico local. - Promover a utilização de fontes de energia renováveis. - Consolidar o potencial turístico da região, nomeadamente através da exploração das sinergias entre a atividade turística e os recursos naturais, históricos e culturais e a economia produtiva tradicional do território (por ex., animação turística, marketing e publicidade, eventos, comércio de produtos locais, etc.).
Linhas de atuação	Desenvolvimento de atividades não agrícolas nas explorações agrícolas - Desenvolvimento de atividades complementares à agricultura nas explorações agrícolas, incluindo áreas como por ex. a animação turística; atividades pedagógicas; atividades artesanais. - Produção de <i>branding</i> e de materiais de divulgação e promoção de produtos agrícolas e agroalimentares locais. - Criação de imagens de marca, elementos de <i>design</i> e de meios de divulgação e comunicação dos produtos e serviços ligados ao meio rural. Criação e/ou desenvolvimento de iniciativas empresariais nas zonas rurais - Criação de novas empresas ou desenvolvimento das empresas existentes, incluindo, entre outras atividades, pequenas indústrias agroalimentares; restauração; serviços para a inovação e o <i>design</i> no artesanato e em outros produtos locais; prestação de serviços ambientais e agorurais. Dinamização das atividades turísticas - Qualificação do alojamento turístico de pequena escala. - Desenvolvimento das unidades de animação turística. Economia Social - Desenvolvimento do empreendedorismo social com a criação de novas empresas ou desenvolvimento das empresas existentes na área da economia social.
Investimentos não elegíveis	Investimento em atividades de natureza agrícola e piscatória.
Beneficiários	- Agricultores ou membros do agregado familiar do agricultor. - Pessoa singular ou coletiva de direito privado, que tenham enquadramento no conceito de micro ou pequena empresa. - Não podem beneficiar dos apoios previstos nesta intervenção as empresas de capitais públicos e os profissionais da pesca.
Critérios de elegibilidade dos beneficiários	Definidos em legislação regional com a seguinte particularidade: Cada beneficiário apenas poderá apresentar um pedido de apoio em cada aviso de abertura de candidaturas (concurso).

Critérios de elegibilidade das operações	Definidos em legislação regional com as seguintes particularidades: • Montante máximo de investimento elegível até 150.000,00€. • Estão excluídas as atividades inseridas nas CAE 77310 – Aluguer de máquinas agrícolas e as atividades inseridas no grupo 563 – Estabelecimentos de bebidas. • No âmbito do apoio ao turismo (alojamento) apenas serão elegíveis operações enquadradas no Turismo em Espaço Rural nas tipologias de casa de campo, agroturismo ou alojamento rural ou noutra qualquer tipologia de empreendimento turístico desde que seja classificado como turismo de natureza ou o projeto pretenda obter essa classificação. • Estão excluídos todos os pedidos de apoio que se enquadrem num dos sistemas de incentivos regionais e que se localizem nos centros urbanos do território de intervenção. Concelho de Angra do Heroísmo: sul da circular externa entre a Rotunda da Silveira e a rotunda da Praça de Touros e Concelho da Praia da Vitória: sul da rotunda da Boavista, estrada da circunvalação até à rotunda D. Beatriz e Estrada 25 de Abril até à circular interna, seguindo nesta até à rotunda da Marina. • Em casos devidamente justificados por exclusão destes sistemas de incentivos e analisado o mercado de bens e serviços em questão, poderá o Organismo Intermediário de Gestão aceitar para análise os pedidos de apoio nas zonas restringidas.
Despesas Elegíveis	• Construção, reconstrução e beneficiação de edifícios e outras construções até ao limite máximo elegível de 100.000,00€. • Equipamento básico. • Equipamento não produtivo. • Aquisição de viaturas, quando justificadas pela natureza da operação, sendo o custo máximo elegível de 35.000,00€ à exceção de viaturas ligeiras de passageiros de 5 lugares. A derrogação para as viaturas prevista na portaria regional não se aplica à EDL da GRATER. • Equipamento administrativo. • Ferramentas e utensílios (desde que não seja considerado material de desgaste rápido). • Equipamentos informáticos. • Equipamento áudio e visual. • Material didático (desde que não seja considerado material de desgaste rápido). • Outros equipamentos imprescindíveis à implementação da operação proposta. • As despesas com a criação de imagens de marca, elementos de <i>design</i> e produção de meios de divulgação e comunicação estão limitadas a 20% do investimento total elegível. • As despesas com a promoção das atividades apoiadas estão limitadas a 15.000€ de investimento total elegível. • A constituição da empresa e respetivos registos legais tem um limite de 5% do investimento total elegível. • A produção de sinalética está limitada a 20% do investimento total elegível. • Despesas com honorários de arquitetos, engenheiros e consultores, obtenção de licenças para construção e para o exercício da atividade, até ao limite de 5% do investimento total elegível, sendo que cada despesa <i>per si</i> não pode ultrapassar 3.000€. • Despesas associadas a outros investimentos imateriais com a produção e divulgação de meios de divulgação e comunicação dos serviços disponibilizados até 7.500€. • Aquisição de sistemas de energia para consumo próprio, no âmbito do investimento, utilizando fontes renováveis de energia. • Aquisição de serviços de sistemas de certificação da qualidade, até 3.000€.
Despesas não elegíveis	• Aquisição de imóveis. • Não é elegível a aquisição de viaturas ligeiras de passageiros de 5 lugares. • Trabalhos a mais de empreitadas de obras e adicionais aos contratos de fornecimento, erros e omissões. • Custos de manutenção decorrentes do uso normal das instalações. • Constituição de garantias. • Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). • Bens em estado de uso.

Estratégia de Desenvolvimento Local da GRATER – ilhas Terceira e Graciosa

	- Juros da dívida. - Margem de locação, juros, custos de refinanciamento de juros, despesas gerais e prémios de seguro. - Consumíveis.
Principais resultados a alcançar	- Diversificação das fontes de rendimento dos produtores agrícolas. - Criação de emprego e promoção da empregabilidade. - Densificação, diversificação e qualificação das atividades das economias rurais. - Modernização e qualificação do tecido empresarial existente. - Reforço das condições de apoio e instalação de atividades económicas. - Aumento do acesso das populações a serviços fundamentais. - Aumento da utilização de energias renováveis. - Dinamização de atividades e serviços de apoio turístico. - Afirmação do potencial económico do sector do turismo. - Aproveitamento económico e valorização turística dos recursos naturais, patrimoniais e culturais. - Melhoramento da atratividade das zonas rurais.
Indicadores de realização	- Explorações agrícolas apoiadas (n.º) => Meta: 2 - Micro e pequenas empresas criadas (n.º) => Meta: 15 - Micro e pequenas empresas apoiadas (n.º) => Meta: 40
Indicadores de resultado	Postos de trabalho criados (n.º) => Meta: 52
Forma, nível e limites de apoio	- Os apoios previstos, nesta intervenção, assumem a forma de subvenção não reembolsável, comparticipada em 85% pelo FEADER e 15% pelo orçamento regional. - As taxas de apoio variam entre 50% e 70% dependendo da criação de pelo menos um posto de trabalho a tempo inteiro devidamente comprovado. - A concessão dos apoios no âmbito desta portaria respeita o estabelecido no Regulamento (UE) n.º 1407/2013, da Comissão, de 18 de dezembro, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos <i>auxílios de minimis</i>.
Dotação Orçamental	A dotação orçamental prevista para a intervenção é de 2.088.339,74€ de Despesa Pública composta por 1.775.088,78€ FEADER e 313.250,96€ ORAA.
CrITÉRIOS de seleção	Para a avaliação dos pedidos de apoio será aferido o Mérito do Projeto (MP) baseado na seguinte equação: $MP = 0,40A + 0,40B + 0,20 C$ Em que: A – Nível de adequação à EDL B – Análise Técnica C – Impacto social e ambiental Cada componente pode reunir até 100 pontos e contribui para o MP nas proporções acima definidas. A pontuação final máxima será de 100 pontos. A pontuação mínima exigida para cada candidatura será de 50 pontos. Cada componente é também ela composta por vários critérios, uns transversais a todas as intervenções, outros específicos para cada uma das áreas. Em caso de empate é considerada para hierarquização a pontuação obtida no indicador A1, caso persista o A3 e depois o A2. Mantendo-se o empate caberá ao OIG escolher justificando a candidatura que mais se adapta à estratégia e que contribui para a obtenção dos resultados propostos na mesma.

A – Nível de adequação à EDL

A1. Conformidade do projeto com a EDL – 50 pontos

Será avaliada a conformidade do projeto com os objetivos definidos na EDL para a intervenção:

Não Adequado: não segue nenhum dos objetivos específicos	0%
Adequado: segue pelo menos um dos objetivos específicos	50%
Muito adequado: segue mais do que um dos objetivos específicos	100%

A2. Grau de articulação – 30 pontos

Será avaliada a existência de articulação do projeto com outros setores relevantes (turismo, artesanato, gastronomia, património, entre outros)

Não Adequado: sem articulação com outros setores relevantes	0%
Adequado: articulação com um setor relevante	50%
Muito adequado: articulação com mais do que um setor relevante	100%

A3. Nível de saturação – 20 pontos

Será avaliada a existência no território de empresas que fornecem ou prestam bens e serviços iguais ou similares aos resultantes do projeto a nível local (freguesia).

0 Empresas	100%
1 Empresa	75%
2 Empresas	50%
3 Ou + empresas	0%

B – Análise técnica

B1. Capacitação dos agentes económicos – 30 pontos. Trata-se de um critério cumulativo em que o projeto pode ter 0, 50 ou 100% dos 30 pontos.

Será analisada a qualificação do promotor na área de investimento proposto através da avaliação das habilitações e experiência profissional.

Sem formação ou experiência profissional na área de investimento	0%
Formação na área de investimento	50%
Experiência profissional na área de investimento (superior a 6 meses)	50%

B2. Aposta na promoção e divulgação – 30 pontos

Será analisada a existência de um plano de comunicação e marketing (integrado em plano de atividades ou resultante do próprio investimento) para a promoção e divulgação das atividades propostas. Deverá estar integrado no estudo de viabilidade do projeto.

Existe	100%
Não existe	0%

B3. Fatores dinâmicos de competitividade – 40 pontos

Pretende-se analisar o investimento em fatores dinâmicos de competitividade no total do investimento elegível. São considerados fatores dinâmicos de competitividade os investimentos nas áreas de sistemas de certificação de qualidade, da segurança e da gestão

ambiental, eficiência energética e novas tecnologias de informação e comunicação (exclui-se hardware e software de uso corrente).

0%	0%
Até 3% (inclusive)	50%
Entre 3% e 10% (inclusive)	75%
Mais que 10%	100%

C – Impacto social e ambiental

C1. Contributo para a valorização ambiental – 40 pontos. Trata-se de um critério cumulativo em que o projeto pode obter 0, 20, 30, 50, 70, 80 ou 100% dos 40 pontos.

Sem contributo	0%
Utilização de energias renováveis	20%
Utilização de boas práticas ambientais: ecopontos, reutilização de embalagens e materiais, etc.	30%
Utilização de materiais / equipamentos amigos do ambiente ou de eficiência energética (exemplos: equipamentos com etiqueta energética igual ou superior a A+, utilização de LED's, etc.)	50%

C2. Existência de redes, acordos de parceria e/ou cooperação no desenvolvimento e promoção do projeto e da entidade promotora – 20 pontos

Existe	100%
Não existe	0%

C3. Novas Oportunidades – 40 pontos

Pretende analisar a situação profissional dos beneficiários tendo em conta a integração social e no mercado de trabalho e também a oportunidade de criação de emprego, analisando a dois níveis cumulativos.

Nível I: situação face ao emprego – 20 pontos:

Desempregado de longa duração	100%
Desempregado de curta duração	50%
Empregado ou equiparado com remuneração	0%

- Nos casos de sociedades por quotas serão analisadas as situações dos sócios gerentes e, em caso de acumulação de situações prevalece a mais vantajosa para o beneficiário.

Nível II: criação de emprego – 20 pontos:

Não há lugar à criação de postos de trabalho	0%
Criação de um posto de trabalho a tempo parcial ou sazonal	50%
Criação de um posto de trabalho a tempo inteiro	75%
Criação de mais de um posto de trabalho a tempo inteiro	100%

Quadro 31. Ficha de caracterização da Intervenção 7.2

Intervenção 7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	
Breve Descrição	Pretende-se aumentar o acesso das populações a serviços, que integram uma componente fundamental na construção da igualdade dos níveis de vida e da integração social das populações e promover a utilização de energias renováveis, isto é, apoiar investimentos que criem progressivamente, melhores condições estruturais e funcionais de fixação das pessoas e das suas iniciativas próprias, proporcionando a valorização do espaço comum que é partilhado por todos os residentes.
Objetivos Específicos	• Criar condições para a instalação e apoio a atividades económicas. • Promover o acesso das populações a serviços que privilegiam a integração social. • Promover a utilização de fontes de energia renováveis. • Proporcionar melhores condições de utilização dos equipamentos existentes renovados e novos serviços. • Reforçar a rede de equipamentos e respostas sociais existentes no território. • Dinamizar serviços de animação cultural e recreativa de base local.
Linhas de atuação	Apoio às atividades económicas • Criação de infraestruturas locais com capacidade para apoiar as atividades económicas e para fixar a população, através de investimentos públicos de âmbito local e de pequena escala. • Dinamização de locais de informação de apoio às atividades desenvolvidas no meio rural e visitantes do meio rural. Apoio às atividades sociais • Investimentos de pequena escala, em infraestruturas que criem melhores condições estruturais e funcionais para a fixação das populações. • Alargamento de suportes de hardware e software, bem como de plataformas de locais de ligação a internet e videoconferência, para as populações locais. Energias renováveis • Instalação de sistemas de energia para consumo próprio, utilizando fontes renováveis.
Investimentos não elegíveis	• Investimento em atividades de natureza agrícola e piscatória. • Investimentos em cemitérios e casas mortuárias.
Beneficiários	• Autarquias Locais • Empresas municipais • Qualquer pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos • Estão excluídos todos os profissionais da pesca
Critérios de elegibilidade dos beneficiários	Definidos em legislação regional com a seguinte particularidade: • Cada beneficiário apenas poderá apresentar um pedido de apoio em cada aviso de abertura de candidaturas (curso).
Critérios de elegibilidade das operações	Definidos em legislação regional com as seguintes particularidades: • As operações estão limitadas a 50.000,00€ de investimento total elegível.
Despesas Elegíveis	• Construção e melhoramento de edifícios e outras construções. • Máquinas e equipamentos imprescindíveis à implementação da operação proposta. • Equipamentos para tratamento de efluentes e proteção ambiental. • Equipamentos informáticos e software. • Despesas com honorários de arquitetos, engenheiros e consultores, obtenção de licenças para construção e para o exercício da atividade, até ao limite de 5% do investimento total elegível, sendo que cada despesa <i>per si</i> não pode ultrapassar 3.000,00€ e 2.000,00€ para o caso de apoio à preparação e acompanhamento da candidatura.

	- Despesas associadas a outros investimentos imateriais com a produção e divulgação de meios de divulgação e comunicação dos serviços disponibilizados até 7.500,00€. - Aquisição de sistemas de energia para consumo próprio, no âmbito do investimento, utilizando fontes renováveis de energia. - Aquisição de serviços de sistemas de certificação da qualidade, até 3.000,00€ de montante elegível.
Despesas não elegíveis	- Aquisição de imóveis. - Aquisição de viaturas. - Trabalhos a mais de empreitadas de obras e adicionais aos contratos de fornecimento, erros e omissões. - Custos de manutenção decorrentes do uso normal das instalações. - Constituição de garantias. - Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). - Bens em estado de uso. - Juros da dívida. - Margem de locação, juros, custos de refinanciamento de juros, despesas gerais e prémios de seguro. - Consumíveis.
Principais resultados a alcançar	- Reforço das condições de apoio e instalação de atividades económicas. - Aumento do acesso das populações a serviços fundamentais. - Aumento da utilização de energias renováveis. - Melhoramento da atratividade das zonas rurais. - Reforço da capacidade de iniciativa local. - Adoção de soluções inovadoras aplicadas ao espaço rural de carácter social e tecnológico, promovendo, em parceria com a sociedade civil, a provisão de bens e serviços melhor ajustados à procura local.
Indicadores de realização	- Projetos apoiados no âmbito da infraestruturação local (n.º) => Meta: 2 - Projetos apoiados no âmbito das energias renováveis (n.º) => Meta: 1
Indicadores de resultado	População abrangida pelas intervenções apoiadas (%) => Meta: 5%
Forma, nível e limites de apoio	- Os apoios previstos, nesta intervenção, assumem a forma de subvenção não reembolsável, comparticipada em 85% pelo FEADER e 15% pelo orçamento regional. - As taxas de apoio são de 80% para pessoas coletivas de direito privado, câmaras municipais e empresas municipais e 100% para as juntas de freguesia e projetos de cariz marcadamente social. - A concessão dos apoios no âmbito desta portaria respeita o estabelecido no Regulamento (UE) n.º 1407/2013, da Comissão, de 18 de dezembro, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos <i>auxílios de minimis</i>.
Dotação orçamental	A dotação orçamental prevista para a intervenção é de 200.000,00€ de Despesa Pública composta por 170.000,00€ FEADER e 30.000,00€ ORAA.
Critérios de seleção	Para a avaliação dos pedidos de apoio será aferido o Mérito do Projeto (MP) baseado na seguinte equação: $MP = 0,40A + 0,40B + 0,20 C$ Em que: - A – Nível de adequação à EDL - B – Análise Técnica - C – Impacto social e ambiental Cada componente pode reunir até 100 pontos e contribui para o MP nas proporções acima definidas.

A pontuação final máxima será de 100 pontos. A pontuação mínima exigida para cada candidatura será de 50 pontos.

Cada componente é também ela composta por vários critérios, uns transversais a todas as intervenções, outros específicos para cada uma das áreas.

Em caso de empate é considerada para hierarquização a pontuação obtida no indicador A1, caso persista o A3 e depois o A2.

Mantendo-se o empate caberá ao OIG escolher justificando a candidatura que mais se adapta à estratégia e que contribui para a obtenção dos resultados propostos na mesma.

A – Nível de adequação à EDL

A1. Conformidade do projeto com a EDL – 50 pontos

Será avaliada a conformidade do projeto com os objetivos definidos na EDL para a intervenção:

Não Adequado: não segue nenhum dos objetivos específicos	0%
Adequado: segue pelo menos um dos objetivos específicos	50%
Muito adequado: segue mais do que um dos objetivos específicos	100%

A2. Grau de articulação – 30 pontos

Será avaliada a existência de articulação do projeto com outros setores relevantes (turismo, artesanato, gastronomia, património, entre outros)

Não Adequado: sem articulação com outros setores relevantes	0%
Adequado: articulação com um setor relevante	50%
Muito adequado: articulação com mais do que um setor relevante	100%

A3. Nível de saturação – 20 pontos

Será avaliada a existência no território de valências/projetos da mesma tipologia que prestam serviços iguais ou similares aos resultantes do projeto a nível local (freguesia)

Não existe	100%
Existe um	50%
Existe mais do que um	0%

B – Análise técnica

B1. Coerência e racionalidade económica – 50 pontos

Será analisada tendo em conta diversos parâmetros e com a pontuação de 0 pontos para não adequado, 5 pontos para adequado e 10 pontos para muito adequado

	0	5	10
Coerência do projeto face ao plano de atividades e objetivos da entidade promotora do projeto			
Clareza na identificação das atividades a desenvolver			
Coerência do plano de investimentos face às atividades propostas			
Adequação dos meios físicos, humanos e financeiros envolvidos no projeto			
Demonstração da sustentabilidade futura do projeto			

B2. Impacto na revitalização e qualificação do território – 40 pontos. Trata-se de um critério cumulativo em que o projeto pode obter 0, 20, 40, 80 ou 100% dos 40 pontos.

Apoia e promove o desenvolvimento económico	80%
Apoia o desenvolvimento social e promoção da inclusão social	80%
Permite a criação indireta de emprego	20%
Apoia a promoção e dinamização do desenvolvimento cultural	20%
Não tem impacto	0%

- No caso de ocorrerem situações de um projeto atingir mais de 100% será sempre considerado como máximo os 40 pontos.

B3. Aposta na promoção e divulgação – 10 pontos

Será analisada a existência de um plano de comunicação e marketing (integrado em plano de atividades ou resultante do próprio investimento) para a promoção e divulgação das atividades propostas

Existe	100%
Não existe	0%

C – Impacto social e ambiental

C1. Contributo para a valorização ambiental – 40 pontos. Trata-se de um critério cumulativo em que o projeto pode obter 0, 20, 30, 50, 70, 80 ou 100% dos 40 pontos.

Sem contributo	0%
Utilização de energias renováveis	20%
Utilização de boas práticas ambientais: ecopontos, reutilização de embalagens e materiais, etc.	30%
Utilização de materiais / equipamentos amigos do ambiente ou de eficiência energética (exemplos: equipamentos com etiqueta energética igual ou superior a A+, utilização de LED's, etc.)	50%

C2. Existência de redes, acordos de parceria e / ou cooperação no desenvolvimento e promoção do projeto e da entidade promotora – 30 pontos

Existe	100%
Não existe	0%

C3. Acessibilidade e mobilidade – 30 pontos

Pretende analisar se o projeto de investimento permite a acessibilidade a todas as pessoas com mobilidade reduzida.

Sim	100%
Não	0%

- Não se espera que venha a acontecer, mas em caso de não se poder aplicar o critério C3, o C1 passa a contribuir com 60 pontos e o C2 com 40 pontos.

Quadro 32. Ficha de caracterização da Intervenção 7.4

Intervenção 7.4 – Investimentos em serviços básicos locais	
Breve Descrição	Pretende-se melhorar a qualidade de vida das populações através de ações que valorizam o espaço onde os habitantes possam usufruir de beneficiações realizadas em prol do seu bem-estar, isto é, adaptar os serviços básicos para grupos alvo da população em meio rural, adequando a oferta de respostas sociais existentes às necessidades do território.
Objetivos Específicos	• Proporcionar melhores condições de utilização dos equipamentos existentes renovados e novos serviços. • Reforçar a rede de equipamentos e respostas sociais existentes no território. • Dinamizar serviços de animação cultural e recreativa de base local.
Tipologia de Investimentos / Linhas de atuação	• Refuncionalização, diversificação e qualificação da rede de equipamentos e valências de apoio social existentes no território. • Adoção de novos serviços e modelos de gestão, por ex., gestão integrada e multifuncional de equipamentos, unidades móveis, serviços partilhados, bibliotecas itinerantes e atendimento multifunções ambulatoriais, criação de redes comunitárias de resposta a necessidades de grupos vulneráveis (sem a necessidade de institucionalização). • Projetos piloto de animação territorial e de promoção da inclusão e inovação social, vocacionados para grupos específicos e públicos desfavorecidos, abrangendo, entre outras, temáticas como a inter-geracionalidade, o envelhecimento saudável e ativo, a transmissão de conhecimentos e saberes entre gerações, a prevenção de situações de risco (alcooolismo, toxicodependência ou violência doméstica). • Capacitação das instituições numa lógica de serviços de proximidade orientada para o beneficiário/utente, potenciando o abandono da tradicional abordagem assistencialista da intervenção social. • Iniciativas de animação cultural e recreativa de base local, que envolvam entidades associativas locais de atuação de proximidade às populações.
Investimentos não elegíveis	• Investimento em atividades de natureza agrícola e piscatória.
Beneficiários	• Autarquias Locais. • Qualquer pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos. • Estão excluídos todos os profissionais da pesca.
Critérios de elegibilidade dos beneficiários	Definidos em legislação regional com a seguinte particularidade: • Cada beneficiário apenas poderá apresentar um pedido de apoio em cada aviso de abertura de candidaturas (concurso).
Critérios de elegibilidade das operações	Definidos em legislação regional com as seguintes particularidades: • As operações estão limitadas a 75.000,00€ de investimento total elegível.
Despesas Elegíveis	• Construção e melhoramento de edifícios e outras construções. • Aquisição de viaturas, quando justificadas pela natureza da operação, sendo o custo máximo elegível de 35.000,00€, exceto viaturas ligeiras de passageiros de 5 lugares. Pode ser considerada elegível a aquisição de uma viatura de transporte de passageiros adaptada, desde que diga respeito a operações de cariz marcadamente social e imprescindível à implementação ou desenvolvimento da atividade proposta. Está sujeito a um custo máximo elegível de 45.000,00€. • Equipamentos produtivos e não produtivos. • Equipamentos para tratamento de efluentes e proteção ambiental. • Equipamentos administrativos e informáticos. • Equipamento áudio e visual. • Máquinas e equipamentos diretamente ligados à atividade a desenvolver.

Estratégia de Desenvolvimento Local da GRATER – ilhas Terceira e Graciosa

	• Outros equipamentos imprescindíveis à implementação da operação proposta. • Despesas com honorários de arquitetos, engenheiros e consultores, obtenção de licenças para construção e para o exercício da atividade, até ao limite de 5% do investimento total elegível, sendo que cada despesa <i>per si</i> não pode ultrapassar 3.000,00€ e 2.000,00€ para o caso de apoio à preparação e acompanhamento da candidatura. • Despesas associadas a outros investimentos imateriais com a produção e divulgação de meios de divulgação e comunicação dos serviços disponibilizados até 7.500,00€ • Aquisição de sistemas de energia para consumo próprio, no âmbito do investimento, utilizando fontes renováveis de energia. • Aquisição de serviços de sistemas de certificação da qualidade, até 3.000,00€.
Despesas não elegíveis	• Aquisição de imóveis. • Aquisição de viaturas ligeiras de passageiros. • Trabalhos a mais de empreitadas de obras e adicionais aos contratos de fornecimento, erros e omissões. • Custos de manutenção decorrentes do uso normal das instalações. • Constituição de garantias. • Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). • Bens em estado de uso. • Juros da dívida. • Margem de locação, juros, custos de refinanciamento de juros, despesas gerais e prémios de seguro. • Consumíveis.
Principais resultados a alcançar	• Aumento da capacidade de animação territorial e inovação social. • Promoção da inclusão ativa e da empregabilidade. • Combate a fenómenos de pobreza e exclusão social. • Adoção de soluções inovadoras aplicadas ao espaço rural de carácter social e tecnológico, promovendo, em parceria com a sociedade civil, a provisão de bens e serviços melhor ajustados à procura local.
Indicadores de realização	• Equipamentos sociais apoiados (n.º por valência) => Meta: 10 • Projetos piloto apoiados (n.º) => Meta: 1
Indicadores de resultado	• População abrangida pelas intervenções apoiadas (%) => Meta: 5% • Postos de trabalho criados (n.º) => Meta: 2 • Aumento da população abrangida por atividades de apoio social (%) => Meta: 2%
Forma, nível e limites de apoio	• Os apoios previstos, nesta intervenção, assumem a forma de subvenção não reembolsável, comparticipada em 85% pelo FEADER e 15% pelo orçamento regional. • As taxas de apoio são de 80% para pessoas coletivas de direito privado, câmaras municipais e empresas municipais e 100% para as juntas de freguesia e projetos de cariz marcadamente social. • A concessão dos apoios no âmbito desta portaria respeita o estabelecido no Regulamento (UE) n.º 1407/2013, da Comissão, de 18 de dezembro, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos <i>auxílios de minimis</i>.
Dotação orçamental	• A dotação orçamental prevista para a intervenção é de 650.000,00€ de Despesa Pública composta por 552.500,00€ FEADER e 97.500,00€ ORAA.
CrITÉRIOS de seleção	Para a avaliação dos pedidos de apoio será aferido o Mérito do Projeto (MP) baseado na seguinte equação: $MP = 0,40A + 0,40B + 0,20 C$ Em que: A – Nível de adequação à EDL B – Análise Técnica

C – Impacto social e ambiental

Cada componente pode reunir até 100 pontos e contribui para o MP nas proporções acima definidas.

A pontuação final máxima será de 100 pontos. A pontuação mínima exigida para cada candidatura será de 50 pontos.

Cada componente é também ela composta por vários critérios, uns transversais a todas as intervenções, outros específicos para cada uma das áreas.

Em caso de empate é considerada para hierarquização a pontuação obtida no indicador A1, caso persista o A2.

Mantendo-se o empate caberá ao OIG escolher justificando a candidatura que mais se adapta à estratégia e que contribui para a obtenção dos resultados propostos na mesma.

A – Nível de adequação à EDL

A1. Conformidade do projeto com a EDL – 60 pontos

Será avaliada a conformidade do projeto com os objetivos definidos na EDL para a intervenção:

Não Adequado: não segue nenhum dos objetivos específicos	0%
Adequado: segue pelo menos um dos objetivos específicos	50%
Muito adequado: segue mais do que um dos objetivos específicos	100%

A2. Nível de saturação – 40 pontos

Será avaliada a existência no território de valências/projetos da mesma tipologia que prestam serviços iguais ou similares aos resultantes do projeto a nível local (freguesia).

Não existe	100%
Existe um	50%
Existe mais que um	0%

B – Análise técnica

B1. Coerência e racionalidade económica – 50 pontos

Será analisada tendo em conta diversos parâmetros e com a pontuação de 0 pontos para não adequado, 5 pontos para adequado e 10 pontos para muito adequado.

	0	5	10
Coerência do projeto face ao plano de atividades e objetivos da entidade promotora do projeto			
Clareza na identificação das atividades a desenvolver			
Coerência do plano de investimentos face às atividades propostas			
Adequação dos meios físicos, humanos e financeiros envolvidos no projeto			
Demonstração da sustentabilidade futura do projeto			

B2. Impacto do projeto – 40 pontos

Será analisada tendo em conta 4 parâmetros, 0 pontos para respostas negativas e 10 pontos para respostas afirmativas.

	Não	Sim
Aumenta a capacidade de resposta?		
Mantém os utentes no seu meio sócio-familiar?		
Aumenta o número de postos de trabalho?		
Aumenta a população/área abrangida?		

B3. Aposta na promoção e divulgação – 10 pontos

Será analisada a existência de um plano de comunicação e marketing (integrado em plano de atividades ou resultante do próprio investimento) para a promoção e divulgação das atividades propostas.

Existe	100%
Não existe	0%

C – Impacto social e ambiental

C1. Contributo para a valorização ambiental – 40 pontos. Trata-se de um critério cumulativo em que o projeto pode obter 0, 20, 30, 50, 70, 80 ou 100% dos 40 pontos.

Sem contributo	0%
Utilização de energias renováveis	20%
Utilização de boas práticas ambientais: ecopontos, reutilização de embalagens e materiais, etc.	30%
Utilização de materiais / equipamentos amigos do ambiente ou de eficiência energética (exemplos: equipamentos com etiqueta energética igual ou superior a A+, utilização de LED's, etc.)	50%

C2. Existência de redes, acordos de parceria e / ou cooperação no desenvolvimento e promoção do projeto e da entidade promotora – 30 pontos

Existe	100%
Não existe	0%

C3. Acessibilidade e mobilidade – 30 pontos

Pretende analisar se o projeto prevê investimento que permita a acessibilidade a todas as pessoas com mobilidade reduzida.

Sim	100%
Não	0%

- Não se espera que venha a acontecer, mas em caso de não se poder aplicar o critério C3, o C1 passa a contribuir com 60 pontos e o C2 com 40 pontos.

Quadro 33. Ficha de caracterização da Intervenção 7.5

Intervenção 7.5 – Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	
Breve Descrição	Pretende-se promover e dinamizar atividades e serviços de apoio turístico e de lazer, para que as zonas rurais se tornem mais atrativas para quem lá vive e para quem as visita.
Objetivos Específicos	- Consolidar o potencial turístico da região, nomeadamente através da exploração das sinergias entre a atividade turística e os recursos naturais, históricos e culturais e a economia produtiva tradicional do território. - Proporcionar melhores condições de utilização dos equipamentos existentes renovados e novos serviços. - Reforçar a rede de equipamentos e respostas turísticas e de lazer existentes no território. - Dinamizar serviços de animação cultural e recreativa de base local.
Tipologia de Investimentos / Linhas de atuação	- Criação de infraestruturas de pequena escala dedicadas e essenciais à implementação de rotas, percursos e sinalética de interpretação da natureza e de vivência da componente ambiental preferencialmente agregadas a programas de divulgação e animação turística, incluindo, por ex., o apoio a centros de interpretação e observação, miradouros, criação de rotas, trilhos e percursos, ecopistas, sinalética, pontes de madeira. - Criação de infraestruturas de pequena escala associadas a centros de informação turística e à sinalização de locais turísticos de interesse reconhecido. - Dinamização de produtos e serviços associados a atividades pedagógicas e de lazer a decorrer no espaço rural, agregados a programas de divulgação e animação turística.
Investimentos não elegíveis	Investimento em atividades de natureza agrícola e piscatória.
Beneficiários	- Autarquias Locais. - Empresas municipais. - Qualquer pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos. - Estão excluídos todos os profissionais da pesca.
Critérios de elegibilidade dos beneficiários	Definidos em legislação regional com a seguinte particularidade: Cada beneficiário apenas poderá apresentar um pedido de apoio em cada aviso de abertura de candidaturas (concurso).
Critérios de elegibilidade das operações	Definidos em legislação regional com as seguintes particularidades: As operações estão limitadas a 75.000,00€ de investimento total elegível.
Despesas Elegíveis	- Obras de construção e beneficiação de edifícios e outras construções (tais como zonas de lazer). - Recuperação / beneficiação de trilhos. - Produção de sinalética, limitada a 20% do montante total elegível. - Equipamentos produtivos e não produtivos. - Equipamentos administrativos e informáticos. - Equipamento áudio e visual e material didático. - Mobiliário diverso. - Outros equipamentos imprescindíveis à implementação da operação proposta. - Despesas com honorários de arquitetos, engenheiros e consultores, obtenção de licenças para construção e para o exercício da atividade, até ao limite de 5% do investimento total elegível, sendo que cada despesa <i>per si</i> não pode ultrapassar 3.000,00€ e 2.000,00€ para o caso de apoio à preparação e acompanhamento da candidatura. - Despesas associadas a outros investimentos imateriais com a produção e divulgação de meios de divulgação e comunicação dos serviços disponibilizados até 7.500,00€.

	- Aquisição de sistemas de energia para consumo próprio, no âmbito do investimento, utilizando fontes renováveis de energia. - Aquisição de serviços de sistemas de certificação da qualidade até 3.000,00€.
Despesas não elegíveis	- Aquisição de imóveis. - Aquisição de viaturas. - Trabalhos a mais de empreitadas de obras e adicionais aos contratos de fornecimento, erros e omissões. - Custos de manutenção decorrentes do uso normal das instalações. - Constituição de garantias. - Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). - Bens em estado de uso. - Juros da dívida. - Margem de locação, juros, custos de refinanciamento de juros, despesas gerais e prémios de seguro. - Consumíveis.
Principais resultados a alcançar	- Dinamização de atividades e serviços de apoio turístico. - Afirmação do potencial económico do sector do turismo. - Aproveitamento económico e valorização turística dos recursos naturais, patrimoniais e culturais. - Melhoramento da atratividade das zonas rurais.
Indicadores de realização	- Novos serviços de apoio turístico (n.º) => Meta: 1 - Criação de infraestruturas de pequena escala turísticas e de lazer (n.º) => Meta: 4
Indicadores de resultado	População abrangida pelas intervenções apoiadas (%) => Meta: 5%
Forma, nível e limites de apoio	- Os apoios previstos, nesta intervenção, assumem a forma de subvenção não reembolsável, comparticipada em 85% pelo FEADER e 15% pelo orçamento regional. - As taxas de apoio são de 80% para pessoas coletivas de direito privado, câmaras municipais e empresas municipais e 100% para as juntas de freguesia. - A concessão dos apoios no âmbito desta portaria respeita o estabelecido no Regulamento (UE) n.º 1407/2013, da Comissão, de 18 de dezembro, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos <i>auxílios de minimis</i>.
Dotação orçamental	A dotação orçamental prevista para a intervenção é de 589.705,88€ de Despesa Pública composta por 501.250,00€ FEADER e 88.455,88€ ORAA.
Critérios de seleção	Para a avaliação dos pedidos de apoio será aferido o Mérito do Projeto (MP) baseado na seguinte equação: $MP = 0,40A + 0,40B + 0,20 C$ Em que: A – Nível de adequação à EDL B – Análise Técnica C – Impacto social e ambiental Cada componente pode reunir até 100 pontos e contribui para o MP nas proporções acima definidas. A pontuação final máxima será de 100 pontos. A pontuação mínima exigida para cada candidatura será de 50 pontos. Cada componente é também ela composta por vários critérios, uns transversais a todas as intervenções, outros específicos para cada uma das áreas. Em caso de empate é considerada para hierarquização a pontuação obtida no indicador A1, caso persista o A3 e depois o A2.

Mantendo-se o empate caberá ao OIG escolher justificando a candidatura que mais se adapta à estratégia e que contribui para a obtenção dos resultados propostos na mesma.

A – Nível de adequação à EDL

A1. Conformidade do projeto com a EDL – 50 pontos

Será avaliada a conformidade do projeto com os objetivos definidos na EDL para a intervenção:

Não Adequado: não segue nenhum dos objetivos específicos	0%
Adequado: segue pelo menos um dos objetivos específicos	50%
Muito adequado: segue mais do que um dos objetivos específicos	100%

A2. Grau de articulação – 30 pontos

Será avaliada a existência de articulação do projeto com outros setores relevantes (turismo, artesanato, gastronomia, património, entre outros)

Não Adequado: sem articulação com outros setores relevantes	0%
Adequado: articulação com um setor relevante	50%
Muito adequado: articulação com mais do que um setor relevante	100%

A3. Nível de saturação – 20 pontos

Será avaliada a existência no território de valências da mesma tipologia que prestam serviços iguais ou similares aos resultantes do projeto a nível local (freguesia).

Não existe	100%
Existe um	50%
Existe mais do que um	0%

B – Análise técnica

B1. Coerência e racionalidade económica – 50 pontos

Será analisada tendo em conta diversos parâmetros e com a pontuação de 0 pontos para não adequado, 5 pontos para adequado e 10 pontos para muito adequado

	0	5	10
Coerência do projeto face ao plano de atividades e objetivos da entidade promotora do projeto			
Clareza na identificação das atividades a desenvolver			
Coerência do plano de investimentos face às atividades propostas			
Adequação dos meios físicos, humanos e financeiros envolvidos no projeto			
Demonstração da sustentabilidade futura do projeto			

B2. Impacto na revitalização e qualificação do território – 40 pontos

Valorização do património natural	80%
Valorização de património cultural	80%
Criação indireta de emprego	20%
Possibilidade de ligação a rotas	20%
Não tem impacto	0%

- No caso de ocorrerem situações de um projeto atingir mais de 100% será sempre considerado como máximo os 40 pontos.

B3. Aposta na promoção e divulgação – 10 pontos

Será analisada a existência de um plano de comunicação e marketing (integrado em plano de atividades ou resultante do próprio investimento) para a promoção e divulgação das atividades propostas

Existe	100%
Não existe	0%

C – Impacto social e ambiental

C1. Contributo para a valorização ambiental – 40 pontos. Trata-se de um critério cumulativo em que o projeto pode obter 0, 20, 30, 50, 70, 80 ou 100% dos 40 pontos.

Sem contributo	0%
Utilização de energias renováveis	20%
Utilização de boas práticas ambientais: ecopontos, reutilização de embalagens e materiais, etc.	30%
Utilização de materiais / equipamentos amigos do ambiente ou de eficiência energética (exemplos: equipamentos com etiqueta energética igual ou superior a A+, utilização de LED's, etc.)	50%

C2. Existência de redes, acordos de parceria e/ou cooperação no desenvolvimento e promoção do projeto e da entidade promotora – 30 pontos.

Existe	100%
Não existe	0%

C3. Acessibilidade e mobilidade – 30 pontos

Pretende analisar se o projeto prevê investimento que permita a acessibilidade a todas as pessoas com mobilidade reduzida.

Sim	100%
Não	0%

- Não se espera que venha a acontecer, mas em caso de não se poder aplicar o critério C3, o C1 passa a contribuir com 60 pontos e o C2 com 40 pontos.

Quadro 34. Ficha de caracterização da Intervenção 7.6

Intervenção 7.6 – Investimentos associados ao Património Cultural e Natural e ações de Sensibilização Ambiental	
Breve Descrição	Pretende-se promover a recuperação, valorização e conservação do múltiplo património rural: natural, paisagístico, cultural, museológico e arquitetónico.
Objetivos Específicos	- Promover a preservação e conservação da biodiversidade dos recursos naturais existentes. - Promover a preservação, conservação e recuperação da identidade cultural específica do território. - Promover a sensibilização ambiental.
Tipologia de Investimentos / Linhas de atuação	- Recuperação, preservação e valorização do património arquitetónico tradicional inserido no meio rural edificado. - Refuncionalização de edifícios tradicionais para atividades ligadas à preservação e valorização da cultura tradicional e sensibilização ambiental. - Recuperação, preservação e transmissão do património cultural e etnográfico, incluindo saberes e tradições locais (espólios documentais; conteúdos online; estudos etnográficos; recolha e recuperação de lendas, artes e ofícios, música, folclore, trajes, instrumentos tradicionais, gastronomia, etc.), em estreita articulação com a promoção económica do artesanato e das artes e ofícios tradicionais. - Realização de campanhas e outras atividades de sensibilização ambiental.
Investimentos não elegíveis	- Investimento em atividades de natureza agrícola e piscatória. - Investimento em património histórico e monumental classificado.
Beneficiários	- Autarquias Locais. - Empresas municipais. - Qualquer pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos. - Estão excluídos todos os profissionais da pesca.
Critérios de elegibilidade dos beneficiários	Definidos em legislação regional com a seguinte particularidade: Cada beneficiário apenas poderá apresentar um pedido de apoio em cada aviso de abertura de candidaturas (concurso).
Critérios de elegibilidade das operações	Definidos em legislação regional com as seguintes particularidades: - As operações relacionadas com ações imateriais estão limitadas a 15.000,00€ de investimento total elegível. - As restantes operações estão limitadas a 75.000,00 de custo total elegível.
Despesas Elegíveis	- Obras de recuperação e beneficiação do património arquitetónico tradicional rural e seu apetrechamento com equipamentos dedicados e exclusivos para este fim. - Construção de infraestruturas de pequena escala, de suporte às atividades relacionadas com a conservação, recuperação e valorização do património cultural. - Aquisição de serviços e alugueres de carácter geral. - Restauro de equipamento antigo diretamente relacionado com a operação. - Aquisição de vestuário por filarmónicas, grupos folclóricos e/ou de cantares tradicionais. - Aquisição de instrumentos musicais por filarmónicas, grupos folclóricos e/ou de cantares tradicionais. - Conceção e produção de material documental de suporte à divulgação do património alvo de intervenção, até ao limite de 15.000,00€ de investimento elegível. - Trabalhos de pesquisa, inventariação, recuperação, organização e/ou exposição de práticas e tradições culturais. - Máquinas e equipamentos imprescindíveis à implementação da operação proposta. - Despesas com honorários de arquitetos, engenheiros e consultores, obtenção de licenças para construção e para o exercício da atividade, até ao limite de 5% do investimento total elegível, sendo que cada despesa <i>per si</i> não pode ultrapassar

Estratégia de Desenvolvimento Local da GRATER – ilhas Terceira e Graciosa

	3.000,00€ e 2.000,00€ para o caso de apoio à preparação e acompanhamento da candidatura. - Despesas associadas a outros investimentos imateriais com a produção e divulgação de meios de divulgação e comunicação dos serviços disponibilizados até 7.500,00€. - Aquisição de sistemas de energia para consumo próprio, no âmbito do investimento, utilizando fontes renováveis de energia. - Aquisição de serviços de sistemas de certificação da qualidade, de animação cultural e turística e alugueres, até 7.500,00€.
Despesas não elegíveis	- Aquisição de imóveis. - Aquisição de viaturas. - Trabalhos a mais de empreitadas de obras e adicionais aos contratos de fornecimento, erros e omissões. - Custos de manutenção decorrentes do uso normal das instalações. - Constituição de garantias. - Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). - Bens em estado de uso. - Juros da dívida. - Margem de locação, juros, custos de refinanciamento de juros, despesas gerais e prémios de seguro. - Consumíveis.
Principais resultados a alcançar	- Valorização económica dos recursos naturais e culturais do território. - Preservação dos recursos naturais e do património arquitetónico tradicional. - Preservação e divulgação de práticas e tradições culturais. - Melhoria da atratividade da Região. - Aumento da sensibilização ambiental.
Indicadores de realização	- Projetos apoiados no âmbito do património natural (n.º) => Meta: 1 - Projetos apoiados no âmbito do património arquitetónico tradicional (n.º) => Meta: 1 - Projetos apoiados no âmbito do património cultural (n.º) => Meta: 2 - Ações de sensibilização ambiental realizadas (n.º) => Meta: 1
Indicadores de resultado	- Aumento dos visitantes a sítios de património natural e cultural apoiados (%) => Meta: 5% - Número de participantes em ações de sensibilização realizadas (n.º) => Meta: 25
Forma, nível e limites de apoio	- Os apoios previstos, nesta intervenção, assumem a forma de subvenção não reembolsável, comparticipada em 85% pelo FEADER e 15% pelo orçamento regional. - As taxas de apoio são de 80% para pessoas coletivas de direito privado, câmaras municipais e empresas municipais e 100% para as juntas de freguesia. - A concessão dos apoios no âmbito desta portaria respeita o estabelecido no Regulamento (UE) n.º 1407/2013, da Comissão, de 18 de dezembro, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos <i>auxílios de minimis</i>.
Dotação Orçamental	A dotação orçamental prevista para a intervenção é de 325.000,00€ de Despesa Pública composta por 276.250,00€ FEADER e 48.750,00€ ORAA.
Critérios de seleção	Para a avaliação dos pedidos de apoio será aferido o Mérito do Projeto (MP) baseado na seguinte equação: $MP = 0,50A + 0,50B$ Em que: A – Nível de adequação à EDL B – Análise Técnica Cada componente pode reunir até 100 pontos e contribui para o MP nas proporções acima definidas.

A pontuação final máxima será de 100 pontos. A pontuação mínima exigida para cada candidatura será de 50 pontos.

Cada componente é também ela composta por vários critérios, uns transversais a todas as intervenções, outros específicos para cada uma das áreas.

Em caso de empate é considerada para hierarquização a pontuação obtida no indicador A1, caso persista o A2.

Mantendo-se o empate caberá ao OIG escolher justificando a candidatura que mais se adapta à estratégia e que contribui para a obtenção dos resultados propostos na mesma.

A – Nível de adequação à EDL

A1. Conformidade do projeto com a EDL – 60 pontos

Será avaliada a conformidade do projeto com os objetivos definidos na EDL para a intervenção:

Não Adequado: não segue nenhum dos objetivos específicos	0%
Adequado: segue pelo menos um dos objetivos específicos	50%
Muito adequado: segue mais do que um dos objetivos específicos	100%

A2. Grau de articulação – 40 pontos

Será avaliada a existência de articulação do projeto com outros setores relevantes (turismo, artesanato, gastronomia, património, entre outros)

Não Adequado: sem articulação com outros setores relevantes	0%
Adequado: articulação com um setor relevante	50%
Muito adequado: articulação com mais do que um setor relevante	100%

B – Análise técnica

B1. Coerência e racionalidade económica – 50 pontos

Será analisada tendo em conta diversos parâmetros e com a pontuação de 0 pontos para não adequado, 5 pontos para adequado e 10 pontos para muito adequado

	0	5	10
Coerência do projeto face ao plano de atividades e objetivos da entidade promotora do projeto			
Clareza na identificação das atividades a desenvolver			
Coerência do plano de investimentos face às atividades propostas			
Adequação dos meios físicos, humanos e financeiros envolvidos no projeto			
Demonstração da sustentabilidade futura do projeto			

B2. Impacto na revitalização e qualificação do território – 40 pontos

Recuperação, valorização e modernização de património com refuncionalização	100%
Recuperação, valorização e modernização de património	80%
Meios de divulgação e sensibilização ambiental	70%
Meios de divulgação da cultura	70%
Não tem impacto	0%

	No caso de ocorrerem situações de um projeto atingir mais de 100% será sempre considerado como máximo os 40 pontos. B3. Aposta na promoção e divulgação – 10 pontos Será analisada a existência de um plano de comunicação e marketing (integrado em plano de atividades ou resultante do próprio investimento) para a promoção e divulgação das atividades propostas <table border="1"> <tr> <td>Existe</td><td>100%</td></tr> <tr> <td>Não existe</td><td>0%</td></tr> </table>	Existe	100%	Não existe	0%
Existe	100%				
Não existe	0%				

8. Resultados esperados e indicadores

A EDL vai incluir os indicadores de desempenho constantes do PRORURAL⁺ e, no que respeita a resultados esperados, a tabela seguinte indica os principais, de acordo com as tipologias de intervenção. Nas duas últimas colunas encontra-se sistematizado o conjunto dos indicadores de realização e de resultado propostos (e que inclui o indicador de resultado comum definido no PRORURAL+ para a prioridade 6: T23 - Criação de empregos em projetos apoiados (cf. página 574)).

Quadro 35. Indicadores de desempenho

Indicador	Meta 2020
Total de despesas públicas	3 853 045,62€
Operações apoiadas para melhorar serviços de base e infraestruturas em zonas rurais (n.º)	10
População abrangida pela GRATER	61.041

Quadro 36. Quando de indicadores de realização e de resultado

Eixos/Objetivos estratégicos	Principais tipologias de intervenção do PRORURAL+	Principais resultados a alcançar	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
I. Qualificação e diversificação da Economia Rural através da valorização do potencial económico dos recursos endógenos	Intervenção 6.4 – Investimento na Criação e no Desenvolvimento de Atividades não Agrícolas	- Diversificação das fontes de rendimento dos produtores agrícolas - Criação de emprego e promoção da empregabilidade. - Densificação, diversificação e qualificação das atividades das economias rurais. - Modernização e qualificação do tecido empresarial existente.	- Explorações agrícolas apoiadas (n.º) - Micro e pequenas empresas criadas (n.º) - Micro e pequenas empresas apoiadas (n.º)	Postos de trabalho criados (n.º)
	Intervenção 7.2 – Investimento em Infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	- Reforço das condições de apoio e instalação de atividades económicas - Criação de emprego e promoção da empregabilidade. - Aumentar o acesso das populações a serviços fundamentais. - Aumento da utilização de energias renováveis	- Projetos apoiados no âmbito da economia social (n.º) - Projetos apoiados no âmbito da infraestruturação local (n.º) - Projetos apoiados no âmbito das energias renováveis (n.º) - Investimento total na produção de energia a partir de fontes renováveis	- Postos de trabalho criados (n.º) - Residentes no território de Intervenção (n.º) - Aumento do número de pessoas abrangidas por atividades de apoio social (%) - Empresas abrangidas pelas infraestruturas locais para apoiar as atividades económicas (n.º)
	Intervenção 7.5. investimentos em Infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	- Dinamização de atividades e serviços de apoio turístico - Afirmação do potencial económico do sector do turismo. - Aproveitamento económico e valorização turística dos recursos naturais, patrimoniais e culturais. - Melhorar a atratividade das zonas rurais	- Novos serviços de apoio turístico (n.º) - Criação de infraestruturas de pequena escala associadas a programas de divulgação e animação turística (n.º)	- Postos de trabalho criados (n.º) - Aumento das dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros (%)

Eixos/Objetivos estratégicos	Principais tipologias de intervenção do PRORURAL+	Principais resultados a alcançar	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
II. Criação de condições para a fixação e atração de população, através da promoção da coesão social e territorial	Intervenção 7.2 – Investimento em Infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia.	- Aumento das condições de atratividade do território. - Reforço da capacidade de iniciativa local.	Infraestruturas de pequena escala para a fixação das populações	População abrangida pelas intervenções apoiadas
	Intervenção 7.4 – Investimento em Serviços Básicos Locais	- Criação de emprego. - Aumento das condições de atratividade do território. - Aumento da capacidade de animação territorial e inovação social. - Promoção da inclusão ativa e da empregabilidade. - Combate a fenómenos de pobreza e exclusão social. - Adoção de soluções inovadoras aplicadas ao espaço rural de carácter social e tecnológico, promovendo, em parceria com a sociedade civil, a provisão de bens e serviços melhor ajustados à procura local.	- Equipamentos sociais apoiados (n.º por valência) - Projetos piloto apoiados (n.º) - Serviços de animação cultural e recreativa de base local apoiados (n.º)	- Postos de trabalho criados (n.º) - Aumento do número de pessoas abrangidas por atividades de apoio social (%) - Residentes no Território de Intervenção (n.º)
III. Afirmação da identidade rural através da valorização do Património Cultural e Natural	Intervenção 7.6 – Investimentos associados ao Património Cultural e Natural e ações de Sensibilização Ambiental.	- Valorização económica dos recursos naturais e culturais do território - Preservação dos recursos naturais e do património arquitetónico tradicional. - Preservação e divulgação de práticas e tradições culturais. - Melhoria da atratividade da Região. - Aumento da sensibilização ambiental	- Projetos apoiados no âmbito do património natural (n.º) - Projetos apoiados no âmbito do património arquitetónico tradicional (n.º) - Projetos apoiados no âmbito do património cultural (n.º) - Projetos apoiados no âmbito do património imaterial tradicional (n.º) - Ações de sensibilização realizadas (n.º)	- Aumento dos visitantes a sítios de património natural e cultural apoiados (%) - Ações de sensibilização realizadas (n.º de participantes)

9. Disposições de gestão e controlo da EDL

9.1. Dispositivos de participação dos parceiros na execução da EDL

Desde a sua constituição, a GRATER tem vindo a alargar a sua parceria sendo hoje constituída por 82 associados efetivos que constituem a sua assembleia geral (AG).

A AG, órgão de supervisão geral, é constituída pelos associados da GRATER no pleno gozo dos seus direitos sendo as suas deliberações soberanas nos termos legais e estatutários, cabendo a cada associado um voto. As decisões são tomadas por maioria absoluta de votos dos titulares presentes, sempre que a lei ou os estatutos não exijam maioria qualificada.

É neste órgão que todos os associados elegem, de 2 em 2 anos, o conselho de administração como seu representante e ao qual lhe são atribuídas as funções enquanto organismo intermediário de gestão.

É a Assembleia Geral da GRATER que aprova a Estratégia de Desenvolvimento Local bem como qualquer alteração à mesma. Também é a este órgão que cabe aprovar todos os relatórios de execução anuais dos programas a serem geridos e propor qualquer alteração ou ajustamento que se considere necessário para melhorar os resultados e redirecionar a mesma caso os objetivos propostos não estejam a ser alcançados.

Os parceiros vão estar constantemente envolvidos na execução da Estratégia, uma vez que estão previstas realizar-se, para além das reuniões ordinárias da Assembleia Geral, outras reuniões para dar a conhecer o contributo do LEADER para a zona de influência e para estimular o aparecimento de ideias inovadoras, quer em termos de cooperação, quer em termos de investimentos individualizados.

As mesmas entidades serão auscultadas no âmbito da avaliação intercalar e final à EDL a realizar por uma entidade externa, bem como serão solicitados comentários aos relatórios produzidos.

No processo de decisão, a GRATER conta sempre com a maioria dos votos de entidades privadas, quer em Conselho de Administração, quer em Assembleia Geral.

A aprovação de projetos é efetuada em reuniões do Conselho de Administração, o que não impede que os parceiros possam contribuir com a sua opinião sobre a execução do programa em Assembleia-geral ou noutra qualquer reunião.

Tendo em conta a dimensão e idoneidade da parceria estavam a ser ponderadas a criação de comissões consultivas temáticas, nomeadamente para a luta contra a pobreza e exclusão social onde os parceiros da área poderiam intervir e dar parecer não só sobre a tipologia de investimentos a apoiar como sobre a importância dos projetos apresentados. Contudo, e uma vez que a Direção Regional da Segurança Social e a Direção Regional da Cultura vão emitir pareceres sobre os projetos, no momento de conceção da atual estratégia, não pareceu adequado criar mais intermediários no circuito de decisão.

Ter em atenção que o envolvimento dos parceiros na definição da Estratégia está desenvolvido no ponto 6 (p.58 do documento).

9.2. Organização dos GAL para assegurar as atividades de animação e acompanhamento da EDL

A estrutura de gestão do programa é constituída pela Assembleia-geral, pelo Conselho de Administração e pela Equipa Técnica Local.

A Assembleia-geral da GRATER composta pelos membros que formam o GAL é o órgão de supervisão geral a quem compete:

- Eleger ou destituir os membros da mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- Deliberar sobre a admissão, suspensão e exclusão de associados;
- Fixar os valores da joia, quotas e demais encargos e respetiva periodicidade, a pagar pelos associados;
- Deliberar sobre a criação de delegações ou outras formas de representação;
- Aprovar e alterar os estatutos e os regulamentos internos;
- Definir e aprovar uma Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) que reflita as necessidades e as potencialidades do território;
- Assegurar a participação efetiva dos parceiros na execução dessa estratégia;
- Identificar e desenvolver as iniciativas que valorizem os recursos endógenos e criem emprego;
- Acompanhar a execução da EDL e, se necessário, proceder a ajustamentos nesta de forma a alcançar os objetivos propostos;
- Aprovar planos de atividade, orçamentos e relatórios de gestão e contas anuais;
- Exercer os demais poderes conferidos por lei e pelos estatutos ou outros que não sejam da competência exclusiva dos outros órgãos.

Ao presidente da mesa da Assembleia Geral compete convocar e dirigir os trabalhos da Assembleia Geral e promover bianualmente a eleição dos titulares dos corpos sociais sendo substituído pelo vice-presidente nas suas faltas e impedimentos.

Ao secretário da mesa da Assembleia Geral compete elaborar as atas das sessões e substituir o vice-presidente nas suas faltas e impedimentos.

O Conselho de Administração é o órgão executivo responsável pela coordenação geral e concretização do programa e tem as seguintes competências e atribuições como Órgão Intermediário de Gestão do Programa:

Estratégia de Desenvolvimento Local da GRATER – ilhas Terceira e Graciosa

- Elaborar com a ETL a Estratégia de Desenvolvimento Local a submeter à aprovação da AG, além de outros organismos externos;
- Coordenar juntamente com a Equipa Técnica Local a realização das ações que constituem o programa e a sua promoção e divulgação;
- Garantir de forma eficiente e eficaz a dinamização e gestão da estratégia apresentada;
- Pronunciar-se e deliberar sobre as candidaturas apresentadas, com base nas normas aprovadas em AG e na demais legislação em vigor;
- Acompanhar a execução da EDL, analisar os resultados da aplicação dos apoios concedidos e tomar as medidas adequadas à realização dos seus objetivos;
- Garantir a responsabilidade administrativa e financeira no âmbito do funcionamento do GAL e da gestão dos fundos públicos envolvidos;
- Acompanhar a execução do programa e analisar os resultados da aplicação da sua estratégia e aprovar os relatórios anuais de execução;
- Garantir a representação do GAL junto das autoridades regionais, nacionais e comunitárias;
- Elaborar em conjunto com a equipa técnica o plano de atividades e orçamento e o relatório de gestão e contas;

A Equipa Técnica Local é o órgão de acompanhamento, coordenação e concretização do Plano de Atividades, na dependência do Órgão de Gestão (CA), definido e aprovado em Assembleia Geral, nomeadamente a implementação da estratégia local de desenvolvimento.

A ETL é constituída por 2 departamentos: o técnico e o administrativo.

Departamento Técnico:

As competências do departamento técnico são indissociáveis das definidas para a própria GRATER. Trata-se de programar, orientar, apoiar e acompanhar iniciativas e projetos no âmbito do LEADER. Assim, os técnicos, que estarão envolvidos a tempo inteiro, terão como atribuições específicas as seguintes:

- Elaborar, acompanhar, analisar e avaliar a EDL;
- Promover, divulgar e gerir financeiramente o programa;
- Analisar e dar parecer aos projetos candidatos;
- Analisar e verificar pedidos de pagamento dos projetos aprovados;
- Fazer o acompanhamento técnico e físico dos projetos aprovados;
- Identificar situações, problemas ou potencialidade suscetíveis de justificar a aplicação de uma ação;
- Elaborar relatórios de execução;
- Avaliar o impacto do programa;

- Dinamizar o lançamento de iniciativas relativas à EDL, Plano de Cooperação e Plano de Comunicação e Animação do Território.
- Propor ao CA sugestões de alteração do regulamento interno ou normas de procedimento específicas
- Outras tarefas que se venham a mostrar necessárias no âmbito do LEADER.

É constituído por um coordenador que exerce também as funções de técnico superior de desenvolvimento, um técnico superior de desenvolvimento e 2 técnicos de desenvolvimento sendo que um deles acumula também as funções administrativas.

Departamento administrativo:

Tem como objetivo organizar toda a secção administrativa, contabilística e toda a informação inerente ao desenvolvimento das atividades da Associação. O departamento administrativo tem por funções e competências:

- Gestão de correspondência;
- Organizar reuniões e outros encontros;
- Secretariar e elaborar as atas das reuniões;
- Organizar o arquivo da associação;
- Organizar a contabilidade;
- Preparar processos de reembolsos;
- Informatizar cartas e outros documentos;
- Assegurar e organizar os serviços prestados pela associação aos associados e à população em geral.

Estas funções são desempenhadas por uma técnica de desenvolvimento que assegura diariamente o serviço de expediente, participa no acompanhamento das candidaturas, analisa e verifica pedidos de pagamento e organiza todo o tipo de ações de animação / divulgação.

A GRATER tem ainda um animador local para a Ilha Graciosa, que resulta de um protocolo de parceria com a Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

Funções e competências contabilísticas:

Estas funções são atribuídas a uma empresa contratada, que presta serviços à Associação, sob a orientação do departamento técnico:

- Manter a contabilidade organizada;
- Responder aos compromissos fiscais;
- Participar nas Assembleias-gerais para efeitos de apresentação de contas e esclarecimentos contabilísticos.

9.3. Dispositivos técnico-administrativos para a análise e seleção dos projetos

As entidades que se candidatam aos apoios devem observar certos requisitos e os projetos candidatos devem satisfazer certas condições impostas por legislação comunitária, nacional e regional.

A apresentação dos projetos de apoio é efetuada na sequência da abertura de concurso, de acordo com o plano estabelecido, o qual é divulgado no sítio de internet da GRATER <http://www.grater.pt> e no portal do PRORURAL+, em <http://proruralmais.azores.gov.pt> e no portal do Portugal 2020, em www.portugal2020.pt.

A abertura de concurso é divulgada pela GRATER, com 5 (cinco) dias de antecedência relativamente à data da publicação do aviso, nos sítios indicados em cima e ainda num órgão de comunicação social.

Os avisos de abertura indicam, obrigatoriamente, o seguinte:

- a) A dotação orçamental a atribuir;
- b) O prazo para apresentação dos pedidos de apoio;
- c) Os critérios de seleção e respetivos fatores, fórmulas e ponderação, bem como a pontuação mínima para seleção;
- d) Os contatos, onde podem ser obtidas informações adicionais

Podem ainda indicar adicionalmente:

- a) Os objetivos e as prioridades visadas;
- b) A área geográfica elegível;
- c) As operações a apoiar;
- d) As regras e os limites à elegibilidade dos investimentos ou da despesa, designadamente através da identificação dos investimentos ou das despesas não elegíveis e o montante máximo de investimento.

A apresentação é efetuada por via eletrónica, no sistema de informação GestPDR, em <http://gestpdr.azores.gov.pt/>.

Cada beneficiário apenas poderá apresentar um pedido de apoio em cada aviso de abertura de candidaturas (concurso).

Considera-se a data de submissão eletrónica do formulário como a data de apresentação do pedido de apoio.

Com a submissão eletrónica do formulário o beneficiário não necessita de efetuar qualquer entrega em suporte de papel, tanto o formulário como os documentos que acompanham, só são entregues por via eletrónica.

O pedido de apoio depois de submetido eletronicamente é rececionado pelo OIG que o distribui com vista à sua análise.

Quando a distribuição é efetuada, é criado, automaticamente, no Sistema de Gestão Documental da GRATER, uma distribuição.

Quando o projeto é distribuído aos técnicos, estes devem proceder à realização de todos os controlos administrativos, incluindo os decorrentes da contratação pública, auxílios estatais, controlo documental, verificação da elegibilidade do beneficiário, da operação, das despesas e da razoabilidade dos custos propostos, de acordo com a respetiva legislação e normas aplicáveis à intervenção em análise, nomeadamente:

- Verificação das condições de acesso e de que o processo de candidatura se encontra completo;
- Verificação da atualidade e da validade dos documentos que constituem o processo;
- Verificação do cumprimento das disposições legais em vigor;
- Definição das despesas elegíveis e respetivas taxas de participação;
- Procurar suprir as deficiências dos processos de candidatura, sempre que os elementos apresentados pelo promotor o permitam;
- Enviar, quando a dimensão e complexidade do projeto o justifique, o processo devidamente informado aos organismos competentes, tendo em vista a emissão por estes do respetivo parecer;
- Verificação da capacidade orçamental e disponibilidade financeira do programa;
- Verificação da viabilidade económica ou social do projeto, nos casos aplicáveis;
- Verificação dos processos de contratação pública, quando aplicável;
- Verificação do controlo cruzado, quando aplicável;
- Verificação da capacidade logística, humana e financeira para a implementação do projeto, pelo promotor.

Caso seja necessário, pode ser solicitado esclarecimentos ou documentos adicionais ao beneficiário, constituindo a falta de entrega dos mesmos ou a ausência de resposta, fundamento para a não aprovação da candidatura.

As solicitações aos beneficiários serão efetuadas preferencialmente por correio eletrónico.

Até à receção da resposta do beneficiário ou término do prazo concedido, é interrompido o prazo previsto para aprovação das candidaturas.

Qualquer solicitação ao beneficiário deverá ser efetuada de acordo com o código do procedimento administrativo, devendo preferencialmente ser efetuada apenas uma.

A falta de documentos e/ou deficiente preenchimento do formulário do PI, bem como o não cumprimento dos critérios de elegibilidade, constitui fundamento para a não aprovação da candidatura.

Os projetos que reunirem as condições de acesso são posteriormente sujeitos a um processo de apreciação e seleção de acordo com os critérios específicos para cada intervenção e descritos nas Fichas de Caracterização das Intervenções definidas no ponto 7.

Após a análise e aplicação dos critérios de seleção, os pedidos de apoio com proposta de parecer favorável, apresentados num determinado concurso, serão hierarquizados de acordo com a pontuação obtida por ordem decrescente.

É emitido um parecer técnico e uma proposta de decisão devidamente fundamentada, sendo esta enviada ao OIG.

São selecionados para decisão os pedidos que cumpram as condições de elegibilidade e atinjam a pontuação mínima prevista nos critérios de seleção.

Antes de ser adotada a decisão final, os beneficiários são ouvidos, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, designadamente quando há eventual intenção de indeferimento, total ou parcial, e respetivos fundamentos.

A audiência dos interessados é dispensada quando a proposta de decisão seja favorável à pretensão do beneficiário.

Os beneficiários serão notificados preferencialmente por correio eletrónico.

Concluídos os prazos previstos para a audiência prévia, as respostas serão analisadas e caso se justifique as propostas de parecer podem ser modificadas.

Após esta análise as candidaturas, com proposta de parecer favorável, serão hierarquizadas de acordo com a pontuação obtida na aplicação dos critérios de seleção.

Caso se verifiquem restrições orçamentais, os projetos não aprovados no concurso poderão transitar para o aviso seguinte, após anuência do beneficiário. Isto é, o beneficiário pode optar por deixar ficar a sua candidatura que será analisada com o bloco de candidaturas que entrarem no aviso seguinte ou pode retirar e colocar nova candidatura com as melhorias e alterações que achar convenientes.

Após a receção do parecer técnico e da proposta de decisão mencionados no número anterior, o Órgão de Gestão do GAL, decide sobre os pedidos de apoio, no prazo de 60 dias úteis contados a partir da data limite para a respetiva apresentação.

As decisões são comunicadas aos beneficiários no prazo de 5 dias úteis a contar da data da sua emissão.

Sempre que forem solicitados aos candidatos quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos em falta, o prazo previsto anteriormente suspende-se até à apresentação dos mesmos.

Este órgão reúne ordinariamente, pelo menos, com uma periodicidade mensal. Estas reuniões são objeto de uma convocatória contendo, nomeadamente, a ordem de trabalhos e a lista das candidaturas a apreciar.

Para a aprovação dos projetos, o OIG deverá ter em consideração: o enquadramento dos projetos na ELD, a capacidade orçamental e a disponibilidade financeira do programa, o parecer da ETL, a pontuação obtida pelos critérios de apreciação e seleção, bem como todos os critérios que promovam a adequada execução do Programa, nomeadamente o desenvolvimento integrado do território de intervenção.

A aprovação em OIG depende da maioria simples dos votos expressos, dos elementos presentes no mínimo de 3, sendo a constituição desse quórum maioritariamente composta por representantes de entidades privadas.

As deliberações do OIG quanto aos projetos candidatos serão devidamente fundamentadas e registadas em ata de reunião, contendo as declarações de voto eventualmente apresentadas; sendo os respetivos promotores notificados por escrito do teor e das bases de decisão.

Os pedidos de apoio em que o beneficiário seja um parceiro do GAL e membro do Órgão de Gestão, são aprovados sem a participação do parceiro em causa.

Qualquer candidatura que tenha sido reprovada pode vir a ser reformulada e apresentada em novo aviso, devendo, para tal, o seu beneficiário, instruir novo processo.

Todo o processo será descrito pormenorizadamente em norma de procedimentos interna que inclui as listas de verificação de pedidos de apoio, pedidos de pagamentos e controlo de encerramento que deverão ser preenchidas para além das *check list* dos sistemas de informação. Será também elaborado pela GRATER um Manual de Apoio ao Beneficiário que pretende ser um documento explicativo de todo o processo, desde a instrução da candidatura, à execução e conclusão da mesma e que será sempre acompanhado pelas Fichas de caracterização das Intervenções da Estratégia de Desenvolvimento Local da GRATER.

9.4. Ações e instrumentos previstos para o acompanhamento da EDL, em particular a monitorização dos projetos aprovados

A ação da GRATER em termos de acompanhamento e controlo partirá do princípio de que as entidades que venham a beneficiar dos auxílios previstos ficam sujeitas à verificação da sua utilização.

Será disponibilizada informação aos potenciais promotores para que seja cumprida toda a legislação e normas em vigor através de uma manual de apoio ao beneficiário.

Estratégia de Desenvolvimento Local da GRATER – ilhas Terceira e Graciosa

Compete à GRATER, através do seu corpo técnico, acompanhar e fiscalizar a realização de todos os projetos de investimento e o cumprimento das obrigações dos promotores até à sua concretização. Ou seja, compete à ETL exercer um controlo direto sobre a validade e a adequação das condições exigíveis, das despesas e dos documentos de despesa apresentados pelos promotores.

O sistema de acompanhamento permitirá apoiar os promotores desde o momento que surge a ideia de um possível projeto a ser implementado, passando pela ajuda na instrução da candidatura até ao momento final de execução do projeto.

Para acompanhamento da execução da estratégia estão estabelecidas regras de funcionamento aos gabinetes e previstas no regulamento interno e norma de procedimentos interna e, que integram visitas regulares aos projetos aprovados e que estejam em desenvolvimento, para apreciação da sua execução física de acordo com o processo de candidatura apresentado. Nessas visitas será igualmente verificado o dossier do promotor que deverá ser atualizado e completo para que se possam retificar rapidamente situações menos corretas.

A GRATER manterá também nos seus gabinetes dossiers atualizados de cada projeto com todos as componentes relevantes para o controlo.

Relativamente à execução financeira do projeto, os pedidos de pagamento, feitos em formulário próprio, serão acompanhados dos originais de todas as despesas e comprovativos de pagamento e outros documentos contabilísticos solicitados, de acordo com o descrito nas normas da entidade pagadora.

Serão efetuadas verificações a todos os pedidos de pagamento exceto a casos específicos em que tal não é aplicável. Destas resultarão relatórios enriquecidos com fotografias tirados ao investimento sujeito a verificação.

O sistema de controlo visa garantir o controlo de execução da EDL: verificar se as ações financiadas foram empreendidas de forma correta, prevenir e combater as irregularidades e recuperar os fundos perdidos na sequência de abuso ou negligência.

Este controlo compreende a fiscalização das candidaturas e dos projetos nas suas componentes material, financeira e contabilística.

Ao nível, não dos projetos em particular, mas da execução do programa em geral, compete ainda à ETL manter atualizado o sistema informático e elaborar relatórios de execução regulares para a um mais eficaz acompanhamento do Programa.

9.5. A modalidade e instrumentos previstos para a avaliação da EDL

Nomeadamente os sistemas e mecanismos que propõem para a recolha e tratamento de dados financeiros e de desempenho relevantes, como se propõem avaliar o seu próprio desempenho, as suas propostas para a divulgação e utilização dos resultados e como contribuem para as disposições do controlo e avaliação do Programa.

A abordagem à monitorização e à avaliação da estratégia, terá presente o previsto na Portaria n.º 72/2015 de 12 de Junho que responde, nomeadamente, ao artigo 34.º, n.º 3, alínea g), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro.

No plano dos **sistemas e mecanismos que se propõe para a recolha e tratamento de dados financeiros relevantes** importará dispor de elementos de apoio de à elaboração e apresentação de um relatório de execução anual da EDL, até 31 de março de cada ano, reportado ao ano civil anterior (previsto no Artigo 19º da Portaria n.º 72/2015 de 12 de Junho).

Os dados de realização física e financeira e outros elementos relativos ao grau de implementação dos projetos (por ex. através da realização das visitas ao local da operação) e da estratégia serão recolhidos e registados no sistema informático, e trabalhados continuamente pela Estrutura Técnica de GRATER de forma a garantir a boa execução da EDL.

Quanto aos **sistemas e mecanismos que se propõe para a recolha e tratamento de desempenho relevantes**, estes servirão, essencialmente, para alimentar o processo de avaliação da EDL. Neste caso, para além dos dados de execução física e financeira, a GRATER será responsável por organizar procedimentos de recolha de elementos de natureza qualitativa (reuniões de *brainstorming* entre técnicos da GRATER e entre os Parceiros, entrevistas e inquéritos aos beneficiários), e natureza estatística (indicadores socioeconómicos processados pelas estatísticas formais, entre outros, nomeadamente recolhidos pelas entidades parceiras).

Para efetuar as avaliações será garantida a recolha dos dados necessários incluindo os dados relativos aos indicadores comuns e, aos indicadores da EDL, através do sistema de informação existente.

A avaliação da EDL terá duas abordagens, a primeira através da realização das suas próprias autoavaliações e monitorização. A segunda será o contributo para a avaliação do PRORURAL através da sua própria avaliação externa⁺, a qual, por sua vez, contribuirá para a avaliação global dos Fundos estruturais com aplicação a nível nacional. De acordo com o documento de programação, a GRATER está envolvida no sistema de acompanhamento e avaliação de várias formas, sendo obrigada a fornecer informação pertinente, atempada e no formato adequado para avaliação e acompanhamento do Programa.

Na avaliação interna será também avaliado todo o GAL enquanto equipa de análise e de decisão: atendimento, procedimentos, cumprimento de prazos, entre outros.

Na perspetiva da GRATER, estas duas abordagens vão coincidir no tempo, respeitando os timings das atividades de avaliação promovidas pelo PRORURAL⁺:

- Contribuir para as avaliações intercalares que serão apresentadas até 31 de Agosto de 2017 e até 31 de Agosto de 2019.
- Contribuir para a avaliação ex-post, a concretizar em 2022.

Não obstante os conteúdos do PRORURAL⁺ sobre esta matéria, no entendimento da GRATER é, ainda, prematura a definição precisa dos mecanismos de acompanhamento e avaliação, tendo presente que, neste período de programação, existe a referência a um contributo para a avaliação do Programa. À data da submissão desta Candidatura há, ainda, muitas questões em aberto, nomeadamente os instrumentos e recursos que vão por ser utilizados (nomeadamente os financeiros) e as exigências técnicas, com capacidade para contribuir para o sistema de acompanhamento e avaliação do Programa.

Em suma, neste período de programação, a avaliação da EDL terá contornos diferentes pelo fato de não só contemplar momentos formais de avaliação mas também contribuir para a avaliação do PRORURAL⁺. Devendo ser este o enquadramento estratégico para a definição concreta do sistema e mecanismos para a recolha e tratamento de dados de desempenho relevantes.

Todavia, e não obstante o enquadramento concreto ainda por definir, a experiência da GRATER na execução de estratégias de desenvolvimento local, permite identificar os quatro segmentos de avaliação mais relevantes:

- **Avaliação da relevância:** análise se as intervenções da EDL estão a considerar as necessidades mais importantes do território de intervenção, tendo presente a sua intervenção lógica. [Sistematização das dimensões de contributividade para os diversos objetivos específicos e estratégicos.]
- **Avaliação da Eficácia:** análise em que medida os apoios concedidos estão a produzir os resultados esperados. [Avaliar as principais realizações e resultados físicos e financeiros face aos objetivos definidos, tendo presente conta os indicadores disponíveis.]
- **Avaliação da Eficiência:** análise em que medida os resultados estão a ser alcançados utilizando o mínimo de recursos. [Avaliar a execução física e financeira da estratégia, tendo presente os resultados alcançados e os montantes investidos, por relação aos objetivos específicos e estratégicos delineados; neste segmento persiste a dúvida se não será mais objetivo fazer apenas ao nível do Programa.]
- **Avaliação do Impacto:** análise em que medida as intervenções apoiadas contribuem para a mudança desejada na área de intervenção e qual o valor acrescentado da implementação da abordagem bottom-up, tendo em conta os objetivos regionais e nacionais e tendo em conta as dimensões

estratégicas definidas pela Comissão Europeia. [Neste segmento persiste a dúvida se não será mais objetivo fazer apenas ao nível do Programa.]

Toda a avaliação será organizada em torno da resposta aos indicadores de realização e de resultado previstos⁵, bem como às Questões de Avaliação Comuns.

Como elementos transversais e igualmente importantes estarão presentes no sistema de monitorização e avaliação:

- a avaliação da **operacionalização da EDL** e o desempenho do GRATER enquanto Organismo Intermédio, mas também enquanto entidade com responsabilidades na animação e promoção do território (afetação dos recursos humanos e financeiros; adequação dos dispositivos de informação/divulgação/sensibilização face à natureza dos destinatários-alvo; ...);
- a avaliação do **desempenho da parceria** (concertação operacional entre parceiros, capacidade de mobilização de recursos, capacidade de liderança e de dinamização da rede, nível de envolvimento dos parceiros, ...);
- a avaliação das **iniciativas de cooperação** (aferição da eficiência dos recursos afetos aos projetos, ações e iniciativas, e resultados alcançados).
- a identificação dos **fatores críticos** que condicionaram a implementação da estratégia e os **fatores de sucesso** que a potenciaram (identificação sistemática de constrangimentos impeditivos do normal desenrolar das atividades de implementação e análise explicativa dos eventuais desvios).

Estas atividades de avaliação têm uma utilidade estratégica e operacional importante porque permite introduzir ajustamentos ou correções na EDL no sentido de alcançar os resultados esperados, através de um processo de tomada de decisões coerente e fundamentado.

Com efeito, de acordo com o Artigo 10º da Portaria n.º 72/2015 de 12 de Junho, no decurso do período de execução da EDL são admitidas alterações financeiras (uma por ano); alterações à estrutura da EDL (em 2017 e 2019); e alterações pontuais, em territórios onde ocorram alterações excecionais e com influência no contexto económico ou social. Contudo, os objetivos estratégicos não podem ser alterados.

Todas as alterações serão devidamente fundamentadas e acompanhadas de relatórios de execução física e financeira.

Em termos de divulgação dos resultados da avaliação, para além do que se encontra definido em matéria de estratégia de comunicação, a GRATER poderá eventualmente utilizar o apoio da Rede Rural nacional para

⁵ O número de indicadores específicos da EDL é muito limitado, podendo ser adicionados outros, de acordo com as orientações da AG do PRORURAL*.

apoiar a partilha de informação através da publicação de documentos e da promoção de eventos de natureza temática e territorial focados nos resultados da avaliação.

9.6. Ações de animação e promoção do território

A GRATER pretende apresentar anualmente o seu Plano de Atividades que é aprovado em Assembleia Geral que listará todas as atividades e ações previstas de animação nesse ano de acordo com a execução da sua EDL e de acordo com o orçamento disponível para esse ano.

No que se refere à execução da estratégia, se vier a verificar-se um número mínimo de entrada de candidaturas então será nosso objetivo dirigir esse plano para a divulgação do programa; se pelo contrário, aparecerem muitas iniciativas então o Plano deverá ser dirigido à divulgação destas.

No que se refere ao orçamento, a GRATER dispõe de receitas dos seus associados, de candidaturas ao PRORURAL + e de candidaturas a outros sistemas de incentivos. A execução das ações dependerão muito da aprovação das mesmas.

Este Plano não é apenas um Plano de Atividades, torna-se muito mais abrangente no sentido de aglomerar num único documento um Plano de Atividades / Animação e um Plano de Comunicação.

Neste sentido existem muitos outros objetivos transversais e secundários que importa referir:

- Informar a opinião pública sobre o papel desempenhado pela União Europeia, em colaboração com os Estados Membros, a favor das intervenções em causa e dos respetivos resultados;
- Informar das possibilidades proporcionadas pela intervenção conjunta da União Europeia e dos Estados Membros, os beneficiários potenciais e finais, assim como as autoridades regionais e locais e outras autoridades públicas competentes; as organizações profissionais e meios económicos; os parceiros económicos e sociais; as organizações governamentais, em especial os organismos para a promoção da igualdade entre os homens e as mulheres, e os organismos que trabalham em prol da proteção e melhoria do ambiente;
- Transmitir uma boa imagem da GRATER, do PRORURAL +, e da Comunidade Europeia aos diversos públicos;
- Fomentar a participação da população no desenvolvimento do território de intervenção;
- Divulgar as ações em curso;
- Divulgar e promover o nosso território, os nossos projetos e as nossas especificidades;
- Assegurar as boas relações com a comunidade, informar e motivar a população;
- Dotar o GAL dos instrumentos e competências necessários à dinamização de ELD;
- Integrar novas tecnologias na implementação da ELD.

Estratégia de Desenvolvimento Local da GRATER – ilhas Terceira e Graciosa

Um dos segmentos – alvo das nossas ações é o GAL no que se refere às ações dirigidas diretamente para a parceria local e equipe técnica – vertente interna do GAL.

A vertente externa ao GAL engloba dois segmentos: o conjunto dos potenciais promotores onde se encontram as ações (materiais e imateriais) exclusivas de informação sobre a EDL da GRATER e o PRORURAL+ e o segmento da população em geral, aquele para que se dirige as ações de animação do e no território e a divulgação de todo o nosso trabalho.

A estratégia da GRATER será no sentido de que, a informação respeitante ao LEADER / PRORURAL + seja mais acessível a todos os interessados, com a finalidade de garantir a transparência, informando o público-alvo sobre as modalidades e potencialidades de aplicação da abordagem LEADER, promovendo o conhecimento das experiências inovadoras realizadas no âmbito deste programa e das mais-valias para o desenvolvimento económico e social sustentado dos territórios rurais e, aumentando a visibilidade da ação comunitária.

Como forma de aproximação e relacionamento com a população em geral do território de intervenção, serão planeadas diversas atividades sociais e culturais. A participação em ações de discussão sobre o desenvolvimento, como aconteceu na preparação desta estratégia, é considerada, pelos interessados, uma oportunidade de se manifestarem e contribuírem para a definição de linhas de orientação para o desenvolvimento rural. A criação ou reforço das estruturas locais de base participativa permitirão estabelecer bases de trabalho e competências mais sólidas.

Participaremos em todos os eventos que se considerarem pertinentes dentro do nosso território, quer como forma de colaboração, quer como forma de divulgação do nosso trabalho e dos projetos dos nossos beneficiários, como exemplo podemos referir: Feira agro-comercial organizada pelos nossos parceiros Associação Agrícola da Ilha Terceira e Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, Feira Açores organizada pelo Governo Regional dos Açores, Feira da Família organizada pelo nosso parceiro Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, Feira do Ambiente organizada pela empresa municipal Praia Ambiente, BioFeira organizada pelo nosso parceiro BIOAZÓRICA.

Tal como já referido anteriormente muitas ações de animação estão dependentes de outras candidaturas e referimos nesse sentido ainda a pertinência dos projetos de cooperação interterritorial e transnacional que também irão permitir ações desta natureza.

Utilizaremos todos os meios de comunicação ao nosso dispor para fazer a divulgação das ações de animação e para promover o nosso território

Será sempre atualizada a nossa página de internet www.grater.pt e a nossa página do facebook www.facebook.com/grater com toda a informação relevante quer ao nível da estratégia, quer ao nível das nossas atividades, quer ainda para apoiar na divulgação de tudo o que no nosso território de faz.

Ainda no que se refere ao sítio da GRATER será colocada em prática uma ferramenta desta página em que os beneficiários do projeto através de password própria poderão aceder à situação em que se encontra a sua candidatura.

Nas páginas serão disponibilizadas as mais diversas informações: regulamentos, manual de procedimentos, estratégia local de desenvolvimento, dados estatísticos sobre o território, informações sobre a constituição da GRATER e composição da parceria e dos corpos sociais.

Haverá ainda um espaço onde são permitidos *downloads* de vários documentos relacionados com a candidatura e documentos de apoio.

As diversas publicações da GRATER também serão disponibilizadas para consulta em formato / ficheiro pdf e estilo catálogo com virar de páginas.

Um espaço de galeria multimédia com a disponibilização de vídeos e fotografias.

Serão também divulgados projetos aprovados e respetivos promotores.

Continuaremos com a publicação bimensal da nossa revista “Olhar o Mundo Rural” em parceria com o único jornal diário do nosso território Diário Insular.

Nesta revista e á semelhança do que já é conhecido promoveremos associados / parceiros, projetos exemplares, ações de animação do território entre outras informações ligadas ao mundo rural e que despertam curiosidade pelo público-alvo.

9.7. Ações a realizar e meios a utilizar para publicitar a EDL dentro do território e para difundir os seus resultados

Em complemento ao referido no ponto anterior os meios a utilizar serão os meios eletrónicos, a nossa revista ou outras publicações que viermos a editar. Será preparado um manual de apoio ao beneficiário que será disponibilizado quer em formato eletrónico quer em formato papel.

Serão disponibilizados desdobráveis informativos das intervenções existentes ao nível da EDL da GRATER. Estes serão produzidos internamente com custos simplificados ao nível de papel e tinteiros.

No que se refere à intervenção nos meios de comunicação social prevê-se a colocação de anúncios nos jornais e rádios locais e a realização de uma conferência de imprensa para anunciar a gestão do Programa – ELD – e as suas linhas de intervenção.

Estes meios serão também utilizados para divulgar com a antecedência que se impor os anúncios aos concursos (avisos de abertura de candidaturas).

Serão realizadas ações de informação não só sobre a EDL e as intervenções a implementar como também dos sistemas de informação a serem utilizados pelos potenciais beneficiários: GestPDR e iDigital.

Será ainda de privilegiar, e tal como confirmado pela análise do inquérito efetuado como trabalho preparatório da EDL, o contacto direto com os potenciais promotores, no sentido de divulgar a iniciativa numa fase inicial e de demonstrar os resultados numa fase posterior. Neste sentido irão realizar-se encontros de divulgação da estratégia ao nível de ilha ou concelho – sessões de esclarecimentos.

No que se refere ao sistema de informação, a GRATER compromete-se a adotar o sistema de informação específico ao programa, da responsabilidade da autoridade de gestão que se deverá traduzir num dispositivo de recolha e tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos fiáveis, sobre a execução do programa, visando apoiar a gestão, o acompanhamento e a avaliação.

Em termos de divulgação dos resultados da avaliação, para além do que se encontra definido em matéria de estratégia de comunicação, a GRATER poderá eventualmente utilizar o apoio da Rede Rural nacional para apoiar a partilha de informação através da publicação de documentos e da promoção de eventos de natureza temática e territorial focados nos resultados da avaliação.

10. Estratégia de Cooperação

Um pilar orientador das intervenções LEADER relativamente aos territórios rurais portugueses é a valorização destes mesmos territórios e a consolidação do seu tecido económico e social, através do reconhecimento das vantagens da cooperação enquanto instrumento potenciador das suas complementaridades, diversidades e heterogeneidades.

A cooperação é um dos instrumentos disponíveis para facilitar a realização do projeto de desenvolvimento de uma região rural e é enquanto tal que este Grupo de Ação Local (GAL) pretende utilizá-lo.

Neste ponto apresentam-se as linhas de intervenção ao nível de cooperação que a GRATER pretende seguir no âmbito da medida 19.4.

A atividade de cooperação tem múltiplas dimensões: as cooperações de proximidade e as cooperações regionais ou nacionais são evidentemente de privilegiar e são bem mais pertinentes numa grande quantidade de temas do que a cooperação transnacional.

É neste sentido que é proposta desde já pelo menos uma parceria com todas as associações que gerem a Abordagem LEADER nos Açores.

Todavia, por vezes é difícil encontrar resposta para alguns problemas à escala regional ou nacional, alguns trunfos da região poderão, por exemplo, ser insuficientemente explorados. A cooperação transnacional

Estratégia de Desenvolvimento Local da GRATER – ilhas Terceira e Graciosa

permite aqui explorar perspetivas novas. Um exemplo de uma ideia a seguir será encontrar em território estrangeiro, provavelmente Holanda, *know-how* e exemplos de boas práticas a seguir com a recuperação dos moinhos permitindo a sua refuncionalização e reutilização.

Na procura de parceiros será analisada uma ou várias características específicas das regiões envolvidas:

- Pertença a um conjunto geográfico ou cultural;
- Presença na região de uma rede de produção específica;
- Necessidade de aceder a uma competência específica disponível noutros locais.

A cooperação deve permitir, no âmbito de um calendário predefinido e de um programa de trabalho específico dotado de um orçamento previamente definido, alcançar objetivos claramente definidos.

A estratégia de desenvolvimento pretende, tendo em conta o trabalho desenvolvido durante o período de execução do PIC LEADER II e LEADER + e da abordagem LEADER no âmbito do PRORURAL, procurar aprofundar, de forma sustentável, o contributo do LEADER para uma maior coesão do território e para a diversificação das atividades económicas da região.

Os projetos que se pretendem vir a desenvolver no âmbito desta Estratégia de Cooperação irão assim convergir não só com os objetivos da Estratégia de Desenvolvimento Local, mas também com os objetivos apresentados no PRORURAL +.

Assim e tendo em conta os objetivos definidos na EDL, os principais pilares desta Estratégia de Cooperação estão sistematizados no quadro seguinte:

Estratégia de Desenvolvimento Local da GRATER – ilhas Terceira e Graciosa

Áreas temáticas	Objetivos a Alcançar	Mais-valia para o território	Objetivos estratégicos em que se enquadram
Turismo e Animação	- Promover a ligação em rede dos recursos turísticos do território de intervenção. - Organizar o intercâmbio de experiências entre territórios rurais com vista a testar novas modalidades de gestão, divulgação e comercialização de produtos turísticos, característicos da ruralidade e da natureza. - Promover o TI em mercados de implantação que valorizem a valia ambiental e do património cultural. - Qualificar e certificar os produtos turísticos criados.	- Promoção do TI como destino turístico conhecido pela valoriza dos seus recursos e serviços locais. - Reconhecimento nacional e internacional de uma matriz de recursos turísticos diferenciados que contribui para a estruturação de atividades relacionadas e de suporte. - Melhoria dos níveis de emprego e rendimento da população residente. - Dotação de competências dos empresários na área do turismo e animação, o que contribui para uma maior sustentabilidade e qualidade das atividades oferecidas pelo território - Criação de instrumentos e metodologias de promoção importantes para implementar uma estratégia de marketing territorial	I. Qualificação e diversificação da Economia Rural através da valorização do potencial económico dos recursos endógenos
Ambiente e Recursos naturais	Promover a valorização dos recursos endógenos do TI	- Preservação e salvaguarda de recursos de excelência ambiental - Qualificação das estruturas da paisagem - Sensibilização ambiental	III. Afirmação da identidade rural através da valorização do Património Cultural e Natural
Património Cultural	- Promover a partilha e intercâmbio de saberes tradicionais - Capacitar e qualificar os agentes culturais em matéria de gestão e promoção de recursos do património cultural (edificado e etnográfico) - Organizar a programação conjunta de eventos culturais e outros mistos, para promoção dos valores, saberes, produtos e serviços do território	- Reforço da matriz identitária de valores culturais, saberes tradicionais e serviços - Competências em matéria de gestão e programação de eventos	III. Afirmação da identidade rural através da valorização do Património Cultural e Natural
Mercado dos produtos e serviços do território	- Estimular a cooperação e o intercâmbio de experiências entre os atores do desenvolvimento local. - Fomentar o funcionamento em rede das entidades açorianas. - Promover a organização de circuitos de comercialização de produtos locais a nível regional, nacional e transnacional. - Estimular a ligação entre produtores e consumidores. - Capacitar e qualificar os atores dos territórios rurais	- Divulgação e promoção económica de produtos e serviços das economias rurais. - Estabelecimento de parcerias estratégicas em torno de produtos e serviços específicos. - Criação de redes de cooperação empresarial. - Estabelecimento de contactos com realidades de outros TI e outros países.	I. Qualificação e diversificação da Economia Rural através da valorização do potencial económico dos recursos endógenos

Anexos

Anexo 1. Detalhes sobre a população residente no Território de Intervenção

População residente por Concelho e Freguesia (nº)

Concelho/ Freguesia	2001	2011	VAR
RAA	241.763	246.772	2,1
GRATER	60.613	60.828	0,4
<i>Terceira</i>	<i>55.833</i>	<i>56.437</i>	<i>1,1</i>
<i>Angra do Heroísmo</i>	<i>35.581</i>	<i>35.402</i>	<i>-0,5</i>
Altares	884	901	1,9
Angra (Nossa Senhora da Conceição)	4.509	3.717	-17,6
Angra (Santa Luzia)	3.001	2.755	-8,2
Angra (São Pedro)	3.638	3.460	-4,9
Angra (Sé)	1.200	955	-20,4
Cinco Ribeiras	684	704	2,9
Doze Ribeiras	559	513	-8,2
Feteira	1.044	1.239	18,7
Porto Judeu	2.425	2.501	3,1
Posto Santo	967	1.048	8,4
Raminho	550	565	2,7
Ribeirinha	2.733	2.684	-1,8
Santa Bárbara	1.366	1.274	-6,7
São Bartolomeu de Regatos	1.569	1.983	26,4
São Bento	1.968	2.000	1,6
São Mateus da Calheta	3.343	3.757	12,4
Serreta	374	335	-10,4
Terra Chã	2.783	2.915	4,7
Vila de São Sebastião	1.984	2.096	5,6
<i>Vila da Praia da Vitória</i>	<i>20.252</i>	<i>21.035</i>	<i>3,9</i>
Agualva	1.573	1.432	-9,0
Biscoitos	1.425	1.424	-0,1
Cabo da Praia	1.469	712	-51,5
Fonte do Bastardo	1.156	1.278	10,6
Fontinhas	1.541	1.594	3,4
Lajes	3.753	3.744	-0,2
Praia da Vitória (Santa Cruz)	6.171	6.690	8,4
Quatro Ribeiras	423	394	-6,9
São Brás	1.012	1.088	7,5
Vila Nova	1.729	1.678	-2,9
Porto Martins (*)	-	1.001	-
<i>Santa Cruz da Graciosa</i>	<i>4.780</i>	<i>4.391</i>	<i>-8,1</i>
Guadalupe	1.306	1.096	-16,1
Luz	735	683	-7,1
Praia (São Mateus)	901	836	-7,2
Santa Cruz da Graciosa	1.838	1.776	-3,4

(*) Freguesia criada após os Censos 2001.

Fonte: INE, Censos – séries estatísticas 2001- 2011.

Estratégia de Desenvolvimento Local da GRATER – ilhas Terceira e Graciosa

População residente (nº), por escalão etário

Concelho/ Freguesia	0 - 14 anos			15 - 24 anos			25 - 64 anos			65 e mais anos		
	2001	2011	Var.	2001	2011	Var.	2001	2011	Var.	2001	2011	Var.
RAA	51.767	44.197	-14,6	41.092	34.731	-15,48	117.585	135.466	15,2	31.319	32.378	3,4
GRATER	4.787	4.024	-15,9	3.980	3.449	-13,34	12.635	14.194	12,3	3.630	3.759	3,6
Terceira	3.971	3.374	-15,0	3.304	2.910	-11,92	10.361	11.870	14,6	2.616	2.881	10,1
Angra do Heroísmo	7.028	5.793	-17,6	5.621	4.693	-16,51	17.853	19.705	10,4	5.079	5.211	2,6
Altares	181	153	-15,5	153	130	-15,03	412	496	20,4	138	122	-11,6
Angra (N. Sra da Conceição)	755	450	-40,4	732	484	-33,88	2.200	2.047	-7,0	822	736	-10,5
Angra (Santa Luzia)	488	310	-36,5	437	334	-23,57	1.559	1.525	-2,2	517	586	13,3
Angra (São Pedro)	613	498	-18,8	564	442	-21,63	1.916	1.911	-0,3	545	609	11,7
Angra (Sé)	164	91	-44,5	170	109	-35,88	603	503	-16,6	263	252	-4,2
Cinco Ribeiras	142	119	-16,2	96	110	14,58	354	377	6,5	92	98	6,5
Doze Ribeiras	81	74	-8,6	82	49	-40,24	266	289	8,6	130	101	-22,3
Feteira	236	224	-5,1	162	152	-6,17	545	727	33,4	101	136	34,7
Porto Judeu	498	441	-11,4	455	353	-22,42	1.188	1.405	18,3	284	302	6,3
Posto Santo	252	195	-22,6	130	162	24,62	492	578	17,5	93	113	21,5
Raminho	77	92	19,5	87	60	-31,03	261	291	11,5	125	122	-2,4
Ribeirinha	530	464	-12,5	421	327	-22,33	1.415	1.543	9,0	367	350	-4,6
Santa Bárbara	270	205	-24,1	191	157	-17,80	662	679	2,6	243	233	-4,1
São Bartolomeu de Regatos	335	386	15,2	247	269	8,91	790	1.118	41,5	197	210	6,6
São Bento	440	277	-37,0	304	294	-3,29	988	1.162	17,6	236	267	13,1
São Mateus da Calheta	833	785	-5,8	546	538	-1,47	1.658	2.085	25,8	306	349	14,1
Serreta	58	54	-6,9	66	34	-48,48	177	182	2,8	73	65	-11,0
Terra Chã	720	595	-17,4	471	453	-3,82	1.348	1.625	20,5	244	242	-0,8
Vila de São Sebastião	355	380	7,0	307	236	-23,13	1.019	1.162	14,0	303	318	5,0
Vila da Praia da Vitória	3.971	3.374	-15,0	3.304	2.910	-11,92	10.361	11.870	14,6	2.616	2.881	10,1
Agualva	311	188	-39,5	241	212	-12,03	822	795	-3,3	199	237	19,1
Biscoitos	239	194	-18,8	230	167	-27,39	707	819	15,8	249	244	-2,0
Cabo da Praia	305	106	-65,2	199	106	-46,73	782	411	-47,4	183	89	-51,4
Fonte do Bastardo	234	240	2,6	181	169	-6,63	596	692	16,1	145	177	22,1
Fontinhas	276	262	-5,1	226	190	-15,93	824	936	13,6	215	206	-4,2
Lajes	774	647	-16,4	719	557	-22,53	1.868	2.130	14,0	392	410	4,6
Praia da Vitória (Santa Cruz)	1.275	1.104	-13,4	969	963	-0,62	3.127	3.709	18,6	800	914	14,3
Quatro Ribeiras	80	55	-31,3	60	59	-1,67	218	215	-1,4	65	65	0,0
São Brás	210	173	-17,6	164	152	-7,32	508	634	24,8	130	129	-0,8
Vila Nova	267	251	-6,0	315	195	-38,10	909	960	5,6	238	272	14,3
Porto Martins (*)	-	154	-	-	140	-	-	569	-	-	138	-
Santa Cruz da Graciosa	816	650	-20,3	676	539	-20,27	2.274	2.324	2,2	1.014	878	-13,4
Guadalupe	202	140	-30,7	187	127	-32,09	601	570	-5,2	316	259	-18,0
Luz	112	106	-5,4	110	86	-21,82	327	359	9,8	186	132	-29,0
Praia (São Mateus)	158	135	-14,6	113	97	-14,16	448	420	-6,3	182	184	1,1
Santa Cruz da Graciosa	344	269	-21,8	266	229	-13,91	898	975	8,6	330	303	-8,2

(*) Freguesia criada após os Censos 2001.

Fonte: INE, Censos – séries estatísticas 2001- 2011.

Anexo 2. Detalhes sobre a população desempregada

População desempregada por condição face ao desemprego, género, escalão etário e nível de escolaridade (2011)

	RAA	GRATER	Terceira	Angra do Heroísmo	Vila da Praia da Vitória	Santa Cruz da Graciosa
<i>População Desempregada</i>	12.793	2.778	2.594	1.571	1.023	184
Desempregados à procura de 1.º emprego	3.435	725	679	390	289	46
Desempregados à procura de novo emprego	9.358	2.053	1.915	1.181	734	138
Masculino	7.194	1.453	1.370	849	521	83
Feminino	5.599	1.325	1.224	722	502	101
15 - 19 anos	1.283	278	256	147	109	22
20 - 24 anos	2.741	571	538	307	231	33
25 - 29 anos	2.201	485	457	293	164	28
30 - 34 anos	1.683	338	321	209	112	17
35 - 39 anos	1.438	268	249	155	94	19
40 - 44 anos	1.139	248	233	144	89	15
45 - 49 anos	1.027	237	215	127	88	22
50 - 54 anos	729	193	177	107	70	16
55 - 59 anos	407	111	104	62	42	7
60 - 64 anos	142	48	43	20	23	5
65 - 69 anos	3	1	1	0	1	0
Nenhum nível de escolaridade	168	34	33	21	12	1
Ensino básico	9.288	1.959	1.821	1.080	741	138
Ensino secundário	2.238	525	491	300	191	34
Ensino pós-secundário	210	52	51	34	17	1
Ensino superior	889	208	198	136	62	10

Fonte: INE, Censos – séries estatísticas 2011.

População desempregada à procura do 1º emprego (2011)

	RAA	GRATER	Terceira	Angra do Heroísmo	Vila da Praia da Vitória	Santa Cruz da Graciosa
<i>População desempregada à procura de novo emprego (N.º)</i>	9.358	2.053	1.915	1.181	734	138
Masculino	5.590	1.121	1.054	669	385	67
Feminino	3.768	932	861	512	349	71
Primário	413	60	56	35	21	4
Secundário	3.360	649	604	365	239	45
Terciário	5.585	1.344	1.255	781	474	89

Nota: setor primário - atividades ligadas à Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Pesca e Indústria extrativa; setor secundário - atividades ligadas à Indústria transformadora, Energia, tratamento água e saneamento, Construção; Setor terciário - Serviços (alojamento, saúde, educação, etc.).

Fonte: INE, Censos – séries estatísticas 2011.

Estratégia de Desenvolvimento Local da GRATER – ilhas Terceira e Graciosa

Indicadores de Emprego e Desemprego em 2001-2011

	2001		2011	
	Taxa de Atividade (%)	Taxa de Desemprego (%)	Taxa de Atividade (%)	Taxa de Desemprego (%)
GRACIOSA	38,9	8,2	43,8	9,6
<i>Santa Cruz</i>	38,9	8,2	43,8	9,6
Guadalupe	36,3	4,2	39,8	8,7
Luz	32,5	16,3	42,6	15,5
Praia (São Mateus)	36,3	13,1	40,2	8
Santa Cruz Graciosa	44,6	6,2	48,4	8,6
TERCEIRA	42,2	5,5	47,7	9,3
<i>Angra do Heroísmo</i>	42,9	5,0	47,7	9,3
Altares	39,9	3,4	48,9	5,7
N. Sra. da Conceição	42,5	5,0	43,8	12,8
Santa Luzia	41,4	4,8	47,3	10,1
São Pedro	45,4	3,7	43,1	7,6
Sé	42,9	3,5	46	6,8
Cinco Ribeiras	43,3	3,0	49,9	6,8
Doze Ribeiras	36,1	3,5	54,1	11,7
Feteira	46,2	3,3	48,9	8,1
Porto Judeu	47,6	10,2	51,9	12,9
Posto Santo	43,3	3,1	41,9	8,1
Raminho	38,9	3,7	48,3	8,9
Ribeirinha	45,1	7,5	45,7	7,6
Santa Bárbara	36,5	3,2	45,7	7,4
São Bartolomeu	43,0	3,0	50,4	5,9
São Bento	41,9	3,2	49,9	9,1
São Mateus da Calheta	42,0	7,1	48,4	8,8
Serreta	36,9	5,1	43,6	8,2
Terra-Chã	43,5	4,7	48,4	12,3
São Sebastião	41,9	2,9	47	8,7
Praia da Vitória	41,1	6,6	47,6	10,2
Aqualva	38,0	12,2	43,4	10,3
Biscoitos	37,5	9,0	45,9	6,1
Cabo da Praia	42,7	5,3	51,1	10,7
Fonte do Bastardo	39,4	3,1	48,9	10,2
Fontinhas	43,1	11,9	47,9	8
Lajes	45,5	7,4	51,2	9,8
Santa Cruz	41,5	5,2	46,7	12,6
Quatro Ribeiras	36,4	3,9	47,5	11,8
São Brás	37,9	4,2	50,3	9,7
Vila Nova	37,3	3,3	44,4	8,6

Fonte: SREA. Censos 2001-2011

Anexo 3. Indicadores macroeconómicos

Valor acrescentado bruto (€) das Empresas, por Atividade Económica

CAE	RAA			Angra do Heroísmo			Vila da Praia da Vitória			Santa Cruz da Graciosa		
	2007	2012	Variação	2007	2012	Variação	2007	2012	Variação	2007	2012	Variação
Total	1.233.985.062	1.039.670.540	-15,7	164.234.179	127.295.723	-22,5	54.931.280	47.362.409	-13,8	9.449.626	8.395.625	-11,2
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	66.573.025	76.427.926	14,8	9.728.812	11.867.771	22,0	5.116.277	6.069.784	18,6	1.329.190	n.d	-
Indústrias extrativas	7.185.231	2.023.004	-71,8	-	n.d	-	n.d	n.d	-	-	-	-
Indústrias transformadoras	164.136.015	117.701.706	-28,3	17.342.030	10.940.002	-36,9	5.513.112	4.417.471	-19,9	-	434.375	-
Elettricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	77.266.725	99.198.995	28,4	n.d	n.d	-	-	n.d	-	-	n.d	-
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	13.681.856	16.509.906	20,7	n.d	5.318.276	-	n.d	n.d	-	-	-	-
Construção	200.926.730	106.942.441	-46,8	23.626.441	7.843.565	-66,8	6.997.004	6.768.627	-3,3	987.218	945.785	-4,2
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	291.355.662	239.021.310	-18,0	49.940.730	34.041.740	-31,8	15.465.117	13.342.745	-13,7	2.560.197	2.420.415	-5,5
Transportes e armazenagem	121.102.486	97.146.881	-19,8	6.356.535	8.021.553	26,2	5.908.958	2.691.418	-54,5	2.335.432	2.007.814	-14,0
Alojamento, restauração e similares	89.912.597	64.746.610	-28,0	10.029.685	7.132.153	-28,9	4.718.930	3.802.904	-19,4	1.037.498	824.172	-20,6
Atividades de informação e de comunicação	16.299.432	14.453.325	-11,3	1.668.338	1.295.035	-22,4	105.207	85.723	-18,5	91.548	58.857	-35,7
Atividades imobiliárias	19.103.196	8.299.641	-56,6	1.449.383	1.113.982	-23,1	733.479	475.147	-35,2	n.d	n.d	-
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	50.211.419	50.165.100	-0,1	6.660.980	8.239.232	23,7	2.616.138	2.209.026	-15,6	n.d	157.678	-
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	40.732.279	38.423.124	-5,7	4.857.996	4.568.563	-6,0	1.738.152	1.978.074	13,8	143.669	240.393	67,3
Educação	7.704.189	7.554.394	-1,9	1.304.134	1.033.442	-20,8	1.180.500	246.692	-79,1	41.253	17.892	-56,6
Atividades de saúde humana e apoio social	59.012.864	85.472.663	44,8	23.677.476	24.002.648	1,4	1.473.829	2.037.799	38,3	28.703	24.980	-13,0
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	4.074.798	6.034.690	48,1	n.d	603.533	-	132.938	206.872	55,6	14.904	33.975	128,0
Outras atividades de serviços	4.706.558	9.548.824	102,9	2.260.030	1.203.180	-46,8	934.473	1.117.974	19,6	128.183	120.053	-6,3

Nota: n.d. - Dado não disponível.

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos Atividades de saúde humana e apoio social Transportes e armazenagem

Exportação de bens (€), por tipo de bens no Comércio internacional

Estratégia de Desenvolvimento Local da GRATER – ilhas Terceira e Graciosa

Tipo de bens	RAA			GRATER			Terceira			Graciosa		
	2007	2014	Var.	2007	2014	Var.	2007	2014	Var.	2007	2014	Var.
Total	42.484.218	101.961.652	140,0	3.486.623	21.933.961	529,1	3.486.623	21.929.283	529,0	-	4.678	-
Animais vivos e produtos do reino animal	14.107.196	45.546.477	222,9	3.045.380	1.185.228	-61,1	3.045.380	1.185.228	-61,1	-	-	-
Produtos do reino vegetal	53.245	124.429	133,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentícias elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal	9.162	19.863	116,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados	14.503.592	23.139.705	59,5	-	4.090.755	-	-	4.086.077	-	-	4.678	-
Produtos minerais	10.892.740	9.867.137	-9,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	53.104	128.297	141,6	355	-	-100,0	355	-	-100,0	-	-	-
Plástico e suas obras; borracha e suas obras	47.197	84.471	79,0	6.986	505	-92,8	6.986	505	-92,8	-	-	-
Peles, couros, peles com pelo e obras destas matérias; artigos de correio ou de seleiro; artigos de viagem, bolsas e artefactos semelhantes; obras de tripa	-	122	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	8.441	132.172	1465,8	-	193	-	-	193	-	-	-	-
Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras	27.903	65.736	135,6	1.771	26.233	1381,3	1.771	26.233	1381,3	-	-	-
Matérias têxteis e suas obras	70.031	72.917	4,1	33.059	240	-99,3	33.059	240	-99,3	-	-	-
Calçado, chapéus e artefactos de uso semelhante (guarda-chuvas, guarda-sóis, bengalas; flores artificiais; ...)	28.500	518	-98,2	28.500	-	-100,0	28.500	-	-100,0	-	-	-
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	9.329	21.138	126,6	5.904	5.846	-1,0	5.904	5.846	-1,0	-	-	-
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, folheados ou chapeados; bijutaria; moedas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Metais comuns e suas obras	47.810	299.172	525,8	12.223	11.417	-6,6	12.223	11.417	-6,6	-	-	-
Máquinas e aparelhos, material elétrico; aparelhos de gravação ou de reprodução de som ou de imagens e acessórios	360.721	19.415.543	5282,4	151.353	16.592.713	10862,9	151.353	16.592.713	10862,9	-	-	-
Material de transporte	627.830	2.056.995	227,6	137.522	466	-99,7	137.522	466	-99,7	-	-	-
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia ou cinematografia; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; instrumentos musicais; suas partes e acessórios	9.602	582.386	5965,3	323	5.458	1589,8	323	5.458	1589,8	-	-	-
Armas e munições; suas partes e acessórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mercadorias e produtos diversos	35.147	48.405	37,7	33.775	11.616	-65,6	33.775	11.616	-65,6	-	-	-
Objetos de arte, de coleção e antiguidades	1.592.668	356.169	-77,6	29.472	3.291	-88,8	29.472	3.291	-88,8	-	-	-

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional de bens

Estratégia de Desenvolvimento Local da GRATER – ilhas Terceira e Graciosa

Importações de bens (€), por tipo de bens no Comércio internacional

Tipo de bens	RAA			GRATER			Terceira			Graciosa		
	2007	2014	Var.	2007	2014	Var.	2007	2014	Var.	2007	2014	Var.
Total	142.087.855	132.126.983	-7,0	5.451.927	19.522.788	258,1	5.435.031	19.509.464	259,0	16.896	13.324	-21,1
Animais vivos e produtos do reino animal	22.462.001	24.262.818	8,0	2.199.770	2.647.286	20,3	2.199.770	2.647.286	20,3	-	-	-
Produtos do reino vegetal	20.403.910	21.338.589	4,6	1.132.462	7.617.673	572,7	1.132.462	7.617.673	572,7	-	-	-
Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentícias elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal	2.865.119	1.197.538	-58,2	19.737	36.608	85,5	19.737	36.608	85,5	-	-	-
Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados	14.891.208	35.831.293	140,6	878.910	4.549.767	417,7	878.910	4.549.767	417,7	-	-	-
Produtos minerais	39.399.022	28.305.447	-28,2	7.836	14.130	80,3	7.836	14.130	80,3	-	-	-
Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	1.870.321	3.119.623	66,8	362.143	599.760	65,6	362.143	599.760	65,6	-	-	-
Plástico e suas obras; borracha e suas obras	1.924.559	3.509.165	82,3	106.781	787.013	637,0	106.781	787.013	637,0	-	-	-
Peles, couros, peles com pelo e obras destas matérias; artigos de correio ou de seleiro; artigos de viagem, bolsas e artefactos semelhantes; obras de tripa	151.755	61.649	-59,4	266	3.370	1166,9	266	3.370	1166,9	-	-	-
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	116.659	618.240	430,0	6.427	69.200	976,7	6.427	69.200	976,7	-	-	-
Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras	526.970	664.490	26,1	16.556	100.167	505,0	16.539	100.167	505,6	-	-	-
Matérias têxteis e suas obras	283.997	1.643.500	478,7	27.167	569.914	1997,8	27.167	564.723	1978,7	-	5.191	-
Calçado, chapéus e artefactos de uso semelhante (guarda-chuvas, guarda-sóis, bengalas; flores artificiais; ...)	7.611	124.100	1530,5	3.090	36.674	1086,9	3.090	36.674	1086,9	-	-	-
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	208.682	177.046	-15,2	30.581	42.851	40,1	30.581	42.851	40,1	-	-	-
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, folheados ou chapeados; bijutaria; moedas	10.624	5.435	-48,8	-	428	-	-	428	-	-	-	-
Metais comuns e suas obras	12.931.832	850.199	-93,4	76.947	156.870	103,9	76.762	156.870	104,4	185	-	-100,0
Máquinas e aparelhos, material elétrico; aparelhos de gravação ou de reprodução de som ou de imagens e acessórios	10.420.999	7.327.274	-29,7	285.786	2.099.156	634,5	285.726	2.091.263	631,9	60	7.893	13055,0
Material de transporte	12.816.888	2.084.013	-83,7	24.094	5.843	-75,7	7.460	5.843	-21,7	16.634	-	-100,0
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia ou cinematografia; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; instrumentos musicais; suas partes e acessórios	210.860	279.968	32,8	16.489	21.669	31,4	16.489	21.429	30,0	-	240	-
Armas e munições; suas partes e acessórios	-	6.733	-	-	6.733	-	0	6.733	-	-	-	-
Mercadorias e produtos diversos	584.838	719.006	22,9	256.885	156.996	-38,9	256.885	156.996	-38,9	-	-	-
Objetos de arte, de coleção e antiguidades	-	857	-	-	680	-	0	680	#DIV/0!	-	-	-

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional de bens

Anexo 4. Detalhe das empresas do sector secundário

Empresas (N.º) do setor da Indústria Transformadora

CAE (rev.3.0)	RAA			Terceira			Graciosa		
	2008	2012	Var.	2008	2012	Var.	2008	2012	Var.
<i>Total</i>	27.645	24.559	-11,2	6.272	6.026	-3,9	527	514	-2,5
Indústrias transformadoras	1.288	1.052	-18,3	293	254	-13,3	36	25	-30,6
Indústrias alimentares	311	265	-14,8	61	68	11,5	11	6	-45,5
Indústria das bebidas	33	29	-12,1	4	4	0,0	1	1	0,0
Indústria do tabaco	1	1	0,0	-	-	-	-	-	-
Fabricação de têxteis	51	50	-2,0	13	9	-30,8	6	5	-16,7
Indústria do vestuário	37	40	8,1	14	13	-7,1	-	-	-
Indústria do couro e dos produtos do couro	0	1	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria	312	202	-35,3	75	52	-30,7	15	9	-40,0
Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos	0	3	-	-	-	-	-	-	-
Impressão e reprodução de suportes gravados	45	39	-13,3	8	6	-25,0	-	-	-
Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos	1	-	-100,0	-	-	-	-	-	-
Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	4	2	-50,0	-	-	-	-	-	-
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	72	61	-15,3	18	14	-22,2	-	-	-
Indústrias metalúrgicas de base	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	203	161	-20,7	46	42	-8,7	3	4	33,3
Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos	-	3	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de equipamento elétrico	4	5	25,0	2	4	100,0	-	-	-
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	6	9	50,0	3	4	33,3	-	-	-
Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis	3	5	66,7	3	4	33,3	-	-	-
Fabricação de outro equipamento de transporte	21	12	-42,9	6	3	-50,0	-	-	-
Fabrico de mobiliário e de colchões	34	24	-29,4	9	6	-33,3	-	-	-
Outras indústrias transformadoras	92	73	-20,7	21	16	-23,8	-	-	-
Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	58	66	13,8	10	9	-10,0	-	-	-

Fonte: INE, *Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)*.

Anexo 5. Inquérito- Contributo das entidades parceiras



GRATER – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PREPARAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL (EDL) A
APRESENTAR AO PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL PARA A
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES 2014-2020 (PRORURAL+)

CONTRIBUTOS DAS ENTIDADES PARCEIRAS

Abril de 2015

ELABORAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

A. OBJETO

O presente questionário tem por objeto a elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) para o território de intervenção da GRATER (Ilhas Terceira e Graciosa) – para futura candidatura ao PRORURAL+, destinando-se a recolher de elementos que vão suportar as componentes de trabalho seguintes.

- Diagnóstico do território de intervenção da GRATER (Ilhas Terceira e Graciosa) e respetiva análise das suas Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (SWOT).
- Estratégia de Desenvolvimento Local para o território de intervenção da GRATER.

A EDL vai consistir na implementação de um modelo de desenvolvimento para o território de intervenção da GRATER, que encontra sustentação no envolvimento e participação dos agentes locais, com vista, por um lado, a ultrapassar os pontos fracos e atenuar as fraquezas, e, por outro lado, potenciar os pontos fortes e aproveitar as oportunidades, **através da valorização dos seus recursos endógenos**. Neste âmbito, a elaboração da EDL assenta no desenho de um conjunto de prioridades e objetivos e metas fixados a partir de um diagnóstico, privilegiando uma abordagem integrada, inovadora e com efeitos multiplicadores, com foco no empreendedorismo e na criação de emprego.

B. PRINCIPAIS LINHAS ESTRATÉGICAS E IDENTIFICAÇÃO DAS VERTENTES TEMÁTICAS

A EDL terá presente os pilares de intervenção descritos no PRORURAL+ no âmbito do Eixo vocacionado para apoiar a dinâmica dos espaços rurais:

- ⇒ Promover o emprego
- ⇒ Promover a inclusão social e combater a pobreza
- ⇒ Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade

Neste contexto, a estratégia do GAL GRATER estará ancorada num objetivo estratégico que pretende fazer do território um interface de desenvolvimento territorial preconizado:

- (i) pela valorização da economia, sempre atenta às tendências do mercado local;
- (ii) pela valorização e aproveitamento dos recursos endógenos, com orientação para a sua otimização e qualificação e atenta às tendências da procura local, regional, nacional e internacional;
- (iii) pela resposta às necessidades específicas do território de intervenção.

A configuração da EDL estará, assim, fixada em objetivos que se cruzam de forma estreita com o reforço da estrutura social, económica, cultural e ambiental do território de intervenção.

C. CONTRIBUTOS ESPERADOS DE CADA PARCEIRO

Para a preparação da EDL, solicita-se a cada parceiro o preenchimento dos dados solicitados nas páginas seguintes, tendo em conta a respetivo campo de atuação e área de intervenção.

Solicita-se o envio do questionário devidamente preenchido até dia 28 de abril de 2015.

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE PARCEIRA

1. Denominação Social:

2. Tipo de Entidade:

- Administração Local
- Administração Regional
- Associações e fundações privadas
- Cooperativas
- Empresas
- Outras entidades empresariais privadas
- Outras entidades públicas
- Pessoas Singulares.

3. Sector de Atividade:

- Alojamento e Restauração
- Atividades Financeiras
- Administração Pública
- Agricultura, produção animal, caça e atividades de serviços relacionados
- Comércio por Grosso e a Retalho
- Construção
- Educação
- Entidades do Ensino Superior
- Entidades do Sistema Científico e Tecnológico
- Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco
- Outras indústrias transformadoras
- Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais
- Saúde e Ação Social
- Silvicultura, exploração florestal e atividades dos serviços relacionados.
- Outros

4. N.º de Associados: _____

5. N.º de trabalhadores _____

6. Indique as relações que a sua entidade tem com outras entidades locais ou regionais/nacionais (trabalho ou atividades em parceria).

7. Como classifica as relações indicadas no ponto anterior? Considera haver necessidade de alterar essas relações, e como?

CONTRIBUTO PARA O DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO TERRITÓRIO DE INTERVENÇÃO

Nestas questões deve focar, de preferência, o contexto da atividade da entidade que representa. Nas respostas devem ser indicados principais elementos, por ordem de importância decrescente.

8. PONTOS FORTES - O que existe de positivo e pode ser valorizado?

1.

2.

3.

4.

5.

9. OPORTUNIDADES – Quais as oportunidades que se podem identificar? Que tendências e “modas” se podem aproveitar?

1.

2.

3.

4.

5.

10. PONTOS FRACOS – O que deve ser melhorado?

1.

2.

3.

4.

5.

11. AMEAÇAS – Que ameaças (leis, regulamentos, concorrências, ...) podem prejudicar as atividades relacionadas com a economia rural?

1.

2.

3.

4.

5.

12. Que medidas considera necessárias para incentivar a criação de emprego em torno das atividades económicas no território de intervenção?

1.

2.

3.

4.

13. Que medidas considera necessárias para promover os produtos produzidos no território de intervenção (produtos agrícolas, artesanato, ...)?

14. Quais os principais tendências de evolução futura e desafios que o território de intervenção terá de enfrentar no horizonte de 2020?

Tendências que estão a surgir	Principais motivos para esse crescimento

Tendências que estão a desaparecer	Principais motivos para esse declínio

Principais Desafios	Potenciais formas para ultrapassar os desafios

15. Indique as principais necessidades na respetiva zona de intervenção/ação. (por ordem decrescente)

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____

16. Avalie quais as prioridades que a EDL deve implementar no território de intervenção.

Prioridades	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Criação de novas fontes de rendimento nas explorações agrícolas	☐	☐	☐	☐
Criação de novas oportunidades de emprego nas explorações agrícolas	☐	☐	☐	☐
Manutenção ou melhoria do rendimento do agregado familiar dos produtores agrícolas	☐	☐	☐	☐
Aumento da importância das atividades não agrícolas	☐	☐	☐	☐
Fixação da população nos territórios rurais	☐	☐	☐	☐
Transformação de recursos endógenos em fatores de competitividade	☐	☐	☐	☐
Aumento da atratividade do território	☐	☐	☐	☐
Fomento da iniciativa empresarial	☐	☐	☐	☐
Criação de emprego	☐	☐	☐	☐
Combate ao desemprego, em especial de mulheres pouco qualificadas	☐	☐	☐	☐
Desenvolvimento do turismo	☐	☐	☐	☐
Desenvolvimento de outras atividades de lazer	☐	☐	☐	☐
Valorização dos produtos locais	☐	☐	☐	☐
Aumento da divulgação dos Açores em território nacional e internacional	☐	☐	☐	☐
Valorização do património cultural	☐	☐	☐	☐
Valorização do património natural	☐	☐	☐	☐
Potenciação do fator de identidade do território	☐	☐	☐	☐
Aumento da acessibilidade a serviços básicos	☐	☐	☐	☐
Aposta no empreendedorismo	☐	☐	☐	☐
Reforço da coesão económica e social	☐	☐	☐	☐
Valorização do trabalho em rede	☐	☐	☐	☐
Melhoria das competências profissionais	☐	☐	☐	☐

Estratégia de Desenvolvimento Local da GRATER – ilhas Terceira e Graciosa

Prioridades	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Aumento da cooperação com outras entidades em território regional, nacional e internacional	☐	☐	☐	☐
Outras. Especifique quais	☐	☐	☐	☐
	☐	☐	☐	☐
	☐	☐	☐	☐

PERSPETIVAS FUTURAS DA ENTIDADE

17. Caso tenha participado ou tenha sido promotor de projetos desenvolvidos com o apoio do PRORURAL (2007-2013), queira identifica-los e referir os principais resultados.

18. Indique os objetivos da entidade para o próximo período de programação 2014-2020?

19. A entidade pretende candidatar-se a outros projetos ou apoios no período de programação 2014-2020?

- a) Não ☐
- b) Sim ☐

20. Se sim, identifique as principais necessidades/tipo de projetos importantes para a entidade/empresa? Intenções de candidatura que perspectiva para o próximo período de programação 2014-2020. (por ordem decrescente)

1.

2.

3.

4.

21. Refira três aspetos em que considera que o(s) seu(s) projeto(s) poderá(ão) influenciar positivamente o território e a comunidade local onde se encontra inserido.

a) Território:

- ---
- ---
- ---

b)

Comunidade local:

-
-
-

22. Se pretender investir no período de programação 2014-2020, pondera outros instrumentos de apoio ao investimento para além do PRORURAL+?

Sim

Não

Se sim, qual?

- Sistema de Incentivos para Competitividade Empresarial (Competir+)

(Decreto-Regional 12/2014/A, de 9 de julho; tipologia de apoios: fomento da base económica de exportação; incentivos para internacionalização; incentivos para o urbanismo sustentável integrado; incentivos para a qualificação e inovação; incentivos para o empreendedorismo qualificado e criativo; incentivos para o desenvolvimento local; apoio à eficiência empresarial)

- Programa de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis (ProEnergia)

(Decreto Legislativo Regional n.º 27/2012/A; incentivo à produção de energia elétrica e calorífica, essencialmente destinada ao auto-consumo, por parte das famílias, das empresas, das cooperativas, das associações sem fins lucrativos e das Instituições Particulares de Solidariedade Social)

- Sistema de apoios a conceder ao património e cultura

(<http://www.culturacores.azores.gov.pt/legislacao/>; apoios à proteção e valorização e recuperação e conservação do património cultural arquitetónico e móvel da Região Autónoma dos Açores)

- Outro. Indique qual _____

Se não, porquê? _____

IMPLEMENTAÇÃO DA EDL

23. Quais as melhorias/alterações a considerar no próximo período de programação nos apoios enquadrados na Abordagem LEADER.

a) Divulgação dos apoios	☐
b) Condições de elegibilidade dos projetos	☐
c) Condições de elegibilidade dos promotores	☐
d) Condições de reembolso de despesas	☐
e) Acompanhamento dos projetos	☐
f) Avaliação dos projetos	☐
g) Outros. Quais? _____	☐

24. Em que tipo de ações deve consistir a estratégia de divulgação da EDL? (indique os 3 principais)

a) Realização de sessões de apresentação da EDL e do PRORURAL+	☐
b) Realização de sessões de esclarecimento	☐
c) Edição de brochuras, panfletos, boletim informativo	☐
d) Anúncios na comunicação social	☐
e) Realização de seminários/de encontros temáticos/técnicos	☐
f) Participação em feiras e outros certames locais/regionais	☐
g) Atualização de site na internet	☐

Estratégia de Desenvolvimento Local da GRATER – ilhas Terceira e Graciosa

h) Outros. Quais? _____ _____ _____	☐
---	--------------------------

25. Dos fatores seguintes assinale quais considera que poderão vir a condicionar a implementação da EDL.

a) Fragilidades da capacidade de incitativa dos promotores	☐
b) Crise económica	☐
c) Tipo de apoios disponíveis	☐
d) Cumprimento de procedimentos formais	☐
e) Desconhecimento dos apoios disponíveis	☐
f) Falta de oportunidades no território de intervenção	☐
h) Outros. Quais? _____ _____ _____	☐

26. Relativamente ao site da GRATER (www.grater.pt), como avalia o mesmo em cada um dos seguintes aspetos?

	Necessita melhorar	Não necessita melhorar
a) Cobertura da informação (<i>contém toda a informação que considero necessária</i>)	☐	☐
b) Clareza da informação (<i>a informação apresentada é de fácil compreensão</i>)	☐	☐
c) Atualização da informação (<i>a informação é atualizada com regularidade suficiente</i>)	☐	☐
d) Qualidade da informação (<i>a informação técnica tem qualidade</i>)	☐	☐
e) Facilidade e funcionalidade no acesso à informação (<i>navegabilidade, download, etc.</i>)	☐	☐
f) Apresentação gráfica (<i>o conteúdo do site é graficamente atraente</i>)	☐	☐

27. Se pretender acrescentar alguma observação, utilize o espaço que se segue:

Muito obrigada pela sua colaboração!